



PLANTERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLANTERR**

CLAUDIA ROBERTA LIMA CARVALHO E LIMA

**SUSTENTABILIDADE URBANA EM MUSEUS:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA**

CLAUDIA ROBERTA LIMA CARVALHO E LIMA

**SUSTENTABILIDADE URBANA EM MUSEUS:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Tânia Cristina Azevedo.

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Lima, Claudia Roberta Lima Carvalho e
L697s Sustentabilidade urbana em museus: um estudo do município de
Feira de Santana, Bahia / Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima.
2025.

159f. : il.

Orientadora: Tânia Cristina Azevedo

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de
Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Territorial - PLANTERR, 2025.

1. Museus. 2. Sustentabilidade. 3. Sustentabilidade urbana. I.
Azevedo, Tânia Cristina, orient. II. Universidade Estadual de Feira
de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Territorial. III. Título.

CDU: 069(814.22)

CLAUDIA ROBERTA LIMA CARVALHO E LIMA

**SUSTENTABILIDADE URBANA EM MUSEUS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
FEIRA DE SANTANA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Territorial
(PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira
de Santana como parte dos requisitos necessários
para obtenção do título de mestre em Planejamento
Territorial.

Aprovada em 13 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

TANIA CRISTINA
AZEVEDO:512461985
68

Assinado de forma digital por
TANIA CRISTINA
AZEVEDO:51246198568
Dados: 2026.05.24 09:24:19 -03'00'

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Tânia Cristina Azevedo
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)



Documento assinado digitalmente
CRISTINA FERREIRA SANTOS DE SOUZA
Data: 21/05/2026 17:46:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Banca: Prof^a. Dr^a. Cristina Ferreira Santos de Souza
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Documento assinado digitalmente
ARIADNE MURICY BARRETO
Data: 22/05/2026 22:52:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Banca: Prof^a. Dr^a. Ariadne Muricy Barreto
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (DCIS)



Documento assinado digitalmente
VANESSA DA SILVA VIEIRA
Data: 21/05/2026 08:35:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Banca: Prof^a. Dr^a. Vanessa da Silva Vieira
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar se a gestão dos museus localizados no município de Feira de Santana, Bahia, adota práticas capazes de contribuir para a sustentabilidade urbana local, relacionadas às dimensões econômica, cultural, ambiental e social. De modo específico, analisou-se as abordagens e conceitos da sustentabilidade, os fundamentos de sua aplicação nos espaços urbanos, bem como a sua incorporação pelas instituições museológicas. Quanto a estas, descreveu-se sua evolução histórica, assim como a da museologia enquanto campo de conhecimento que fundamenta o seu desenvolvimento. O presente estudo, quanto à sua natureza, caracteriza-se como pesquisa aplicada, pois se utilizou de conhecimentos existentes para fins de aplicação prática. Para alcance dos objetivos, classifica-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualiquantitativa, recorrendo-se para sua condução ao estudo de casos múltiplos, com uso de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Realizou-se também atividade de campo para registros fotográficos dos museus participantes. Os resultados obtidos através de aplicação de questionários às entidades indicam que a sua gestão adota práticas pontuais distribuídas de maneira heterogenia nas dimensões da sustentabilidade, o que permitiu concluir que sua contribuição para a sustentabilidade urbana local é limitada e não institucionalizada.

Palavras-chave: Museus; Sustentabilidade; Sustentabilidade urbana.

ABSTRACT

This research aims to verify whether the management of museums located in the municipality of Feira de Santana, Bahia, adopts practices capable of contributing to local urban sustainability in its economic, cultural, environmental, and social dimensions. Specifically, it analyzed the approaches and concepts of sustainability, the foundations of its application in urban spaces, and its incorporation by museum institutions. In this regard, the historical evolution of museums was described, as well as that of museology as a field of knowledge underpinning their development.

In terms of its nature, this study is characterized as applied research, as it uses existing knowledge for practical application. To achieve its objectives, it is classified as exploratory research with a qualitative and quantitative approach, employing multiple case studies and bibliographic and documentary research techniques. Fieldwork was also conducted to produce photographic records of the participating museums.

The results obtained from the questionnaires administered to the institutions indicate that their management adopts specific practices that are heterogeneously distributed across the dimensions of sustainability, leading to the conclusion that their contribution to local urban sustainability is limited and not institutionalized.

Keywords: Museums; Sustainability; Urban sustainability.

RESUMEN

Esta investigación busca verificar si la gestión de los museos ubicados en el municipio de Feira de Santana-BA adopta prácticas capaces de contribuir a la sostenibilidad urbana local, en relación con las dimensiones económica, cultural, ambiental y social. Específicamente, se analizaron los enfoques y conceptos de sostenibilidad, los fundamentos de su aplicación en espacios urbanos, así como su incorporación por parte de las instituciones museísticas. Con respecto a esto, se describió su evolución histórica, así como la de la museología como campo de conocimiento que sustenta su desarrollo. Este estudio, en términos de su naturaleza, se caracteriza por ser una investigación aplicada, ya que utilizó el conocimiento existente para su aplicación práctica. Para alcanzar sus objetivos, se clasifica como una investigación exploratoria con un enfoque cualicuantitativo, utilizando estudios de caso múltiples y técnicas de investigación bibliográfica y documental. También se realizó trabajo de campo para tomar registros fotográficos de los museos participantes. Los resultados obtenidos mediante la aplicación de cuestionarios a las entidades indican que su gestión adopta prácticas específicas distribuidas de forma heterogénea en las dimensiones de la sostenibilidad, lo que llevó a la conclusión de que su contribución a la sostenibilidad urbana local es limitada y no está institucionalizada.

Palabras-clave: Museos; Sostenibilidad; Sostenibilidad urbana.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Paula Lima, pelo constante incentivo por buscar conhecimento, sempre valorizando a educação e do aprendizado. Aos meus filhos, Vitor e Isabel, a quem procuro transmitir esses valores, e a meu esposo Fernando, pelo apoio e contribuição nesta pesquisa. Aos demais familiares, especialmente a minha tia Vera Lima, pela ajuda na construção deste trabalho.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina Azevedo, pela oportunidade, confiança e parceria. Às Prof.^{as} Dr.^{as} Cristina Ferreira Santos de Souza, Prof.^a Dr.^a Ariadne Muricy Barreto, Prof.^a Dr.^a Vanessa da Silva Vieira, membras da banca pelas contribuições.

Ao Prof. Dr. Leandro Duarte, pela ajuda fundamental na sistematização dos resultados dessa pesquisa.

Aos professores e demais profissionais do Planter, em especial a Jucineide Moreira, sempre tão prestativa.

Aos colegas de jornada, pelas reuniões regadas com muito café e partilhas, especialmente a Maria Orlândia de Melo Belmiro, pela amizade que construímos.

Às instituições que participaram desta pesquisa, o Museu Casa do Sertão, o Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo, o Museu de Zoologia da UEFS, o Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, o Museu Regional de Arte e o Museu Antares de Ciência e Tecnologia.

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967	46
Figura 2 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967	47
Figura 3 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967	47
Figura 4 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1973 (recorte)	49
Figura 5 - Obras “A Mulata”, de Di Cavalcanti (1967) e “Matança de Boi”, de Carybé (1965), respectivamente. Compõem o acervo do MRA	51
Figura 6 - Fotografia do Centro Universitário de Cultura e Arte da UEFS (CUCA) e do Museu Regional de Arte	52
Figura 7 - Fotografia do prédio da antiga Escola Normal, atual Museu Regional de Arte, na Rua Conselheiro Franco, Centro.....	52
Figura 8 -Matéria do Jornal Folha do Norte, sobre a inauguração do MAC.....	54
Figura 9 - Fachada do prédio do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, ainda na década de 1960, quando foi instalado o Ginásio Municipal. Anteriormente, o prédio era ocupado pela administração do Campo do Gado (o terceiro)	55
Figura 10 - Fachada do prédio do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, após reforma em 1967	55
Figura 11 - Fachada atual do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira	56
Figura 12 - Montagem com fotografias do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (2025)	57
Figura 13 - Visualização aérea do Museu Casa do Sertão e trecho da Rodovia Santos Dumont (BR-116.....	58
Figura 14 - Visualização aérea do Museu Casa do Sertão	59
Figura 15 - Fachada da Casa do Sertão.....	59
Figura 16 - Montagem com fotografias do Museu Casa do Sertão	60
Figura 17 - Visualização aérea do Museu Antares e trecho da Rodovia BR-116	62
Figura 18 - Montagem com fotografias do Mact.....	63
Figura 19 - Visualização aérea do Museu de Zoologia da UEFS. Ao fundo, Bosque Pau-Brasil	64
Figura 20 - Visualização aérea do Museu de Zoologia e Prédio dos Laboratórios de Biologia	65
Figura 21 - Sala principal do MZFS	66
Figura 22 - Montagem com fotografias do MZFS.....	66

Figura 23 - Vista aérea do Museu Parque do Saber.....	68
Figura 24 - Vista aérea do Museu Parque do Saber e seu entorno	68
Figura 25 - Montagem com fotografias do interior do Museu Parque do Saber	69
Figura 26 - Índice de Desenvolvimento Sustentável de Feira de Santana	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população de Feira de Santana.....	85
Tabela 2 - Bloco sobre Gestão dos museus.....	96
Tabela 3 - Bloco sobre dimensão econômica dos museus.	98
Tabela 4 - Bloco sobre dimensão social dos museus.....	100
Tabela 5 - Bloco sobre dimensão cultural dos museus.	102
Tabela 6 - Bloco sobre dimensão ambiental dos museus.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entidades museais de Feira de Santana/BA que integram o estudo.....	11
Quadro 2 - Parâmetro de respostas	14
Quadro 3 - Aspectos do desenvolvimento sustentável em museus	16
Quadro 4 - Diretrizes sustentáveis comuns do Estatuto da Cidade e da Agenda 2030	30
Quadro 5 - Programas a serem desenvolvidos pelos museus, por determinação legal.....	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Territórios de Identidade da Bahia.....	86
Mapa 2 - Distribuição dos museus em Feira de Santana	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBERMUSEUS	Programa IberoMuseus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IDSC	Instituto Cidades Sustentáveis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAC	Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira
MCS	Museu Casa do Sertão
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MZFS	Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNM	Plano Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTDS	Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
SEI/BA	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Contexto, delineamento da pesquisa.....	5
1.2	Problema e objetivo da pesquisa	7
1.3	Procedimentos metodológicos	10
1.4	Estrutura da dissertação	17
2	SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO URBANO	19
2.1	Abordagens e fundamentos sobre sustentabilidade	19
2.2	Sustentabilidade urbana.....	28
3	GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ORIENTADA PARA MUSEUS	37
3.1	História dos museus e da museologia no Brasil.....	37
3.1.1	Museus de Feira de Santana	44
3.1.1.1	Museu Regional de Arte	44
3.1.1.2	Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira	53
3.1.1.3	Museu Casa do Sertão	57
3.1.1.4	Museu Antares de Ciência e Tecnologia.....	61
3.1.1.5	Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana.....	64
3.1.1.6	Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo	67
3.2	Dimensões da sustentabilidade em museus.....	69
3.2.1	Dimensão Econômica.....	74
3.2.2	Dimensão Social	75
3.2.3	Dimensão Cultural.....	77
3.2.4	Dimensão Ambiental.....	78
3.3	Gestão museológica	79
4	MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – SUSTENTABILIDADE URBANA ORIENTADA PARA ATIVIDADE DE MUSEUS.....	85
4.1	Município de Feira de Santana no contexto da sustentabilidade urbana.....	85
4.2	Sustentabilidade nos museus em Feira de Santana	91
4.2.1	Discussão dos resultados.....	96
4.2.2	Proposição de Projeto de Lei de Iniciativa Popular	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	111

APÊNDICE	130
APÊNDICE 1 – CARTA De APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA.....	130
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO AOS MUSEUS - NA MODALIDADE DE ESCALA DO TIPO LIKERT	131
ANEXOS	144
ANEXO 1 - AUTORIZAÇÃO DA REITORIA DA UEFS PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.....	144
ANEXO 2 - AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.....	145
ANEXO 3 - AUTORIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL EGBERTO COSTA PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA.....	146
ANEXO 4 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UEFS ...	147

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto, delineamento da pesquisa

Os museus são responsáveis por preservar, pesquisar e comunicar, para fins diversos, acervos representativos do patrimônio cultural material e imaterial, que possuam valor histórico, científico ou artístico. De acordo com o estatuto legal que os rege, devem servir à sociedade e seu desenvolvimento, sendo instituições de acesso público, sem finalidade lucrativa (Brasil, 2009a). Conforme o Conselho Internacional de Museus, devem ainda ser inclusivos, sustentáveis e contar com a participação da comunidade, proporcionando reflexão e partilha de conhecimentos (Icom, 2024, p. 33).

Para cumprir esses desígnios, a atuação dessas instituições deve estar inserida na realidade que os cerca, “participando do dia a dia da população, atuando localmente e inteirando-se dos problemas e de questões naturais, culturais e sociais” (Silva; Álvares; Chagas, 2021, p. 60). Assim, os museus vêm buscando o diálogo e a interação com o território e, embora continuem associados à memória, à arte e à ciência, vêm se dedicando ao ensino, à pesquisa e à extensão, e utilizando novas linguagens e novas propostas museológicas, o que permite a construção de uma relação mais dinâmica com a sociedade, expandindo o campo museal. Essa integração atende ao preceito da função social dessas instituições, que atualmente operam para além de seus limites, como ensina Santos (2012):

Hoje, museus em todo o mundo assumem um papel ativo na vida que acontece do lado de fora de seus muros. Muitos reconhecem sua responsabilidade em relação aos problemas sociais, atuam em parceria com diferentes grupos, comunidades, organizações e movimentos sociais (...). O desafio é assumir o compromisso com a transformação (da realidade e de si mesmos, a fim de evitar que parem no tempo!), manter uma atitude autocrítica, redefinir prioridades e formas de ação (Santos, 2012, p. 9).

O diálogo com os territórios onde estão situados tem sido a abordagem comum dentre os museus que vêm buscando uma posição como fenômeno mais abrangente, em contraponto a visão clássica de espaços de contemplação. Dada a multiplicidade de processos museais, não mais presos a expor peças num edifício para determinado público, “os museus estão sendo considerados agências de inclusão social e cultural, de desenvolvimento, de reconhecimento e de afirmação das identidades e da diversidade” (Santos, 2018, p. 93). Cientes desse papel enquanto fenômeno social, o campo museal, diante do avanço das questões urbanas, em especial das questões socioambientais, tem incorporado o debate sobre o desenvolvimento sustentável urbano às suas práticas e ao próprio conjunto normativo que orienta o segmento.

Acompanhando essa evolução, o reconhecimento institucional através das políticas públicas construídas para o setor corrobora a expansão da articulação dos museus junto à

sociedade, associado ao reconhecimento da cultura em relação ao desenvolvimento das cidades (Lusso, 2009) pois, juntamente com o patrimônio, são ativos de desenvolvimento econômico e urbano (Benhamou, 2007). Desse modo, geram bens e serviços que impactam na economia da cidade e nas políticas públicas (Throsby, 2010).

A proteção do patrimônio cultural vem “ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente” (Castriota, 2009, p. 11). Os museus, enquanto espaços de promoção e preservação do patrimônio cultural, além de proporcionar educação, entretenimento, pensamento crítico e bem-estar, podem ser compreendidos como ferramentas importantes no desenvolvimento territorial.

Este é o entendimento do Conselho Internacional dos Museus (Icom) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que elaboraram o documento *Cultura e Desenvolvimento Local: Maximizar o Impacto - Um guia para administração local, comunidades e museus* acerca do tema (Icom; OCDE, 2019). Este guia apresenta diretrizes para a formulação de uma agenda de desenvolvimento local a ser conjuntamente elaborada por governo e museus. O documento afirma haver uma transversalidade das temáticas de planejamento, desenvolvimento urbano e sustentabilidade com a atuação das entidades museais, entendimento que servirá como referencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

O Programa de Cooperação entre Museus de países Ibero-americanos (Ibermuseus), que busca fortalecer as instituições da região, possui um *Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais*. Neste documento, a entidade “apresenta uma aproximação entre os temas do desenvolvimento sustentável e os museus”, além de abordar “as dimensões do desenvolvimento sustentável identificadas com o campo museal”, quais sejam: dimensão ambiental, dimensão cultural, dimensão social e dimensão econômica (Ibermuseus, 2019, p. 62). Essas dimensões delimitarão a abordagem da sustentabilidade trazida nesse trabalho, integradas como fundamento teórico.

Em um aspecto mais amplo, a articulação da cultura para gestão das cidades também foi incorporada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) elencados nos compromissos da Agenda 2030, especificamente o Objetivo nº 11 que se refere a “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015 p. 21, tradução pela autora). De acordo com Azevedo (2017, p. 45-46) foram propostos dez compromissos para que uma cidade alcançasse o desenvolvimento urbano sustentável, incluindo os esforços mundiais para proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural. Baseado no exposto, a Unesco (2018) apresentou o documento *Culture for the 2030 Agenda* o

qual prevê metas para a cultura, relacionadas com o planejamento urbano. Nesse âmbito, foi um dos primeiros documentos a incluir o patrimônio cultural como ferramenta estratégica para cumprir objetivos de uma agenda global de desenvolvimento (Unesco, 2018, p. 1).

No Brasil também há estudos voltados a analisar a relação entre museus, sustentabilidade e espaços urbanos (Brasil, 2013a, 2014, 2022a; Silva; Álvares; Chagas, 2021). O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) publicou a obra *Avaliação do Impacto Socioeconômico de Museus no Brasil: um estudo exploratório* (Brasil, 2022a), documento que avaliou cinco entidades e, através dos seus resultados, pretende promover o reconhecimento amplo das relações museu-cidade, de modo que seja possível gerar indicadores capazes de embasar o planejamento das instituições e das políticas públicas voltadas ao setor, contribuindo para dinamizar a economia da cultura e, consequentemente, o desenvolvimento local sustentável (*ibidem*, local 7).

Na obra *Os Museus e a Cidade* (Silva; Álvares; Chagas, 2021), os autores fazem a análise de quatro museus cariocas para verificar as suas contribuições para a sustentabilidade urbana. O estudo, que considerou as dimensões social, ambiental, cultural e econômica, concluiu que os museus estão preocupados com a sustentabilidade e que, suas ações nesse sentido influenciam na configuração da cidade, além de agir na relação entre esta, as instituições e os cidadãos.

A análise desse contexto internacional e nacional interessado em pesquisar os aspectos da sustentabilidade em museus reforça a importância do tema. Com efeito, este estudo visou contribuir para a inclusão da temática da gestão dos museus e das práticas museológicas na sustentabilidade urbana e nas pesquisas científicas sobre o assunto.

1.2 Problema e objetivo da pesquisa

Como instituições que consomem recursos naturais, geram resíduos, desenvolvem programas educativos e contribuem para a formação dos cidadãos, dentre outros aspectos, os museus estão inseridos nas dinâmicas locais e “têm o poder de contribuir para a economia, o capital social e o bem-estar da comunidade” (Icom; OCDE, 2019, p. 3), além de estimularem a diversidade cultural, atrair visitantes e fortalecer a coesão social.

Como locais de difusão de ciência, arte e história, os museus buscam através da extroversão de seus acervos, ampliar a compreensão da sociedade sobre a cultura, mas também sobre os problemas atuais enfrentados. Nesse sentido, podem ser espaços para discussão e divulgação sobre a sustentabilidade e como as ações humanas vêm destruindo o planeta e seus recursos naturais, contribuindo para a conscientização do papel de todos nesse tema. Para Fialho

et al. (2008), as organizações devem promover uma cultura voltada para o desenvolvimento sustentável, que “será a direcionadora de condutas para a criação, compartilhamento e disseminação do conhecimento da sustentabilidade na prática, com a preocupação de satisfazer as necessidades de gerações atuais e futuras (Fialho et al., 2008, p. 84). Ao desempenharem tal função, as instituições museais também são parte do problema, pois seu funcionamento e gestão também afetam o meio ambiente.

Instados a fomentar a sustentabilidade, assim como diversos outros atores sociais, percebeu-se uma lacuna quanto a análise de sua real contribuição ao espaço urbano onde se localizam, quanto aos pilares cultural, social, econômico e ambiental. Assim, a presente pesquisa surge para responder a seguinte questão: a gestão dos museus localizados no município de Feira de Santana-BA adota práticas capazes de contribuir para a sustentabilidade urbana local, relacionadas às dimensões econômica, cultural, ambiental e social? Ainda que seja possível encontrar pesquisas acadêmicas sobre a sustentabilidade em museus, trabalhos dedicados a realidades locais ainda são escassos.

Embora o conceito de museu seja bastante flexível, inclusive sob o ponto de vista legal, considerou-se na escolhida das entidades para compor esta pesquisa, os dados disponíveis na plataforma do sistema nacional colaborativo de identificação dos museus. Criada pelo Instituto Brasileiro de Museus, autarquia responsável pela elaboração da política nacional do setor (Brasil, 2024c), nela se registra, pelo critério da localidade, a existência de seis museus em Feira de Santana.

As entidades museais estão distribuídas em diferentes áreas da cidade e possuem coleções que abrangem os campos das artes, ciências e cultura regional. Com temáticas diversificadas e acesso gratuito, os museus locais são mantidos pelo poder público, nas esferas estadual e municipal, possuindo tipologias e constituições jurídicas diferentes. Responsáveis pela salvaguarda e extroversão de múltiplos patrimônios – o que inclui os prédios onde funcionam, em alguns casos –, podem ser ferramentas estratégicas para propor políticas de desenvolvimento sustentável, o que se viabiliza através do diagnóstico da sua função nesse sentido, prejudicada pela escassez de pesquisas na área, no contexto local.

Esta pesquisa busca contribuir para o estudo sobre a posição das entidades para a organização social, capazes de colaborar significativamente para que as cidades de amanhã sejam “inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015, p. 18), pois suas atividades têm o potencial de revitalizar “a infraestrutura urbana, o comércio, a rede de segurança pública e, especialmente, a percepção social sobre os espaços públicos por eles agenciados. É nesse

contexto de dinamismo social e econômico que se pode falar de sustentabilidade dos museus” (Silva, 2014, p. 56). Importa acrescentar:

Por desempenharem uma missão ora científica, ora artística, que pode ao mesmo tempo ser educativa e social, convém pensar até que ponto os museus praticam a sustentabilidade, assumindo de forma integral seu compromisso com a sociedade. A importância dessas instituições não é apenas simbólica; resulta da sua extraordinária ligação com os mais variados aspectos da sociedade e do meio em que estão inseridas, dando-lhes, inclusive, o poder de mobilizar as mais variadas frentes (Silva; Álvares; Chagas, 2021, p. 17).

Pretende-se contribuir também para que os museus atuem voltados para a necessidade de “se interpelarem sobre o desenvolvimento sustentável e mesmo sobre a sua sustentabilidade no mundo atual, sempre que possível envolvendo os públicos na abordagem dos problemas sobre o ambiente, a economia, as questões sociais e a cultural” (Filipe, 2011, p. 2).

Nesse campo científico, que está em expansão dada a importância que a sustentabilidade vem ocupando nas instituições, busca-se ainda fortalecer o seu desenvolvimento teórico e prático pois, “pesquisadores, acadêmicos, pensadores, intelectuais, estudiosos” são parte fundamental na construção das diretrizes da sustentabilidade (Leff, 2016). Ademais, é nas universidades e no ambiente acadêmico, comprometidos em construir pontes com a sociedade, que está o ambiente adequado ao desenvolvimento e aprofundamento de estudos e práticas voltados a soluções sustentáveis, inclusive para o contexto urbano.

O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é verificar se a gestão dos museus localizadas no município de Feira de Santana-BA adota práticas capazes de contribuir para a sustentabilidade urbana local. Para tanto, os seguintes objetivos específicos integraram o estudo:

- a. Discutir fundamentos da sustentabilidade urbana no contexto do ordenamento jurídico nacional e local e sua integração com compromissos globais voltados para salvaguarda do patrimônio cultural e natural.
- b. Descrever o panorama dos marcos temporais e regulatórios dos museus e da museologia no Brasil.
- c. Verificar se a gestão das entidades museais adota práticas sustentáveis em suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental.
- d. Apresentar proposição de projeto de lei de iniciativa popular para alterar o Plano Diretor do município de Feira de Santana, de forma que inclua os museus como Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).

Espera-se que este trabalho possa, assim, colaborar para conscientização das entidades, do seu público efetivo e do público-alvo e da própria administração municipal, sobre o

imperativo da adoção de práticas sustentáveis e seus benefícios ao desenvolvimento local. Espera-se ainda colaborar para a construção de parâmetros institucionais de atuação museal vinculados à sustentabilidade, o que pode potencializar o valor social, ambiental, econômico e cultural dos museus, bem como a sua inclusão no planejamento urbano.

1.3 Procedimentos metodológicos

Este estudo configura-se como uma pesquisa aplicada em sua natureza, dado que tem como objetivo gerar conhecimento com finalidade prática, fornecendo subsídios para promoção da sustentabilidade nas entidades museológicas. Optou-se por uma pesquisa exploratória, pois tem por objetivo “apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (Severino, 2016, p. 132). A pesquisa exploratória busca conhecer um determinado fenômeno, “tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, e “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27).

Embora no campo museológico venham sendo trabalhadas a sustentabilidade e a relação das entidades com a cidade (Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, Brasil, 2025a, Silva; Álvares; Chagas, 2021), não há estudos em nível local voltados para estas temáticas. Dessa forma, esta pesquisa busca investigar se a gestão das entidades participantes adota práticas capazes de contribuir, nas dimensões cultural, ambiental, social e econômica, para a sustentabilidade urbana local.

Baseado na compreensão de Gil (2008, p. 27), esse estudo pauta-se no delineamento de um panorama sobre a incorporação da sustentabilidade pelas entidades museológicas, e pode oferecer subsídios para trabalhos futuros, como a elaboração de modelos de análise através da construção de indicadores específicos, proposições de alterações de legislação para o segmento de museus, podendo contribuir para o desenvolvimento deste, gerando como “produto final um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (Gil, 2008, p. 27).

Adotou-se o estudo de caso como método de pesquisa, pois este “beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados (Yin, 2015, p. 18), contribuindo para uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo no seu contexto real. Nessa perspectiva, os procedimentos podem ser os mais variados e as unidades de análise são o centro da pesquisa (*ibidem*). Trata-se aqui de um estudo de caso múltiplo, onde cada museu constitui uma unidade de análise. Embora o universo museológico, amparado na legislação, contemple o reconhecimento de processos museais

diversos, para a seleção das entidades participantes nesta pesquisa, conforme quadro abaixo, optou-se por aquelas com registro no Ibram. Tal recorte analítico se faz necessário para garantir a viabilidade metodológica do trabalho.

Quadro 1 - Entidades museais de Feira de Santana/BA que integram o estudo

Nome do Museu	Sigla	Tipo jurídico	Formato de Gestão
Museu Casa do Sertão	MCS	Órgão Suplementar da Reitoria	Administração Pública Estadual – Universidade Estadual de Feira de Santana ¹
Museu Antares de Ciência e Tecnologia	Mact	Setor da Unidade de Desenvolvimento Organizacional – Observatório Antares	Administração Pública Estadual – Universidade Estadual de Feira de Santana
Museu de Zoologia	MZFS	Vinculado ao Departamento de Ciências Biológicas	Administração Pública Estadual – Universidade Estadual de Feira de Santana
Museu Regional de Arte	MRA	Setor da Unidade de Desenvolvimento Organizacional – Centro Universitário de Cultura e Arte	Administração Pública Estadual – Universidade Estadual de Feira de Santana
Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo	MPS ²	Fundação Municipal de Tecnologia da Informação e Telecomunicações Egberto Costa (Fundação Pública de Direito Privado Lei nº 2.592/05)	Administração Pública Municipal
Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira	Mac	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	Administração Pública Municipal

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Ibram (Brasil, 2024c).

As entidades, sempre prestativas, concordaram em participar da pesquisa ainda em 2024, quando foram convidadas através de Carta de Apresentação da Pesquisadora, explicando os procedimentos que seriam adotados (Apêndice 1). Foi necessário, entretanto, quanto aos

¹ Os museus da UEFS possuem distintos processos de gestão. O Centro Universitário de Cultura e Arte, do qual faz parte o Museu Regional de Arte como setor, e o Observatório Antares, do qual faz parte o Museu Antares de Ciência e Tecnologia, também como setor, constituem unidades de desenvolvimento organizacional. O Museu de Zoologia está vinculado ao Departamento de Ciências Biológicas e o Museu Casa do Sertão é vinculado diretamente à Reitoria.

Para que possam cooperar entre si, já que são tão diversos em acervo e administração, promovem a preservação e valorização do patrimônio museológico da instituição, foi criada Rede de Museus da UEFS, a REMUS-UEFS. Subordinada ao Gabinete da Reitoria, ela tem o objetivo de “consolidar a política de gestão da área museológica, valorizando o papel social dos museus da UEFS como disseminadores de conhecimentos das áreas de atuação dos mesmos em consonância à tríade acadêmica” (UEFS, 2019a).

² Ao contrário dos demais museus, o Parque do Saber não adota uma abreviação formal. Para garantir uniformidade na referência às entidades e facilitar a identificação ao longo do texto, será adotada a sigla MPS.

museus vinculados à UEFS, solicitar uma autorização prévia junto à Reitoria, a qual foi deferida rapidamente (Anexo 1). Quanto ao Mac e ao MPS, foi solicitada a liberação de participação das entidades junto à Secretária Municipal de Cultura (Anexo 2) e à Fundação Municipal Egberto Costa, respectivamente (Anexos 3).

Na etapa inicial do estudo de caso, a pesquisa documental partiu do acesso aos dados disponibilizados pelo Ibram (Brasil, 2024c), e dos regimentos das instituições museológicas, para que fosse possível esclarecer as principais características de sua organização e administração. Quanto às instituições ligadas a UEFS, a documentação atinente ao seu regimento foi facilmente encontrada no site institucional da universidade. Foi necessário recorrer a jornais do acervo do Centro de Estudos Feirense, que compõe o MCS, bem como ao Arquivo Público Municipal e, por fim, ao Setor de Registros da Prefeitura Municipal para encontrar a legislação que criou os museus a esta vinculados. No que diz com o regimento interno destes, foi solicitado diretamente às entidades, sendo prontamente fornecido pelo MPS e, quanto ao Mac, foi informado pela atual direção que não há registro da existência do mesmo. Importa destacar que em todos os museus a pesquisadora foi sempre bem recebida pelos diretores e demais funcionários, inclusive para a realização dos trabalhos de campo para os registros mediante documentação fotográfica, realizados entre 2025 e 2026.

Para realização desses registros, contou-se com o auxílio de dois profissionais (Nunes, 2025; Gomes, 2025), sendo algumas imagens também feitas pela própria pesquisadora. Além disso, usou-se imagens de divulgação do Mact, que se encontrava fechado para reforma durante o período em que foram feitos os registros. A documentação fotográfica busca dar uma visão geral ao leitor deste trabalho sobre a estrutura das entidades, sua localização e inserção no contexto da cidade, bem como sobre o patrimônio cultural ali exposto, “enriquecendo-se o texto com recursos ilustrativos que auxiliem a compreensão da lógica da pesquisa” (Pádua, 2019, p. 134). Em relação ao MCS e o Centro de Estudos Feirense, foi exigido e retido formulário de autorização, requisito também solicitado para fotografar o MRA, através de envio de email ao Centro Universitário de Cultura e Arte. As demais entidades não impuseram tal regra.

Tendo como elemento o contexto da sustentabilidade, elegeu-se a análise qualitativa para o aprofundamento da compreensão das práticas desenvolvidas pelas instituições neste enquadramento. Tal opção permitiu retratar melhor a realidade social, pois é “caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e fenômenos, em contrapartida à avaliação quantitativa (...), onde predominam mensurações” (Martins; Theóphilo, 2007, p. 62). Para apresentação dos resultados, optou-se pela análise quantitativa, sistematizando a distribuição das respostas, o que favorece uma visualização mais clara.

Para a elaboração da fundamentação teórica deste estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Inicialmente, além da aquisição de livros, realizou-se visitas presenciais às bibliotecas da UEFS e da UFRB, bem como consultas a repositórios de bibliotecas digitais, o que permitiu o levantamento de publicações consolidadas nas áreas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como do campo museológico. Além disso, foram utilizados artigos científicos disponíveis nas bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Google Acadêmico, bem como teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O lapso temporal desta etapa ocorreu durante o primeiro ano da pesquisa.

Com base nesse conjunto, foi possível descrever a evolução dos temas do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, trazendo teóricos que apontam a origem do termo, seus usos e evolução, além de suas abordagens e fundamentos. Ainda com base na pesquisa bibliográfica, descreveu-se a história dos museus locais e brasileiros, bem como da museologia enquanto campo de conhecimento, apresentando seus referenciais teóricos.

A análise documental foi desenvolvida por meio de consulta à instrumentos voltados para a sustentabilidade, tanto nacionais quanto internacionais, além da legislação pátria disponível em sites governamentais de todas as esferas. Analisou-se como as cidades são incorporadas ao contexto das discussões sobre o tema, expondo os reflexos legais de tal inclusão, sobretudo na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei nº 10.257/01, que estabelece o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001). Para comparação desta lei com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) elencados nos compromissos da Agenda 2030 (ONU, 2015 p. 21), especificamente o Objetivo nº 11, elaborou-se um quadro comparativo (Quadro 4 - Diretrizes sustentáveis comuns do Estatuto da Cidade e da Agenda 2030), que permitiu a visualização dos pontos em comum entre os dois documentos.

Ademais, verificou-se que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana (Lei Complementar Municipal nº 117/2018) incorpora os princípios da sustentabilidade nas regras do ordenamento do território municipal. Verificou-se ainda iniciativas institucionais para acompanhamento do desenvolvimento sustentável no município que, quando submetido a avaliação de seus índices, não apresenta desempenho satisfatório, inclusive quanto ao setor cultural e de patrimônio histórico, o que inclui os museus.

A pesquisa documental também embasou a descrição dos aspectos da política cultural adotada no país e seus marcos regulatórios. Estes permitem perceber os processos que conduziram à configuração atual da gestão das instituições museais, que se vêem diante dos desafios da sustentabilidade. Tal abordagem contou ainda com a consulta a obras dos

repositórios institucionais das entidades ligadas ao campo museológico, aos compromissos globais voltados para salvaguarda do patrimônio cultural e natural, e às regras legais do setor.

A conciliação das pesquisas bibliográfica e documental fundamentou a elaboração do questionário encaminhado às instituições participantes desta pesquisa em outubro de 2025, sendo as repostas enviadas a partir desta data até janeiro de 2026. O questionário permitiu verificar se a gestão dos museus participantes adota práticas sustentáveis, com o intuito de obter informações acerca de aspectos do seu funcionamento que podem refletir na sustentabilidade local, nas suas dimensões econômica, ambiental, social e cultural. Foi aplicado em um único estágio, em formato digital, através da ferramenta “Google Formulários”, permitindo sua organização de maneira mais prática, sendo o hiperlink de acesso ao mesmo, encaminhado via email.

O questionário foi composto por questões fechadas, formulado com respostas por meio de afirmações auto descritivas, constituídas por cinco pontos na modalidade de escala do tipo *Likert* (Aybek; Toraman, 2022). Este método de medição, conforme Appolinário (2007, p. 81) é definido como um “tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto”, mensurando preferências e perspectivas, para criar uma medição de atitude em régua. Nesta pesquisa, usou-se o parâmetro de respostas a seguir:

Quadro 2 - Parâmetro de respostas

Escala	Resposta
01	O museu não pratica/adota tal assertiva.
02	O museu é indiferente ou desconhece tal prática.
03	Não há evidência suficiente da adoção da prática/assertiva.
04	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva.
05	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva.

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise das respostas busca retratar a situação atual do conjunto de museus investigados, sem estabelecer hierarquia ou grau de desempenho entre as entidades, de forma a verificar se a gestão adota práticas capazes de contribuir para a sustentabilidade urbana local. Assim, as informações coletadas foram agrupadas em tabelas de frequência, através da plataforma “Planilhas Google”, de forma a sintetizar as respostas, facilitando a sua análise.

As tabelas trazem as informações ligadas à gestão das entidades, bem como as informações ligadas às dimensões nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Na

primeira coluna constam as perguntas e, nas demais, as respostas distribuídas na escala *likert*, conforme o Quadro 2 - Parâmetro de respostas, acima. Considerando que a amostra é composta por seis museus (100%), escolhidos dentre os demais processos museais locais por critérios já apresentados, cada unidade corresponde a 16,7% da frequência total.

Para a construção do questionário, as publicações *Guia Para o Governo Local, Museus e Comunidades*, elaborado pelo Icom e pela OCDE (Icom; OCDE, 2019), o *Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade do Ibermuseus* (Ibermuseus, 2019) e o Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade de Museus (Ibermuseus, 2023a) foram utilizados como base. A escolha das publicações se deu por conta do reconhecimento internacional das entidades que as elaboraram, e por sua tradição e posição precursora na pesquisa da sustentabilidade em museus. Foi utilizado também o modelo teórico para o desenvolvimento sustentável em museus, elaborado por Stylianou-Lambert, Boukas e Christodoulou-Yerali (2014), publicado pela Routledge, consolidada editora acadêmica.

Baseou-se ainda a formulação do questionário no Plano Nacional Setorial de Museus (Brasil, 2025a) que, ao estabelecer a sustentabilidade como eixo estruturante, propõe que as suas diretrizes buscam “ampliar e fortalecer o fomento e financiamento do setor”, garantindo a sustentabilidade das entidades museais em suas dimensões ambiental, econômica, social e cultural, “pensada em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)” (*ibidem*).

Na obra *Guia Para o Governo Local, Museus e Comunidades*, elaborado pelo Icom e pela OCDE (2019), as instituições apresentam uma lista de verificação para administração local, comunidades e museus, para que possam ser identificadas formas de colaboração entre estes atores no desenvolvimento local, nas áreas de desenvolvimento econômico, regeneração urbana e desenvolvimento comunitário, educação e criatividade, inclusão, saúde e bem-estar.

Na publicação *Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade do Ibermuseus* (2019), a instituição faz o “levantamento e da análise dos dados primários e secundários, da revisão da literatura, incluindo os paradigmas internacionais, e da análise dos conceitos e do ambiente institucional relacionados à temática da sustentabilidade” (Ibermuseus, 2019, 7). O documento define o que é um museu sustentável e apresenta o arcabouço teórico que fundamenta as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. De forma complementar, para apoiar a adoção de práticas sustentáveis nas instituições museais, em 2023, a entidade lançou o Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade de Museus (Ibermuseus, 2023a):

Trata-se de uma ferramenta de autodiagnóstico, intuitiva e acessível e construída sobre uma perspectiva multidimensional e integrada que permitirá aos museus rever-se a si mesmos e conhecer seu grau de sustentabilidade. Para isso, o Guia assume o

conceito transversal da sustentabilidade para abordar desde as práticas de gestão, até a comunicação e mediação, passando pela preservação e conservação até a pesquisa e programação, sem descuidar o envolvimento e participação das comunidades. Esta valiosa ferramenta, que pode ser utilizada de forma autônoma e online, possui 55 indicadores que formam um conjunto de questões relacionadas com as funções primárias dos museus: educação, preservação, comunicação e investigação; e uma quinta função transversal que é a governança (Ibermuseus, 2023b).

Fundamentando-se nas quatro dimensões da sustentabilidade, Stylianou-Lambert, Boukas e Christodoulou-Yerali (2014), desenvolveram um modelo teórico de aplicação do desenvolvimento sustentável em museus, voltado tanto para a formulação de políticas públicas culturais quanto para a atuação dos profissionais das entidades (Stylianou-Lambert; Boukas; Christodoulou-Yerali, 2014, p. 571). O estudo destaca quais os parâmetros a serem considerados dentro de cada dimensão da sustentabilidade. Tais parâmetros foram usados na concepção do questionário de investigação desta pesquisa, que inclui um bloco de perguntas sobre a gestão das entidades, além dos indicadores recomendados no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Aspectos do desenvolvimento sustentável em museus

Cultural	Social	Econômica	Ambiental
Preservação do patrimônio	Bem-estar	Financiamento	Planejamento urbano e revitalização
Conhecimento e habilidade cultural	Pertencimento	Turismo cultural	Planejamento paisagístico
Memória/ identidade	Responsabilidade social	Empregabilidade	Ecoconstrução/ Eficiência energética
Novos públicos/ Inclusão	Cidadania ativa/participação	Revitalização econômica da comunidade local	Eventos/ Exposições sustentáveis
Diversidade Cultural/ Diálogo intercultural	Engajamento		
Criatividade e inovação			
Vitalidade artística			

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Stylianou-Lambert, Boukas e Christodoulou-Yerali, (2014, p. 570, tradução pela autora).

Dessa forma, o questionário foi organizado em 5 blocos:

Bloco 1 – Gestão: inclui perguntas sobre o contexto regulatório e administrativo das entidades e seus possíveis reflexos no âmbito local (Brasil, 2009a, 2013, Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, Brasil, 2025a).

Bloco 2 – Dimensão Econômica: inclui questões sobre a sustentabilidade financeira das entidades (Brasil, 2009a, 2013, Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, (Stylianou-Lambert; Boukas; Christodoulou-Yerali, 2014).

Bloco 3 – Dimensão Social: compõe-se de itens sobre a participação da comunidade nas atividades e ações dos museus, além de aspectos sobre inclusão e parcerias (Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, (Stylianou-Lambert; Boukas; Christodoulou-Yerali, 2014).

Bloco 4 – Dimensão Cultural: neste campo estão perguntas sobre as funções precípuas dos museus quanto à preservação, estudo e extroversão dos acervos, além de diversidade cultural e inovação (Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, (Stylianou-Lambert; Boukas; Christodoulou-Yerali, 2014).

Bloco 5 – Dimensão Ambiental: neste bloco estão as questões ligadas diretamente a interação das instituições com o meio ambiente natural e urbano. Busca-se compreender o papel das entidades enquanto plataformas de conscientização, bem como analisar sua atuação no uso e consumo de recursos (Brasil, 2009a, 2013, Ibermuseus, 2023a, Icom; OCDE, 2019, (Stylianou-Lambert; Boukas; Christodoulou-Yerali, 2014).

Ao final deste trabalho, houve como desdobramento, a concepção de um produto, na forma de proposição de projeto de lei de iniciativa popular, com vistas a incluir o Observatório Astronômico Antares e o Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo dentre o rol de Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (ACPC). Essa proposição está amparada no que dispõe o art. 99 da Lei Complementar Municipal nº 117, de 20 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Feira de Santana, e dá outras providências (Feira de Santana, 2018).

Como última etapa da metodologia, utilizou-se recursos de inteligência artificial através da plataforma Quillbot (2025) para verificar a adequação das traduções de idiomas estrangeiros, principalmente do francês, de forma a dar maior fluidez ao texto. A mesma plataforma foi usada para detecção de indicadores de similaridades no texto, em diferentes momentos.

Por fim, ressalta-se que o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UEFS em 17 de março de 2025 (Anexo 4), para assegurar sua conformidade ética e resguardar sua integridade, pelo qual foi aprovado.

1.4 Estrutura da dissertação

O presente estudo está dividido em cinco seções. Na primeira seção, traz as noções introdutórias sobre o tema proposto e seu contexto, além do problema e dos objetivos da pesquisa. Expõe ainda os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento da mesma.

Na segunda seção são apresentadas algumas perspectivas conceituais sobre a sustentabilidade, em especial voltada para o contexto urbano. No campo normativo, expõe-se

os reflexos da sustentabilidade e da Agenda 2030 sobre o conjunto de instrumentos legais composto pela Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Cidade estabelecido pela lei nº 10.257/01 (Brasil, 2001) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana regulado pela Lei Complementar Municipal nº 117/2018 (Feira de Santana, 2018).

Na terceira seção, descreve-se a história dos museus e da museologia no contexto nacional e local, destacando o processo de transição institucional até a incorporação da função social como componente fundamental das suas práticas. Após, serão discutidos o contexto histórico, regime jurídico, o acervo e a gestão dos museus locais. Apresenta-se também o panorama e os marcos temporais e regulatórios dos museus e da museologia no país, sendo analisadas as regras legais aplicadas ao setor. Em seguida, expõe-se como a sustentabilidade se insere no contexto das instituições museais, em suas dimensões econômica, ambiental, cultural e social.

A quarta seção traz informações censitárias do município de Feira de Santana, bem como esse contexto interage com a sustentabilidade urbana. Serão também apresentados os resultados da pesquisa, em tabelas de frequência, de forma que as respostas ao questionário, em cada dimensão da sustentabilidade, retratem o panorama geral das entidades neste contexto. Ademais, será apresentado como produto, o plano para inclusão das instituições como Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), no Plano Diretor Municipal, para, enfim, apresentar as considerações finais na quinta seção.

Acompanha esta pesquisa o apêndice, onde consta o questionário aplicado às instituições participantes, além do anexo, composto de documentação complementar.

2 SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO URBANO

2.1 Abordagens e fundamentos da sustentabilidade

Estudos como os de Pisani (2006) e Bosselmann (2015), apontam que o termo sustentabilidade³ surgiu na Idade Moderna por volta dos anos de 1560, na região da Saxônia da Alemanha, a partir da preocupação com a proteção e o uso racional das florestas. Esta mesma preocupação fez surgir mais tarde a silvicultura e as escolas dedicadas ao seu estudo, na Saxônia e na Prússia, ainda no século XVIII, campo do conhecimento que manteve viva a preocupação com o meio ambiente (Boff, 2012, p. 32-33). Embora admita que o conceito de sustentabilidade foi transformado em um modismo, sem o devido esclarecimento do seu conteúdo ou definição (*ibidem*, p. 36), Boff argumenta que ele significa:

O conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

(...)

Ela deve cobrir todos os territórios da realidade que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas.

(...)

Em todos os níveis: local, regional, nacional e global (Boff, 2012, p. 14;16-17).

Conforme Veiga (2019), a sustentabilidade não possui conceito preciso, pois “se trata de um novo valor” que, inicialmente rejeitado, “só começou a firmar-se meio século depois da adoção, pela Organização das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948” (Veiga, 2019, p. 13), documento que reconhece o direito ao meio ambiente saudável. O autor defende ser improvável que a sustentabilidade venha a ter uma definição, embora já seja reconhecida a necessidade de redução da insustentabilidade global (*ibidem*, p. 14), destacando que nas raízes do debate sobre o tema, estão as reflexões decorrentes da ecologia e da economia.

Para Bosselmann (2015), a sustentabilidade possui “características históricas, conceituais e éticas de um princípio jurídico”, ou seja, trata-se de um valor capaz de confirmar um sistema legal por inteiro, cuja ideia central é “respeitar a integridade ecológica da Terra” (Bosselmann, 2015, p. 20;18).

Vê-se que apesar da convergência dos autores no entendimento da sustentabilidade enquanto valor vital para proteção do meio ambiente, Boff (2012) a aborda sob uma roupagem

³ *Nachhaltigkeit*

ecológica multidimensional, ao passo que Bosselmann (2015) traz uma concepção jurídica, enquanto Veiga (2019) dispõe uma dimensão histórica. Não há uma teoria única da sustentabilidade, mas diversas abordagens que reconhecem a importância da conservação dos recursos naturais. Ainda que o recorte teórico aqui apresentado seja limitado, essa divergência das perspectivas pode ser estendida a todo o campo de discussão, atingindo também a noção de desenvolvimento sustentável (Hoeffel; Reis, 2011).

Ainda sobre o sentido do termo, Leff (2006) aponta que o discurso da sustentabilidade é permeado pela ambivalência, causada pela polissemia que o próprio termo carrega, pois *sustainability* é passível de manifestar dois significados: “o primeiro, traduzível como *sustentabilidade*, implica a incorporação das condições ecológicas (...) do processo econômico; o segundo, que se traduz como desenvolvimento sustentado, implica a perdurabilidade no tempo do progresso econômico” (Leff, 2006, p. 137).

Veiga (2019), Leff (2006) e Barbieri (2020) sustentam que foi a crise ambiental evidenciada a partir dos anos 1960, que fez surgir os interesses teórico e político de valorização da natureza. Diante do conflito de opiniões sobre as formas mais eficientes de desenvolvimento, Leff (2000) entende que a sustentabilidade nasceu da necessidade de “um conceito capaz de tornar a economia mais verde, eliminando a contradição entre crescimento econômico e conservação da natureza” (Leff, 2000, p. 19, tradução pela autora), o que para ele não é possível, pois não há como tornar sustentável o crescimento econômico por meio dos mecanismos de mercado, e este não é também capaz de incorporar as condições ecológicas e sociais desse processo capitalizando a natureza, e completa:

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio pôr em causa a racionalidade e os paradigmas teóricos que têm promovido e legitimado o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica surge assim como critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição de sobrevivência humana e suporte para alcançar o desenvolvimento duradouro, problematizando as próprias bases da produção (Leff, 2000, p. 17, tradução pela autora).

O termo sustentável já era utilizado antes de qualificar o desenvolvimento, no sentido daquilo que pode ser sustentado, mantido (Barbieri, 2020, p. 64). Quanto à sustentabilidade ambiental, seu conceito vem das Ciências Biológicas, baseando-se na concepção de que “só é possível a sua exploração permanente se for restrita apenas ao incremento do período, geralmente um ciclo anual, para preservar a base inicial” (*ibidem*, p. 66). Já sob a ótica da macroeconomia, a sustentabilidade diz respeito à formação de capital. Barbieri (2020) apresenta tais critérios para reforçar que, na busca de um novo paradigma de desenvolvimento, o

“conceito de sustentabilidade não pode se limitar apenas à visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais” (*ibidem*, p.72-73).

Ainda segundo o autor, é com a Segunda Guerra Mundial que o crescimento econômico “iria agravar os problemas ambientais, fazendo com que eles extravasassem as fronteiras nacionais e, portanto, escapassem das ações dos governos locais e nacionais” (Barbieri, 2020, p. 26). Com isso, eventos relacionados com o meio ambiente passaram a ser objeto de pesquisas de forma mais intensa “a partir de 1957, (...) inclusive o clima” (*ibidem*). Outrossim, as teorias econômicas e estudos voltados para questões sobre o desenvolvimento e os diferentes padrões de crescimento não se limitavam mais a aspectos puramente econômicos, mas incorporam questões e enfoques de disciplinas como “sociologia, ciência política, biologia, ciências da terra, educação e gestão pública e empresarial” (*ibidem*, p. 19), sendo a seguir adjetivadas com a ideia de sustentabilidade.

Com vistas a estudar a viabilidade do sistema capitalista industrial e sua relação com a limitação dos recursos naturais, com o crescimento da população e o desenvolvimento tecnológico, foi elaborado o relatório *Os Limites do Crescimento* (Meadows *et al.*, 1972), publicado em março de 1972 por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachussets, nos Estados Unidos. Atribui-se a este documento a promoção do interesse a nível global sobre a deterioração do meio ambiente, sustentabilidade e o desenvolvimento das nações (Leff, 2006, p. 135). Acusado de ser alarmista, tornou-se um marco na indicação da transição para um mundo sustentável. O documento trouxe a possibilidade de que o planeta não suportaria as taxas de crescimento econômico e populacional caso medidas para preservação dos recursos naturais não fossem tomadas, mesmo diante dos avanços tecnológicos, que não seriam suficientes para frear os efeitos da degradação ambiental, concluindo que:

(...) se as atuais [1972] tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial (Meadows *et al.*, 1972, p. 20, tradução pela autora).

Sob o aspecto de repensar a produção, o processo econômico e a reapropriação da natureza, surgiram, segundo Leff, “estratégias de codesenvolvimento, promovendo novos estilos de desenvolvimento baseados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e na gestão prudente dos recursos (Sachs, 1982)” (Leff, 2000, p. 19, tradução pela autora).

A noção de ecodesenvolvimento⁴ foi trazida por Sachs (2009) ainda na década de 1970, em sua busca pela melhor compreensão do elo que une economia e meio ambiente, mas articulando estes ao âmbito social. Ele defendeu que “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis” (Sachs, 2009, p. 232). Nessa perspectiva, o desenvolvimento seria endógeno, com a valorização das iniciativas e pesquisas locais, o uso dos recursos renováveis na produção e a divisão dos frutos do crescimento (*ibidem*, p. 239-241).

A ideia enfrentou grande resistência, e o termo ecodesenvolvimento foi sendo gradualmente substituído pelo termo desenvolvimento sustentável (*ibidem*, p. 234). Mas o seu núcleo foi mantido pois, já sob a ótica do novo termo, Sachs (2009) afirmaria mais tarde que esse desenvolvimento sugere a adoção de padrões de convivência que possam ser concomitantemente incluídos, sob o ponto de vista social, sustentáveis, sob o ponto de vista ecológico, e sustentados, sob ponto de vista econômico (Sachs, 2008).

No mesmo ano em que foi publicada a obra *Limites do Crescimento*, as Nações Unidas realizaram em Estocolmo, a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, onde foi elaborado um Plano de Ação para a preservação ambiental a ser seguido pelos países. Embora ainda não se usasse a expressão desenvolvimento sustentável, o primeiro princípio do documento já apontava seu surgimento, reconhecendo que todos têm o direito fundamental de desfrutar “de condições de vida adequada em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita vida digna e bem-estar, tendo a obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras” (ONU, 1972, p. 4, tradução pela autora).

Conforme Barbieri (2020), observou-se durante o evento, o conflito entre os interesses dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, com aqueles preocupados com a poluição e a escassez de fontes de energia, enquanto estes estavam mais preocupados com a pobreza (Barbieri, 2020, p. 31). Apesar das divergências, o evento “inscreveu definitivamente o meio ambiente na ordem do dia da comunidade internacional” (Sachs, 2009, p. 233), trazendo no bojo da Declaração de Estocolmo, seu documento final, “a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo” (Sachs, 1993, p. 30). Essa afirmação da compatibilidade entre o desenvolvimento com a diminuição das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente foi sendo validada na construção do campo global das políticas ambientais.

⁴ O termo foi empregado originalmente na preparação para a conferência ambiental da ONU de 1972, por Maurice Strong, então comissário (Sachs, 2009, p. 234).

Nesse sentido, Carneiro (2003) aponta que esse caminho guiou a articulação de “um discurso que levasse em consideração o problema da dissipação dos fundamentos naturais da produção e da vida sem, entretanto, romper com a doxa desenvolvimentista”, discurso este feito com a ideia “de “desenvolvimento sustentável”, que passa a ser a formulação dóxica da “questão ambiental”” (Carneiro, 2003, p. 39). Para o autor, essa ““conciliação” ideológica resulta necessariamente num conjunto conceitual lasso e impreciso o suficiente para servir de amarra dóxica do campo da política ambiental” (*ibidem*, p. 51), que, assimilado, configura-se como indiscutível.

Os argumentos de Carneiro (2003) estão baseados na obra de Bourdieu que, ao usar o conceito de campo para descrever os espaços sociais onde os indivíduos atuam – neste caso, o campo da política ambiental – estabelece que são imbuídos de regras próprias, havendo um contrato tácito de aceitação das mesmas, que devem ser preservadas com a internalização da doxa, ou seja, normas e valores tidos como naturais dentro daquele campo, responsáveis por sua preservação. Assim,

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo, que é o produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição de funcionamento do jogo. (...) Todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário (Bourdieu, 1989, p. 173).

Nessa direção, Acselrad (1999) argumenta que a noção de sustentabilidade não descreve a realidade, não trata do que é, mas busca produzir o que deve ser através das práticas “que o discurso pretende tornar realidade” (Acselrad, 1999, p. 80), remetendo, segundo o autor “a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais”, de forma que quem controla o discurso, controla também a legitimidade dessas práticas, o que leva, conseqüentemente, a “uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade” (*ibidem*). Corroborando com a visão de Bourdieu (1989), Acselrad (1999) acrescenta que:

para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. Poder-se-á falar, assim, em nome dos (e para os) que querem a sobrevivência do planeta, das comunidades sustentáveis, da diversidade cultural etc. Em síntese: a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade (Acselrad, 1999, p. 80).

Com o campo global se configurando em torno do fortalecimento da noção de sustentabilidade, embora não haja consenso sobre a sua definição, caso venha a ser delimitada conceitualmente, será através de uma “construção social” (*ibidem*) com múltiplos significados,

o que explica “por que distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão mais legítima” (*ibidem*). Dessa forma, a dimensão política da questão ambiental decorre da luta simbólica entre atores distintos que buscam impor sua visão hegemônica sobre a sustentabilidade.

Dentre as matrizes interpretativas que cercam o debate, o discurso oficial das Nações Unidas e suas entidades sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, baseado na convicção de que é possível unir crescimento econômico e preservação do meio ambiente através da dimensão tecnológica e eficiente da economia, foi difundido amplamente a governos, entidades privadas e sociedade civil. A construção de um discurso genérico e global sobre os temas, feito por organismos internacionais, introduziu a temática ambiental em eventos político-econômicos, dando ao campo um reconhecimento sem precedentes.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, consolidando o discurso da compatibilidade que os uniria. Com o intuito de promover o diálogo sobre essas temáticas entre países ricos e países pobres, sendo responsável por trazer uma nova abordagem para a ação ambiental, focada no conceito de desenvolvimento sustentável, em detrimento da ótica do desenvolvimento sob a perspectiva puramente do crescimento econômico, que já vinha sendo suplantado. Dos trabalhos da comissão, nasceu o relatório Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundland, como também é conhecido, que estabeleceu em 1987, o conceito mais aceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Brundland, 1987, p. 16).

De acordo com Azevedo (2017 p. 35) foi com a publicação do Relatório de *Brundtland*, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) foi materializado, o qual contemplou conteúdos de proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social ordenado aos padrões de produção e consumo. Embora sujeito a críticas, o termo se solidificou. Apesar disso, para Bosselmann (2015), a imprecisão da definição estabelecida no Relatório Brundland minimizou a sustentabilidade, dando a governos e negócios a ideia equivocada de que é possível ter ao mesmo tempo um meio ambiente saudável e crescimento econômico, o que “é uma irracionalidade tida como verdade” (Bosselmann, 2015, p. 18).

Esta incompatibilidade continua sendo objeto de discussão no âmbito da ONU, tal como na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, que ficou conhecida como Cúpula da Terra, ou Eco-92, que teve como resultado a elaboração da Agenda 21, evento que difundiu amplamente o discurso sobre o desenvolvimento sustentável (Leff, 2000, p. 18). Organizou-se um plano de ação global para o desenvolvimento, que deveria

conciliar a proteção do meio ambiente, o crescimento econômico e a justiça social, através de oito objetivos. Para Sachs (2009), embora não tenha surtido os efeitos esperados,

A conferência do Rio foi realmente uma Estocolmo + 20. Esses dois decênios viram a maioria dos países se dotar de legislações e administrações ambientais, e as empresas, ao menos algumas, se convenceram de que o meio ambiente poderia ser uma fonte de lucros e não apenas um custo adicional. Os países do Sul compreenderam que tinham interesse em infletir suas estratégias de desenvolvimento de modo a integrar a dimensão ecológica, tanto assim que o nome oficial da Cúpula da Terra compreendia o meio ambiente e o desenvolvimento, e não mais apenas o meio ambiente, como em Estocolmo (Sachs, 2009, p. 253-254).

Com uma abordagem que preceituava a implementação de planos locais de ação, adaptados às particularidades territoriais, normativas e ambientais, o plano de ação indicava a busca pela adequação das estratégias a serem adotadas em cada realidade nacional, sem deixar de recomendar a integração entre os países. O evento teve grande sucesso midiático, mas fracassou porque depois de muitos anos, o que se viu foi que “as Agendas locais são poucas” (*ibidem*, p. 254). Tal fracasso se deu, ainda segundo Sachs (2009), pela incapacidade das Nações Unidas de organizar o que deveria ocorrer após a conferência, além de que as recomendações geradas iam em sentido contrário aos interesses neoliberais, que estavam no auge naquela época (Sachs, 2009, p. 255).

O plano de ação da Agenda 21 está dividido em quatro capítulos, que tratam das dimensões social, econômica, ambiental e institucional do desenvolvimento sustentável. Seus paradigmas pautados na sustentabilidade foram progressivamente incorporados por diversificados setores, ampliando-se as perspectivas de análise para um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e integrado, capaz de consolidar todo o discurso construído oficialmente ao longo dos trabalhos da organização. Assim, as dimensões do desenvolvimento sustentável passaram a ter lugar de destaque nas discussões teóricas (Sen; Sudhir, 1994; Magalhães, 1998; Guilherme, 2007; Bursztyn, 2002).

Conforme o debate sobre a sustentabilidade foi sendo difundido e ampliado, diferentes forças sociais dele se apropriaram, com novas roupagens. Nesse sentido o entendimento de Sachs (2000) de que, o termo sustentabilidade é, em geral, “utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental”, mas é preciso entender que “este conceito tem diversas outras dimensões (Sachs, 2000, p. 71). Para fundamentar essa posição, Sachs (1993) reconheceu, a princípio, que seu conceito dinâmico comporta cinco dimensões: sustentabilidade social, com melhor distribuição de renda e direitos, reduzindo as desigualdades entre ricos e pobres; sustentabilidade econômica, pautada no uso eficiente dos recursos e em condições mais favoráveis das relações comerciais; sustentabilidade ecológica, com a proteção do meio ambiente e o uso consciente dos recursos naturais; a sustentabilidade espacial, voltada para o

equilíbrio da configuração rural-urbano e o uso racional do território; e a sustentabilidade cultural, baseada na busca de soluções específicas para cada ecossistema e comunidade (Sachs, 1993, p. 37-38).

Posteriormente, Sachs (2000) ampliou sua análise. Nesta atualização teórica, foram acrescentadas a dimensão ambiental, segundo a qual se impõe “respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (Sachs, 2000, p. 86), as dimensões das políticas nacional e internacional, reforçando a importância da democracia, da coesão social e da paz (*ibidem*, p. 87) e, por fim, a abordagem territorial que ressalta a necessidade de “melhoria do ambiente urbano” e “superação das disparidades inter-regionais”, além de diretrizes “seguras para áreas ecologicamente frágeis” (*ibidem*, p. 86).

Essa classificação da sustentabilidade em dimensões se concretizou ao longo do tempo, sendo ampliada ou restringida por outros autores, dentro das dinâmicas de disputas simbólicas em torno dos seus significados (Viola; Olivieri, 1997, p. 212-213).

Partindo da premissa das dimensões econômica, social e ambiental por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, foi apresentado um plano de ação global, o qual contemplou um conjunto de objetivos e metas, a vigorar a partir de 2015. Surgia o documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015). Refere-se a um compromisso firmado por nações, com 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas globalmente, que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030, constituindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são integrados e indivisíveis (ONU, 2015, p. 2, tradução pela autora).

O documento apresenta o propósito de equilibrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, trazendo um plano de ação com a conexão dos objetivos entre si, visando um futuro mais justo e sustentável para todos (ONU, 2015). Conforme Barbieri (2020), a Agenda 2030 “acumula os resultados de uma longa trajetória de debates sobre desenvolvimento sustentável, cujo começo pode ser a Conferência de Estocolmo em 1972” (Barbieri, 2020, p. 211). As Nações Unidas exercem, dessa forma, influência na formulação e implementação de políticas locais, regionais e globais.

Cumprir acrescentar que a Agenda 2030 não está imune às críticas, principalmente pelo fato de seu escopo ser predominantemente econômico. Somando a isso, aponta-se que os objetivos simplificam problemas complexos, ignoram diferenças entre países e regiões, além de reforçar a dicotomia das relações norte-sul globais e, ao não estabelecer metas voltadas à defesa da democracia, desconsidera que “as populações de mais de metade dos países do mundo

vivem sob governos parcial ou totalmente autoritários” (Ala-Uddin, 2019, p. 219). De certa forma, acaba por reproduzir, em parte, a ordem que pretende superar (*ibidem*). Entretanto, constitui relevante avanço para a ampliação do debate acerca da sustentabilidade, reconhecendo que o modelo de desenvolvimento vigente precisa ser revisto.

Adotando esse ponto de vista, o Brasil é signatário da agenda e retomou os esforços voltados à implementação dos ODS, tendo instituído por decreto presidencial uma Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Brasil, 2023a), com o intuito de estimular a efetivação da Agenda 2030. Na perspectiva cultural, foco deste trabalho, o Relatório Nacional Voluntário para monitoramento da implementação dos ODS (Brasil, 2024a), reconhece o compromisso “em promover uma política cultural inclusiva e sustentável, ressaltando o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento, para o combate às desigualdades estruturais e para transformações sociais e econômicas de justiça e inclusão” (Brasil, 2024a, p. 76). O país vai além ao adotar voluntariamente o ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial (Brasil, 2023b) e realizar estudos para propor outros objetivos, dentre os quais está o ODS 19, referente a “Arte, Cultura e Comunicação”, cujo eixo focal seria “assegurar a pluralidade e liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos e todas” (Cabral; Gehre, 2020, p. 173).

Com base no arcabouço teórico seguido como fundamento desta pesquisa, adota-se o entendimento de que, embora ainda não se tenha um conceito preciso, a ideia central da sustentabilidade está na busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente, com destaque para a conservação dos ecossistemas e utilização racional dos recursos naturais. Ainda que tal equilíbrio pareça inalcançável, a sustentabilidade segue como um valor orientador para as políticas públicas, reforçando a necessidade de adoção de medidas que considerem os limites ecológicos ao crescimento econômico.

Baseado nos argumentos e percepções abordadas, entende-se que o conceito de desenvolvimento sustentável foi sendo construído e legitimado, atrelado a uma noção de que se trata de um desenvolvimento duradouro ao longo do tempo. Tal desenvolvimento deve ser capaz de atender demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, reconhecendo a complexidade e a interdependência entre essas dimensões. Essa abordagem transdisciplinar e integrada também embasa a ideia de sustentabilidade aqui proposta.

Apesar das críticas a que estão sujeitos, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável tornaram-se referenciais estruturantes na definição de políticas públicas, embora na prática, ações de implementação e controle não se concretizem da forma planejada.

2.2 Sustentabilidade urbana

Sob a égide da institucionalização legal no Brasil, os termos *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* estão inseridos pontualmente na Constituição Federal⁵. Entretanto, sustentabilidade e desenvolvimento são “valores supremos” da ordem jurídica pátria, conforme ensina Freitas (2019, p. 109), para quem o preâmbulo da Carta, ao falar em desenvolvimento nesse sentido e

como objetivo fundamental, quer necessariamente adjetivá-lo como sustentável, intemporal e durável. Melhor do que isso: pretende que a sustentabilidade fixe os pressupostos (sociais, econômicos, ambientais, jurídico-políticos) de conformação do desenvolvimento constitucional aceitável (*ibidem*).

Os princípios jurídicos são bases estruturantes do ordenamento e vinculam valores que se sobrepõem às normas. Sob o prisma hermenêutico da sustentabilidade como tal,

(...) a Carta cogita do desenvolvimento, almeja a continuada prosperidade material e imaterial. Melhor: determina que se estabilize a ambiência jurídico-política homeostática, que não se compagina com outro trabalho que não seja o decente (ODS 8, da Agenda 2030). Reputa crucial o equilíbrio do ecossistema terrestre (ODS 15). Determina o caráter precípua da energia limpa e renovável (ODS 7). Não condiz com outra ética que não seja a da vedação rigorosa da pobreza extrema (ODS 1). Considera irrenunciável a construção da sociedade pacífica (ODS 16). Trata de cumprir as metas de redução de emissões tóxicas, à vista de insofismáveis mudanças climáticas (ODS 13). Combate a poluição dos oceanos (ODS 14). Mantém os compromissos internacionais de parceria para implementar pautas de longo prazo (ODS 17). Consagra a inovação inclusiva e responsável (ODS 9). Assume o mister de reduzir desigualdades injustas (ODS 10). Acolhe o direito à cidade sustentável (ODS 11). Prescreve a responsabilidade compartilhada de produção, consumo e pós-consumo (ODS 12). Não aceita interrogar a terra, a não ser para a agricultura salutar (ODS 2). Trata dos recursos hídricos como bens públicos e do saneamento como direito subjetivo (ODS 6). Tem atenção para todas as idades (ODS 3). Proclama o direito fundamental à educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4). Não se afeiçoa à insistência acrítica na perversa discriminação de gênero (ODS 5) (Freitas, 2018, p. 942-943).

Dessa forma, vê-se que o texto constitucional converge com os valores do desenvolvimento sustentável propostos pela Agenda 2030 em diversos aspectos. A sustentabilidade é um princípio vigente, de eficácia direta, e os dispositivos da Carta corroboram com a incorporação do seu sentido no conceito de desenvolvimento, pois “não são apenas compatíveis, mas se constituem mutuamente” (Freitas, 2019, p. 105), havendo entre eles um “entrelaçamento tópico-sistemático” (*ibidem*, p. 112). O artigo 225 é um exemplo disso, dado que o reconhecimento expresso como direito fundamental coletivo das presentes e futuras

⁵ Art. 43, §4º; Art. 159-A, §2º; Art. 163, VIII; Art. 164-A, parágrafo único; Arts. 92-B, §2º e §6º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

gerações de que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Brasil, 1988), “intenta o desenvolvimento continuado e durável” (Freitas, 2019, p. 112).

O reconhecimento pela regra constitucional do direito fundamental ao desenvolvimento permite afirmar que ele “será realizado por ações positivas ou negativas do Poder Público e de toda a coletividade, por meio da implementação do desenvolvimento sustentável, que compatibilize a necessidade de crescimento econômico com a preservação ambiental” (Amado, 2018, p. 66). O meio ambiente a que se refere o texto constitucional abrange os ambientes naturais, artificiais e culturais, que são interdependentes (Amado, 2018), pois todos os elementos e processos ambientais estão interligados e interconectados, consolidados ao longo do tempo como estruturas ecossistêmicas.

Ao serem contempladas na pauta do desenvolvimento sustentável, as cidades são incorporadas como cenários da implementação das políticas de sustentabilidade. A temática foi discutida já na Conferência de Estocolmo, e as Nações Unidas possuem um Programa Para os Assentamentos Humanos, a ONU-Habitat, que realiza eventos específicos para a matéria, a cada vinte anos, desde a década de 1970⁶. Para “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, conforme o Objetivo 11 (ONU, 2015), o programa ONU-Habitat III (2016) elaborou a Nova Agenda Urbana (NAU), que detalha estratégias de implementação desse ODS.

Esta, juntamente com a Agenda 2030 compartilham o compromisso com o desenvolvimento urbano, firmando-se como referenciais normativos e interpretativos para a promoção de políticas integradas. Suas recomendações, focadas na dimensão urbana, ressaltam a importância das ações a nível local, envolvendo governos e outros agentes. Embora sejam tratados de adesão voluntária, que necessitam de ratificação, possuem reflexo em todo o ordenamento. Nesse sentido,

Percebe-se então que os debates abordados por diferentes autores sobre a sustentabilidade mostram a incorporação de uma perspectiva pluridimensional que articule simultaneamente a economia, o ambiente, os aspectos político sociais e culturais, dentre outros, para uma conceituação mais rigorosa no sentido de superar as propostas iniciais de desenvolvimento, baseado na produção, consumo e na acumulação, por uma **cidade** que se deseja como sustentavelmente saudável enquanto qualidade de vida e de ambiente aos seus moradores (Silva; Souza; Leal, 2012, p. 29, grifo pela autora).

Sob essa perspectiva, o ordenamento jurídico nacional reconhece as cidades como ambientes artificiais – construídos pelo homem –, mas que também incluem ambientes naturais e culturais. A Constituição dedica um capítulo a elas, destacando sua função social, prevendo

⁶ A Conferência ONU Habitat I foi realizada em Vancouver, 1976, A Habitat II em Istambul, 1996 e a Habitat III em Quito, 2016.

em seu artigo 182 que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, 1988).

Diante da necessidade de lei para regulamentar tal política, após treze anos da promulgação do texto constitucional, foi elaborado o Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257 de 2001. Este “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Amado, 2018, p. 694). Embora a norma não cite especificamente o termo *desenvolvimento sustentável* e, ao trazer o termo *sustentabilidade* o faça vinculado ao caráter ambiental, é orientada para o desenvolvimento sustentável e, já em suas diretrizes, vinculantes para todos os entes da federação, dialoga com o que é proposto pela Agenda 2030. O Quadro 4 traz essa abordagem:

Quadro 4 - Diretrizes sustentáveis comuns do Estatuto da Cidade e da Agenda 2030		
Eixo central/pressuposto	ODS 11	Dispositivos do art. 2º do Estatuto da Cidade
Cidades sustentáveis	Objetivo 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes e sustentáveis.	I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
Habitação e serviços básicos	Meta 11.1 Acesso de todos à habitação segura, adequada e de preço acessível, e aos serviços básicos (coleta de lixo, água potável, saneamento, energia elétrica) e urbanizar as favelas.	XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais; XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. (Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015) XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados. (Incluído pela Lei nº 13.699, de 2018)

(Continuação)

Transportes	Meta 11.2 Acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível. Aumentar a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade social.	V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: (...) d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
Urbanização	Meta 11.3 Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade para o planejamento participativo, integrado e sustentável.	II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

(Continua)

(Continuação)

Eixo central/pressuposto	ODS 11	Dispositivos do art. 2º do Estatuto da Cidade
Urbanização		IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
Patrimônio natural e cultural	Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
Desastres e Catástrofes	Meta 11.5 Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.	VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: (...) h) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)
Impactos ambientais no meio urbano	Meta 11.6 Reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência; XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

(Continua)

(Continuação)

Eixo central/pressuposto	ODS 11	Dispositivos do art. 2º do Estatuto da Cidade
Acesso a espaços públicos e áreas verdes	Meta 11.7 Acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população. (Redação dada pela Lei nº 14.489, de 2022);
Planejamento urbano	Meta 11a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
Planejamento urbano	Meta 11a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
Implementação de políticas e planos	Meta 11b Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas,	X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

(continua)

(Continuação)

Eixo central/pressuposto	ODS 11	Dispositivos do art. 2º do Estatuto da Cidade
Implementação de políticas e planos	a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.	XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos; XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população; XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Azevedo (2017); Brasil (2001); Nações Unidas (ONU, 2015).

Pode ser percebido no Quadro 4 a semelhança entre as metas do ODS 11 e os dispositivos do art. 2º do Estatuto da Cidade. Mostra-se que, apesar de não haver absoluta correspondência entre os dois documentos, há uma intersecção entre eles, ora com uma visão mais abrangente na norma nacional, ora no documento das Nações Unidas. De igual modo, ambos buscam cobrir a sustentabilidade de forma multidimensional, pois a cidade sustentável “precisa atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos” (Leite e Awad, 2012, p. 135), afinal elas abrigam mais de 80% da população brasileira (IBGE, 2024). Nesse sentido, corrobora Jeffrey Sachs:

Dado que a maior parte do mundo viverá em cidades, é importante perguntar o que torna uma cidade sustentável. A resposta é tripla (de acordo com as três dimensões do desenvolvimento sustentável). As cidades sustentáveis são economicamente produtivas, socialmente (e politicamente) inclusivas e ambientalmente sustentáveis. Em outras palavras, devem promover atividades econômicas eficientes, garantir que todos os cidadãos possam se beneficiar delas, e devem fazê-lo de forma a preservar a biodiversidade, o ar e a água seguros, e a saúde física e a segurança dos cidadãos, especialmente numa era de alterações climáticas e de vulnerabilidade crescente a catástrofes climáticas extremas (Sachs, 2015, p. 366, tradução pela autora).

Enquanto regra geral, seus dispositivos dependem de complementação legislativa municipal posterior, de forma que o Estatuto da Cidade fornece ferramentas para formulação de instrumentos de planejamento, regulação e ordenação a serem adotados na esfera local, principalmente através dos planos diretores. Estes, obrigatórios para municípios que preencham

certos requisitos⁷, por sua força constitucional (art. 182, § 1º), são o instrumento básico da política urbana. Devem ser participativos, revistos a cada dez anos, e ter incluídas suas diretrizes e prioridades no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual municipal.

Feira de Santana instituiu seu primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado ainda em 1968, o qual foi revisto em 1990, gerando o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município, através da Lei Ordinária nº 1.614/1992. Havia a previsão de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 2000, cujo projeto de lei foi revisto em 2006, mas que não foi instituído (Santos, 2012, p. 123). Dessa forma, o seu atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDU), Lei Complementar nº 117/2018 (Feira de Santana, 2018), é o primeiro a ser estabelecido nos termos do Estatuto da Cidade. Seguindo a lógica global e nacional sobre a adoção da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, estabelece:

Art. 10. A política de desenvolvimento urbano e territorial está orientada para a integração dos espaços do Município bem como a integração regional, enfatizando a compatibilização do **crescimento econômico com a garantia da equidade social, a geração de emprego e renda, a conservação e recuperação ambiental, o estabelecimento de condições de sustentabilidade para o processo de desenvolvimento social e a democratização da gestão municipal**, conforme o artigo 121 da Lei Orgânica (Lei nº 37/1990) (Feira de Santana, 2018, p. 4, grifos pela autora).

A norma inclui no seu artigo 11, como princípios que regem o PDDU, “o direito à cidade sustentável” e “a sustentabilidade social, ambiental e econômica” (Feira de Santana, 2018), assegurando que a função social da cidade engloba o direito à cultura, para as presentes e futuras gerações, instituindo ainda que:

§ 3º - A **cidade sustentável** é a que propicia e promove a melhoria das condições paisagísticas e de conforto ambiental no ambiente urbano, mediante o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir a melhoria da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, bem como a identificação e valorização de áreas de preservação ambiental e o desenvolvimento de ações para o manejo sustentável dos recursos naturais e **culturais, do patrimônio histórico, artístico, físico e imaterial**.
(...)

⁷ A Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 2001):

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 8º A **sustentabilidade** deverá ser entendida como o tripé entre o social, o ambiental e o econômico, com suas interrelações e integrações, desde a regularização fundiária de áreas ocupadas por populações de baixa renda, até a integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico de Feira e da sua região no âmbito estadual, com **a valorização do patrimônio ambiental, histórico, artístico e cultural** (Feira de Santana, 2018, p. 4, grifos pela autora).

Dentro dos contornos desta pesquisa, ressalte-se que o PDDU traz como seus objetivos: garantir o acesso à cultura, fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias, preservar e recuperar o conjunto do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico “enquanto importante dimensão da economia do território, utilizando-os como meio visando o desenvolvimento sustentável, tanto no ambiente urbano, quanto no rural” (Feira de Santana, 2018, p. 6). Traz ainda como diretriz a preservação da memória e da identidade local e o estabelecimento de políticas para a manutenção e conservação dos imóveis de valor histórico, artístico ou cultural (*ibidem*, p. 8). Há ainda na lei uma subseção específica dedicada a áreas de proteção cultural, a ser tratada no capítulo sobre o produto gerado por este trabalho.

Observa-se uma convergência normativa no ordenamento jurídico, com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e, na esfera local, o plano diretor, entrelaçando a promoção de cidades mais sustentáveis. Embora haja essa confluência da normatização do discurso da sustentabilidade, não são apresentadas contrapartidas capazes de avaliar a sua efetividade, revelando “discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática” (Maricato, 2015, p. 86), com a separação entre o plano jurídico-discursivo e a implementação concreta de políticas sustentáveis, como se verá na seção 4.

3 GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ORIENTADA PARA MUSEUS

3.1 História dos museus e da museologia no Brasil

Os museus contemporâneos surgiram na Europa no final do século XVIII e início do século XIX. Para Tony Bennet (1995), formaram-se a partir da noção de que a cultura seria algo útil para governar, que serviria para o exercício de novas formas de poder para os Estados Nacionais que surgiam. Acreditava-se que através da cultura, o Estado não precisaria aumentar seu poder regulatório, pois poderia modular o comportamento dos indivíduos a seus interesses (Bennet, 1995, p. 21, tradução pela autora). Ainda de acordo com Bennet (1995), o governo passa a pensar e organizar o setor “através da concepção de que as obras, formas e instituições de alta a cultura” podem ser usadas com “o objetivo de civilizar a população como um todo” (*ibidem*, p. 20, tradução pela autora).

Assim, os museus modernos foram estabelecidos por uma elite social, que definia o que deveria ser considerado patrimônio histórico, com o público como mero expectador em busca de conhecimento. Nos países não europeus, a formação dessas instituições foi um “fenômeno puramente colonialista”, como define Varine-Bohan (1979), que acrescenta:

Foram os países europeus que impuseram o seu método de análise dos fenômenos culturais e do patrimônio aos países não europeus; Forçaram as elites destes países e o povo a ver a sua própria cultura através de olhos europeus. Portanto, os museus da maioria das nações são criações da fase histórica colonialista. (Varine-Bohan, 1979, p. 12, tradução pela autora).

Em 1818, era inaugurado no Brasil o Museu Real, que atualmente é o Museu Nacional, sob gestão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Primeira entidade do tipo no país, reproduzia a mesma lógica dos museus nacionais da Europa (Bennett, 1995; Duncan, 1997; Machado, 2013; Poulot, 2009). Foi criado para transferir os ambientes europeus e seus valores universalistas, seguindo a vinda da família real, daí chamar-se inicialmente de Museu Real. A princípio, era restrito a intelectuais, passando a ter acesso do público em geral em 1821. Assim como outras entidades criadas naquele período, concentrou seu acervo ligado à história natural e ao saber enciclopédico, com pesquisas e coleções de espécies, o que dava um caráter acadêmico às instituições.

Até 1861, o Museu Real era a única instituição desse tipo no país. Ao fim do século XIX, o Brasil contava com alguns museus, cuja temática da história natural ainda prevalecia – Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; Museu Militar do Arsenal de Guerra, em 1865; o Museu Naval, em 1870; o Museu Paranaense, em 1876; o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1894; e o Museu Paulista, em 1895, atual

Museu do Ipiranga. Tal crescimento no número de entidades fez o século XIX ser destacado como “a era dos museus brasileiros” (Machado, 2013, p. 194).

No início do século XX, a sociedade brasileira vê a industrialização e a urbanização se acelerarem, gerando mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesta seara, buscou romper com as tradições europeias, pois surgia a necessidade de estruturar a narrativa nacional. Na Bahia, através da Lei nº 1.255, de 23 de julho de 1918, criava-se o Museu do Estado da Bahia, sediado em Salvador, como anexo do Arquivo Público (Bahia, 1918). Inaugurado apenas em 1919, seu acervo era formado por uma seção histórica composta de artigos ligados à luta pela independência e outros feitos baianos, uma seção de numismática e uma seção de antiguidades, abarcando artefatos indígenas e outros objetos (*ibidem*).

Em 1922 foi inaugurado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, com acervo voltado para a história do país, sob o enredo que considerava a chegada dos portugueses como ponto de partida, privilegiando a elite e seu legado, desconsiderando grande parcela da população – o período foi marcado pelas teorias racistas e eugênicas que consideravam indígenas e negros, dentre outros, como raças inferiores (Santos, 2004, p. 57). A entidade teve papel de destaque no desenvolvimento das estruturas das demais instituições que surgiram posteriormente no país, pois lá foi criado o primeiro curso voltado para qualificação dos trabalhadores do setor, chamados à época de Conservadores de Museus, hoje, museólogos. O Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora (1922), a casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro (1923) e o Museu do Estado, em Pernambuco (1929), são entidades também inauguradas no mesmo período.

Em 1930, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os museus estavam subordinados ao Departamento Nacional de Ensino, criado pelo Ministério da Educação e Saúde. Grandes museus públicos foram instaurados no período, os quais permanecem sob a administração do governo federal ainda hoje, como o Museu Nacional de Belas Artes (1937) e o Museu Imperial (1940), no Rio de Janeiro, o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul (1940) e o Museu da Inconfidência (1944). De acordo com Mário Chagas:

A notável proliferação de museus iniciada na década de 1930 prolonga-se e amplia-se nas duas décadas seguintes, atravessa a Segunda Guerra Mundial e a denominada era Vargas, atingindo, com vigor, os chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se traduz apenas em termos de quantidade; ela implica uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo (Chagas, 2009, p. 73).

O período Vargas foi marcado pela atuação do governo para consolidar a memória nacional através de um sistema conceitual que espelhava a ideologia do Estado Novo (Fonseca, 2017), com a atuação de diversos intelectuais nesse sentido, que ocupavam cargos no governo,

como Mário de Andrade, Rodrigo M. F. de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco e Manuel Bandeira (*ibidem*).

Os museus brasileiros nasceram voltados para a pesquisa e, ao serem abertos ao público em geral, ainda permaneceram por muito tempo voltados para um grupo restrito de interessados. Ao privilegiar um discurso nacionalista e elitista, ignorando a diversidade cultural do país, excluía grande parte da população. Em novembro 1937, foi aprovado o Decreto-Lei nº 25 (Brasil, 1937), para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Naquele mesmo ano, cria-se o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) – atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, ambos marcos da institucionalização da política cultural no país. O órgão foi projetado por Mário de Andrade, que procurava destacar elementos da cultura popular, até então desvalorizados. O Decreto-Lei trazia a definição de patrimônio histórico e artístico nacional, e o órgão era responsável por proteger e tomba aquilo que fosse considerado como tal, sendo também responsável pela criação de museus.

No cenário global pós-guerra, o Brasil esteve presente nos primeiros encontros que criaram o Conselho Internacional de Museus (Icom) em 1946, tornando-se membro desde então. Trata-se de uma organização não-governamental sediada na França, nascida do trabalho de cooperação entre museus que, desde sua origem, executa parte do programa para museus da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Criado por e para profissionais da área, é por eles financiada, não possui fins lucrativos e atua para que as atividades de museus sigam padrões técnicos e éticos, o “Icom precisou ser organizado e administrado sobre uma base sólida e democrática, com atenção constante ao papel estratégico e mutável dos museus, e com provas de imaginação, ousadia, solidariedade e tolerância” (Baghli; Boylan; Herreman, 1998, p. 11).

Ao longo do tempo, o Icom desenvolve, de forma coletiva, a definição de museus, que está em constante evolução. Suas atividades são marcadas pelo caráter participativo, sendo as assembleias gerais o seu principal órgão decisório. Para Poulot, “o papel de seus primeiros responsáveis – Georges-Henri Rivière, diretor de 1948 a 1966, e Hugues de Varine-Bohan, seu sucessor até 1975”, museólogos que desenvolveram trabalhos inovadores para o setor, responsáveis por novas perspectivas do campo, “revelou-se importante para definir a filosofia da associação” (Poulot, 2013, p. 17). Em sua primeira conferência, em 1948, restou estabelecida a definição inicial de museu:

A palavra museus inclui todas as coleções abertas ao público, de material artístico, técnico, científico, histórico ou arqueológico, incluindo zoológicos e jardins botânicos, mas excluindo bibliotecas, exceto na medida em que manter salas de exposições permanentes (Baghli; Boylan; Herreman, 1998, p. 43, tradução pela autora).

No cenário brasileiro, entre os anos de 1946 e 1964, não há muitos dados disponíveis sobre as transformações ocorridas nos museus (Santos, 2004, p. 57). No campo do patrimônio histórico, privilegiava-se a preservação de construções coloniais, igrejas católicas e arte sacra, palácios e palacetes (Chuva, 2017; Fonseca, 2017). Entretanto, alguns fatos são marcantes para o cenário museal: foi constituído o Comitê Nacional do Icom no Brasil (1946), foram criados o Museu do Índio (1953) e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (1958), aconteceram o 1º Encontro Nacional de Museus (1956) e o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (1958). Apesar da tímida atuação estatal voltada aos museus, há uma valorização de sua dimensão educacional, “aliada à ampliação da museodiversidade e ao desenvolvimento de experiências regionais e locais para além do antigo Distrito Federal” (Chagas, 2009, p. 73). Reconfigurava-se o papel do museu na sociedade, buscando alargar a natureza de sua atuação.

Na Bahia, ao final da década de 1950, surge o Museu de Arte Moderna (MAM-Bahia), que teve Lina Bo Bardi, então professora na Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, como primeira diretora. Para aproximar o que era considerado erudito e o que era considerado popular, Bo Bardi concebeu o Museu de Arte Popular. As entidades foram implantadas em 1963⁸, no antigo casarão conhecido como Solar do Unhão, “inaugurando duas exposições: ‘Artistas do Nordeste’ e ‘Civilização do Nordeste’” (Bahia, [s.d]a). Com a demissão da arquiteta ainda em 1964, os dois museus foram unificados. Para ela:

O Museu de Arte Moderna da Bahia não foi “museu” no sentido tradicional: dada a miséria do Estado pouco podia “conservar”; suas atividades foram dirigidas à criação dum movimento cultural que, assumindo os valores de uma cultura historicamente (em sentido áulico) pobre, pudesse lucidamente, superando as fases “culturalista” e “historicista” do Ocidente, apoiando-se numa experiência popular (rigorosamente distinta do folclore), entrar no mundo da verdadeira cultura moderna [...]. Não foi um programa ambicioso, era apenas um caminho (Bardi, 1967, p. 1).

Em 1965, surge a Campanha Nacional de Museus Regionais, capitaneada pelo jornalista e empresário paraibano Assis Chateaubriand. Com o apoio de Pietro Maria Bardi, diretor do Museu de Arte de São Paulo, e da mecena Yolanda Penteado, cidades com destaque no desenvolvimento urbano e comercial-industrial, capazes de manter uma instituição museal, eram presenteadas com acervos de arte pela Campanha. Feira de Santana, que contava com cerca de sessenta mil habitantes em sua sede naquele período (Pinto, 1971, p. 99), foi uma dessas cidades⁹.

⁸ O Museu de Arte Moderna da Bahia foi inaugurado em 1960, e funcionou inicialmente no Teatro Castro Alves.

⁹ Antes disso, as primeiras entidades culturais da cidade foram as filarmônicas e a biblioteca municipal (Pinto, 1971, p. 115). A Sociedade Filarmônica 25 de Março (1868), a Sociedade Filarmônica Vitória (1873) e a Sociedade

Importa registrar que já havia um movimento formal para a construção de um museu voltado para a cultura regional de Feira de Santana. A ideia era dos intelectuais Dival Pitombo e Eurico Alves Boaventura. Este, em carta endereçada aos vereadores da cidade, solicitou a criação do Museu do Vaqueiro, cujo acervo deveria ser composto por documentos e objetos ligados ao sertão (Boaventura, 2006, p. 131). O projeto foi concretizado parcialmente com a fundação do Museu Regional de Feira de Santana, ainda em 1967, sob a administração municipal, como parte do projeto de Assis Chateaubriand. Foi a primeira entidade oficial do gênero na cidade, com acervo composto principalmente por obras doadas por Chateaubriant, além da coleção dedicada aos vaqueiros e seu ofício (*ibidem*, p. 146).

Na década de 1970, as entidades museais entram em crise sob o argumento de que serviam “como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, e, então, novas propostas de intervenção na sociedade surgiram” (Santos, 2004, p. 58). A Conferência Geral do Icom em 1974, traz uma nova definição, preconizando a função social dos museus:

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, **a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento**, aberta ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de **seu ambiente**, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite (Baghli; Boylan; Herreman, 1998, p. 43, tradução e grifos pela autora).

Tal mudança foi precedida da realização, em 1972, da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, evento realizado pelo Icom e pela Unesco, que reuniu representantes político-culturais da América Latina para discutir o papel dos museus na sociedade. Além disso, o evento também foi decisivo para a museologia enquanto campo científico. Buscou afirmar novas práticas e teorias para superar a “fase empírica e descritiva” (Poulot, 2013, p. 129) da disciplina, que até então preocupava-se com o estudo dos processos museológicos enquanto conjunto de técnicas e procedimentos necessários para realização das exposições. Assim, passou a abarcar as dimensões “sociais, filosóficas e políticas, até então negligenciadas” (*ibidem*), e foi considerado “um marco que estabelece as fronteiras entre a museologia das coleções e aquela que concebe o museu como instrumento de desenvolvimento social” (Santos, 2004, p. 58). Na comemoração dos quarenta anos do evento, José do Nascimento Júnior explicava:

Há 40 anos, em um Chile ainda sob o governo de Salvador Allende, um grupo de profissionais do museu - de alma forte e de visão - se reuniu atendendo a uma convocação da Unesco para discutir, à época, a importância e o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo, em um formato de mesa-redonda como novo conceito de interação profissional entre duas áreas de expertise envolvidas: a do museu, especificamente, e a do desenvolvimento econômico e social. Grupo que levantava a bandeira da luta não apenas para definir, mas também para gerenciar

Filarmonica Euterpe Feirense (1921) possuíam sedes que “funcionavam também como clubes sociais”, onde eram realizados bailes para as famílias abastadas (*ibidem*, p. 136).

políticas que mantenham vigentes os valores dos museus como atores vivos da sociedade e sua contribuição nas áreas de educação e desenvolvimento social. Grupo que introduziu dois novos conceitos de reflexão e curso de ação na área: o de museu integral e o de museu como ação (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012, p. 101).

Nessa esteira, Varine-Bohan (*apud* Stránský, 1974, p. 25), diz que o museu deve ter uma função social e deve ser composto pelo território, seu patrimônio e pela população, ampliando a visão de museu tradicional, definido como aquele composto pelo seu edifício, sua coleção e o seu público, ao que esclarece:

O museu, além das definições acadêmicas, era e ainda é: edifício + coleção + público. Qual é a realidade desses três elementos e o que acontecerá ao museu nas próximas décadas? (...) O edifício é substituído por um território, que é o território bem definido de uma comunidade. (...) A coleção consiste em tudo o que há nesse território e tudo o que pertence aos seus habitantes, tanto imobiliário como mobiliário, material ou imaterial. É uma herança viva, em constante mudança e criação. (...) O público é a população do território em questão como um todo, ao qual visitantes de fora da comunidade podem ser secundariamente adicionados (Varine-Bohan *apud* Stránský, 1974, p. 25).

Surgia a ‘Nova Museologia’ e inaugurava-se uma nova linguagem, que “não se esgota num possível caráter simbólico e discursivo, ao contrário, tem impactos concretos e transformadores em muitos grupos sociais, em muitas iniciativas museais” (Chagas *et al.*, 2018a, p. 77). A expressão Nova Museologia foi aos poucos substituída pelo termo socio museologia (*ibidem*, p. 83), mas se mantém a perspectiva baseada na ideia de um museu que procure estar mais conectado com a sociedade, comprometido com uma atuação no território onde se insere, e que “não é o resultado de uma construção teórica que quer, a todo custo, de cima para baixo, enquadrar os museus” (*ibidem*, p. 74), embora esta ainda seja uma realidade em muitas instituições. Sobre o uso de diferentes termos, Mário Chagas esclarece:

A assim chamada nova museologia, desde os anos de 1980 abrigava diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia popular, museologia de ruptura, museologia crítica, museologia dialógica e outras. A perda de potência da expressão nova museologia foi decisiva para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia, bem como da museologia crítica (*ibidem*, p. 83).

Para Moutinho (2007), um dos criadores do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom), organização criada em 1984 e afiliada ao Icom, a Sociomuseologia é uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação, cuja abordagem multidisciplinar permite a articulação da museologia com diversas outras disciplinas “das Ciências Humanas, dos Estudo do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território” (Moutinho, 2007, p. 39).

Embora tenham surgido novas reflexões no campo museológico, o modelo colonialista nos museus brasileiros, segundo Mário Chagas, prevaleceu até a década de 1980. Para o autor,

esse aspecto é marcado pela supervalorização do patrimônio material e do conhecimento técnico-científico, hierarquização administrativa e baixo nível de participação, além da exclusão das minorias sociais (Chagas, 2017, p. 131). Julião (2006) também entende que é a partir dos anos oitenta que os discursos e as práticas preservacionistas incorporam, como campo de análise e como sujeitos da história, “grupos étnicos e sociais – negros, indígenas, segmentos populares –, vistos até então em uma perspectiva folclorizante” (Julião, 2006, p. 26). Neste período, refletindo tais características, além do Museu Regional de Feira de Santana, a cidade contava com o recém-inaugurado Museu Casa do Sertão, sob a administração da UEFS desde sua criação, em 1978.

A política cultural do país, durante o processo de redemocratização, é marcada pela regulamentação da profissão do museólogo (Brasil, 1984) e criação, em 1985, do Ministério da Cultura enquanto pasta autônoma pela primeira. Ainda naquele ano, as Associações de Museólogos da Bahia e de São Paulo, representadas respectivamente por Manoel Augusto Paes Nunes e Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, juntamente com o Comitê Brasileiro do Icom, solicitaram a implantação de uma Política Nacional de Museus e a reestruturação do Programa Nacional de Museus¹⁰ (Bruno, 2010, p. 88). Entretanto, o que se viu nos anos seguintes foi a inexistência de políticas públicas voltadas para a cultura e para os museus.

A partir de 1988, a Constituição Federal Brasileira insere as noções de cultura e de patrimônio de forma mais ampla e democrática, como direito de todos. Após este marco legal, políticas voltadas especificamente para o setor cultural serão pontuais, cenário que se altera a partir da elaboração participativa do Plano Nacional de Cultura – PNC, em 2003, instituído apenas em 2010, com a Lei nº 12.343 (Brasil, 2010a). Ainda durante o processo de elaboração do PNC, teve início a construção coletiva da Política Nacional de Museus, um caderno produzido pelo Ministério da Cultura com as bases para implementação de uma política pública voltada, dentro do segmento da cultura, especificamente para os museus – não houve formalização legal. O Plano Nacional de Museus, ou PNM, continuou a ser objeto de muitos debates, o que permitiu sua atualização em 2007.

Também em 2007, realizou-se em Salvador, Bahia, o I Encontro Ibero-Americano de Museus, no qual foi produzida a Declaração da Cidade de Salvador. Reunindo mais de dez mil museus de vinte e dois países da Ibero-américa, propôs aos respectivos governos a adoção, em suas políticas públicas, de diretrizes e estratégias voltadas para a valorização da cultura e para reforçar a ideia de que os museus têm um papel ativo na transformação social (Ibermuseus,

¹⁰ O Programa Nacional de Museus foi um serviço criado em 1982 e extinto em 1986, pela Secretaria da Cultura do Ministério da Cultura que pretendia integrar e modernizar a atuação das entidades (Sphan, 1982).

2007).

À luz desse contexto de diálogo e valorização, acontece a promulgação do Estatuto dos Museus, através da Lei nº 11.904/09 (Brasil, 2009a), além da criação do Instituto Brasileiro de Museu (Ibram), pela Lei nº 11.906/09 (Brasil, 2009b). Com essa legislação, o Ibram passa a ser responsável por elaborar, implementar, monitorar e coordenar o Plano Nacional Setorial de Museus, cuja primeira versão estabeleceu diretrizes para o decênio 2010-2020. Atualmente, o setor conta com um novo Plano Nacional Setorial de Museus (Brasil, 2025a), com validade até 2035, construído de forma participativa por instituições de ensino, associações e profissionais da área.

Nesse panorama, a perspectiva museal se ampliou, apoiada inclusive no quadro normativo atual, que considera como museu, instituições de diferentes naturezas. Estas, junto à museologia enquanto campo do saber, têm buscado pautar-se, entre tantos aspectos, numa visão mais ampla do patrimônio histórico-artístico-cultural, que deve servir à sociedade, com destaque para iniciativas como ecomuseus, museus comunitários, museus de território, pontos de memória e outras possibilidades, em atendimento à noção de museu integral, ou seja, “museu como ação, como um instrumento a serviço da sociedade e envolvido na solução de seus problemas” (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012, p. 9).

3.1.1 Museus de Feira de Santana

3.1.1.1 Museu Regional de Arte (MRA)

Em 1960, o juiz de direito, escritor e jornalista feirense Eurico Alves Boaventura (2006) escrevia as “Cartas da Serra”, em quatro volumes, publicadas no jornal local Folha do Norte. Tratava de assuntos referentes à urbanização da cidade, como a preservação das praças e parques, da necessidade da construção de escolas e, principalmente, sobre a importância para a cidade de viver “do que de *seu*, de próprio, ofereça ao mundo” (Boaventura, 2006, p. 114). Focado no papel da cultura para este desiderato, insistia, a princípio, na criação de um Arquivo Público Municipal, de um Museu do Motorista e de um Museu de Arte Popular. Indicava também a necessidade da criação de um “centro de pesquisas folclóricas nos limites sertanejos” (*ibidem*, p. 113), capaz de estudar e guardar os elementos do folclore regional diante das mudanças pelas quais passava a cidade. Assim, usava a sua posição como jornalista para escrever sobre a necessidade de Feira de Santana preservar a história da sua, que considerava

Gente fidalga e formidável, nobreza áspera como espinho de mandacaru e que deu ao Estado nomes de realce. Encourados de Pedrão, Maria Quitéria, o Periquitão, o maior poeta das Américas, cuja voz tem ressonância de tempestades e clarões de alvoradas

– Castro Alves, da gente lá de Brumado. Castro Alves guardava mais o jeito de tabaréu dos parentes maternos do que a etiqueta dos parentes paternos. O sertão necessita de dar cor de si e exige o culto da sua gente, a história de seu passado. E aqui, na nossa cidade do planalto, teria a gente meios de começar a escrever esta história. Onde um documento, onde uma fotografia, onde uma relíquia que lembrem Maria Quitéria? (...)
(...)
E isto não é história? História da economia da região? (Boaventura, 2006, p. 107-109).

O autor era enfático ao dizer “um museu e a Feira de Santana estaria completa” (*ibidem*). Para ele, o papel do museu na sociedade se equiparava ao de uma escola ampliada, pois seria uma “reunião de aulas”, com lições de “geografia à história”, desta “à economia ou finanças” e “da economia à sociologia”, pois “tudo isto pode estar resumido num canto de museu” (*ibidem*, p. 115). Apresentava ainda uma visão não comum para a época, pois desejava que o acervo fosse composto “não somente de arqueologia indígena, como também da vida sertaneja”, ressaltando a importância da participação dos cidadãos na formação do patrimônio:

Vi ali muito retrato de gente do século passado. Vi muita obra de santeiro daqui. Leques, berloques, jornais, postais de boas festas, louça, mobiliário. Museu particular. E que custa à prefeitura organizar um museu da família maior, a comunidade? Se este meu amigo guarda documentos de sua família, como formais de partilha, escrituras de escravos, títulos de crédito, de eleitores do início da República, nós os da coletividade poderemos guardar toda a história da nossa região. Vamos tentar?
(...)
Não é difícil o museu de arte popular. Os moços se congregariam e fariam o *seu* museu. Ofertarão à cidade e às futuras gerações o trabalho que conseguiram brincando. O museu folclórico. O museu do homem. (*ibidem*, p. 111;113).

Em carta dirigida aos vereadores da cidade em junho de 1961, Boaventura (2006) pede aos representantes do povo que criem um museu municipal, que “poderá levar o dignificante título de Museu do Vaqueiro”, dada a importância destes para o desbravamento do sertão “na primeira fase da nossa civilização interiorana, conhecida como a *fase do couro, civilização do couro*¹¹” (*ibidem*, p. 135), sobre o qual sugere:

Tem o museu por norma comemorar fatos sertanejos, datas que se prendam à vida sertaneja, cuidar do seu folclore, estudar e procurar conservá-lo na sua pureza. Manterá o museu cursos de etnografia e antropologia sertanejas, de folclore, mormente do sertanejo e de sua linguagem sertaneja. Promoverá curso de sociologia.
(...)
Dará a casa especial cuidado ao artesanato sertanejo.
Terá a casa verba especial para aquisição de novas peças.
Manterá o Museu comunicação com as prefeituras sertanejas, para enriquecimento das suas coleções (*ibidem*, p. 143).

Sabendo-se que até a primeira metade do século XX “predominou no mundo ocidental uma prática de memória, história, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa

¹¹ O autor esclarece que o termo *civilização do couro* foi cunhado pelo historiador Capistrano de Abreu, para descrever a sociedade sertaneja (Boaventura, 2006, p. 135).

dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras (Chagas; Gouveia, 2014, p.17), a visão de Boaventura já traz algo que viria a ser trabalhado muito mais tarde, com as discussões que culminaram na Mesa-Redonda de Santiago e os movimentos posteriores.

O desejo de Boaventura (2006) se tornará realidade em 26 de março de 1967, com a inauguração do Museu Regional de Feira de Santana, “graças à visão do jornalista Assis Chateaubriand” (Boaventura, 2006, p. 146) e sua campanha nacional por museus regionais. Contava com cerca de cem obras de arte de origem diversa, dentre pinturas, esculturas e desenhos, além do acervo ligado à identidade local, e foi instalado no antigo prédio da administração do Campo do Gado, na rua Geminiano Costa, nº 255, sendo Boaventura nomeado como vice-presidente da Fundação Municipal¹² criada para a administração da entidade. A inauguração contou com a cobertura da Revista Cruzeiro, conforme se vê a seguir:

Figura 1 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967



Fonte: Lima, 1967, p. 28-29.

¹² A Fundação nunca teve existência jurídica, apenas existência de fato.

Figura 2 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967

Cortada a fita simbólica, o povo firme acclamou, com os mais prolongados aplausos, a homenagem do Embaixador Anísio Chateaubriand que, com seu vasto espírito empreendedor, tem conseguido realizar as mais representativas obras de apoio à iniciativa do movimento artístico em todo o Brasil. Seguidamente à sua palestra, a Sra. Yolanda Pontes de, presidente da Companhia Nacional das Artes Regionais, referiu-se à inauguração, afirmando que não se poderia ter encontrado o melhor terreno para tão boa semente, já que, em Feira de Santana, em vez de chocar-se, harmonizavam-se, perfeitamente, civilização pasteur e civilização do Brasil.

Circa de cem obras de arte, nacionais e estrangeiras, constituem, inicialmente, o acervo do Museu. E justo destacarmos a presença participativa da Galeria Anísio, de propriedade do Sr. Stefan Geyersblum. Este, compreendendo que, com os Museus Regionais, promovemos não só o artista, como também ampliamos substancialmente o mercado de arte, criou condições na sala favoráveis, para a aquisição de telas de artistas renomados, como Fikshelmin, Thomas Lamell, Douglas Marques de Sá, Fernando Orlândia e Luis Jaume.

O Museu Regional de Feira de Santana, na Bahia, obedecendo ao dinamismo de seus criadores, foi instalado em tempo recorde, no pavilhão da entrada da antiga Feira do Gado, após sofrer várias reformas, orientadas pelos arquitetos Jader Tavares, Diocleciano Barros, Fernando Frank e Otton Gomes. Ali, no mesmo local onde anteriormente se realizavam feiras de gado e de produtos locais, os visitantes, de hoje em diante, poderão apreciar, em um espaço amplo e arejado, as obras de arte, nacionais e estrangeiras, que representam a produção artística de um povo e de um país.

A nota pitoresca foi dada pelo discurso em forma de filme, escrito pelo pintor e poeta Manólio Araújo, em homenagem do Velho Capitão:

LOUVAÇÃO À BAHIA
(a inauguração que eu não disse)
Manólio Araújo

Ilustre Governador,
profundamente por favor,
é a minha pobre gratidão!
Mas se vier pra ver o Brasil,
permaneça aqui,
esta hora democrática!

Minha senhora... senhora...
após tantos anos,
de volta aqui o velho,
eu fui, aqui, em nome
a dizer, em um risado,
um discurso pra você!

Como não sei discursar,
todos vão me desculpar.
E sei me dar tranquilidade
já que a ordem vem de cima
de você, com minha rima,
a louvação à Bahia.

Depois que aqui cheguei,
já comentei... já comentei...
e lá me deu, então,
já disse "Bahia",
ao meu velho amigo,
o meu Senhor do Bonfim!

Eu já andei "pela ai",
como diz nossa Aní...
na sua grata divina.
Eu já fui muito saudade...
Saudade que é cidade...
Cidade que me fascina...

Já sonhei por ruas tortas...
Já fui até São Paulo...
Já fui com o meu...
Vi negros espalhados
com traços longos, apalados,
dos dias de Caramelo!

Deixei as ruas estreitas
e fui procurar as largas
que me tornaram mais sério...
Vi um guarda-gilete e criou!
Vi baianos pigreando história
num chafiz forte do Império...

Fui até ao Palmarinho
E um sotaque marmarinho
Me fez lembrar de Goiás!
O raído foi parando...
Vi Castro Alves pregando
a abolição dos escravos!

Deus da terra, meu Deus!
Por teu, sim, meu Deus,
mas, confesso com fervor,
que reprer da idolatria,
na Bahia, aqui, que a Bahia
é o meu Pernambuco de amor!

Desculpe, Doutor Anísio,
se não consegui ser feliz
nesta minha inauguração.
Se julgar-me insubordinado,
sou, o senhor, pacífico,
já feita com o coração!

Tapeçaria, de Genaro de Carvalho, ao lado de telas, esculturas, desenhos e gravuras, mereceu a atenção dos presentes.

**FEIRA DE SANTANA
OUTRO MARCO
PARA DIVULGAÇÃO
DA ARTE NO BRASIL**

O Velho Capitão, lido pelo Prefeito Faria Lima e o Embaixador John Russel.

O Embaixador John Russel, ao lado de sua filha e da senhora Helena Lundgren.

Di Cavalcanti, ao lado do Prefeito Faria Lima, Odeirio Tavares e Lomanto Júnior.

*Manólio, de meus colírios,
aviso das lázimas, nos meus,
verdadeiros e bordados...
Depois, minhas esculturas,
na rua, os personagens
dos livros de Jorge Amado.*

*E se lástima, Deus da terra!
Se o teu nome é o chapéu!
Tradições que nunca mudam!
Um tanto duras, subidas...
Mas, não tezes, não desistas...
Os antigos, pra lázima, ajudem!*

*Da casa, quero voltar!
E o que vem? Sorvete!
Jangadeiros nos vinhos meus!
Fim aqui pra ver de novo,
imagens da terra e do povo
do Odeirio Tavares!*

*Eu quero café, um truco!
Quero abençoar Maria Cruz,
já que o momento é tão raro!
Não saltemos arrebolos:
Dona, eu quero os segredos
das lágrimas de Genaro!*

*Não esqueça Carlos Bastos.
Os meus dias são vazios!
E, creiam, não é balaço!
Eu quero o meu, o meu!
Quero abençoar meu café,
o Emanuel Araújo!*

*Contigo subindo ao céu
numa paisagem de sonho
na praia de Anacardos.
A noite, um luar de prata
decore, em redor da mesa,
um jantar lá em Odessa.*

*A praia de Itapoti...
Ainda, sempre, do mundo
o sol dá um "ahum" sublimar!
Jangadeiros deprimem raios...
São eles as próprias notas
dos sonhos de um Capote!*

*Bahia que é vida, encanto,
onde o governo Lomanto
fêz coisas para o povo.
Exatidão mais a aguardar,
quando nossa vida a ele,
pra gratias que não de vir.*

*Babalá nos terreiros
A Bahia dos Seguros...
A espórtia de Angélio...
Tudo isso é um livro aberto!
Um livro, no qual, por certo,
o meu Brasil foi escrito!*

Fonte: Lima, 1967, p. 30-31.

Figura 3 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1967

"Jura", bonito quadro a óleo do pintor baiano Luis Jaume.

"Cadeira com Melão", de Lamell (Prêmio Velasquez de 1962).

"Casa" de Douglas Marques de Sá, um trabalho de óleo sobre tela.

**CEM TRABALHOS DE VULTO
PARA COMEÇAR**

*Bahia, Brasil criança...
Bahia, minha esperança...
Bahia, meu cangri...
Bahia, minha armadura...
Bahia, minha pintura
é toda ela: você!*

*Eu nasci em Pernambuco.
Por teu, sim, meu Deus,
mas, confesso com fervor,
que reprer da idolatria,
na Bahia, aqui, que a Bahia
é o meu Pernambuco de amor!*

*Desculpe, Doutor Anísio,
se não consegui ser feliz
nesta minha inauguração.
Se julgar-me insubordinado,
sou, o senhor, pacífico,
já feita com o coração!*

Tapeçaria, de Genaro de Carvalho, ao lado de telas, esculturas, desenhos e gravuras, mereceu a atenção dos presentes.

Fonte: Lima, 1967, p. 32-33.

A matéria registrou na noite de abertura algumas das obras expostas (Figura 3), a presença de vaqueiros com suas roupas tradicionais (Figura 1) e a presença de autoridades da época, como o governador do estado, Lomanto Júnior, dos jornalistas Assis Chateaubriand e Odorico Tavares, do prefeito de São Paulo, Faria Lima, além do pintor Di Cavalcanti, do embaixador inglês John Russel e de Yolanda Penteado, presidente da Campanha Nacional dos Museus Regionais (Figura 2).

Desde seus primeiros anos de funcionamento, no espaço realizavam-se “constantemente, exposições, presidindo iniciativas culturais, promovendo cursos, palestras, conferências e aulas” (Pitombo, 1974, *apud* Oliveira, 2018, p. 136). Oliveira (2018) afirma que, com a criação do museu, “a arte de Feira de Santana, especialmente o segmento ligado às artes visuais, ganhou novo impulso, pois os artistas passaram a contar com um espaço adequado para suas exposições”, e a direção da entidade desejava “valorizar e exhibir a diversidade da produção local” (Oliveira, 2018, p. 138) e, “mesmo com as dificuldades orçamentárias que o museu sempre enfrentou, permitiu um permanente diálogo com comunidade (*ibidem*). Tal inserção na vida cultural da cidade foi retratada em matéria jornalística:

Figura 4 - Matéria da Revista O Cruzeiro, em 1973 (recorte)



Fonte: Segundo, Seixas, Pereira, 1973, p. 69-82.

A Figura 4 mostra o museu novamente nas páginas da revista O Cruzeiro, em matéria comemorativa ao centenário da fundação da cidade, sendo destacado como elemento importante da cultura local (Figura 4).

Em 1985, após passar por dificuldades financeiras, o seu acervo foi transferido pelo poder público municipal para a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Com isso, o Museu Regional de Feira de Santana, que estava sob a administração local, passou a ser o Museu Regional de Arte (MRA)¹³, sob a tutela do Estado da Bahia, com dedicação exclusiva o

¹³ Em 1985, por decreto do governador da Bahia e ex-prefeito de Feira de Santana, João Durval Carneiro, foram estabelecidos como órgãos suplementares da UEFS: a Biblioteca Central, o Museu Casa do Sertão e o Centro de Estudos Feirenses, além do Museu Regional de Arte e o Seminário de Música (Bahia, 1985).

acervo ligado às artes visuais¹⁴. A entidade ainda continuaria em sua sede inicial até 1995¹⁵, quando foi integrando ao Centro Universitário de Cultura e Arte da UEFS (CUCA).

A partir de então, passou a funcionar no prédio histórico da extinta Escola Normal de Feira de Santana, localizado na rua Conselheiro Franco, nº 66, no centro da cidade. Com arquitetura eclética, sua construção foi concluída em 1916, e figura dentre as edificações municipais tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac). O entorno possui grande fluxo de pessoas e veículos, já que a área está cercada por um comércio variado, além de escolas, órgãos públicos e outras entidades ligadas à história da cidade, como a Catedral de Senhora Sant'Ana e a sede da Filarmônica 25 de Março.

O acesso ao museu é gratuito, com funcionamento de segunda a sexta, das 8h às 12h, e das 14h às 18h, tendo recebido em 2023, 4.544 visitantes (Bahia, 2025c). O acervo conta com obras de arte moderna inglesa (Bahia, 2013b) e de arte moderna e contemporânea brasileiras, incluindo peças de Maria Pollo (1937-1983), Tomie Ohtake (1913-2015), Aldemir Martins (1922-2006), Adelson Prado (1944-2013), Mário Cravo Júnior (1923-2018), Eliana Kertész (1945-2017), Carlos Bastos (1925-2004), Manabu Mabe (1924-1997) e Allan Davie (1920-2014). Inclui ainda obras de artistas feirenses como Juraci Dórea (1944-), Carlo Barbosa (1945-1988) e Raimundo de Oliveira (1930-1966).

¹⁴ A coleção dedicada à *civilização do couro* foi transferida ao Museu Casa do Sertão, também administrada pela UEFS.

¹⁵ O prédio onde funcionava o Museu Regional de Feira de Santana, foi destinado a abrigar, em 1996, o Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana, criado pela Prefeitura Municipal, que mais tarde veio a se chamar Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira.

Figura 5 - Obras “Cabeça de Boi”, de Mário Cravo Júnior (1952) e “Theodora”, de Eliana Kertész (sem data), respectivamente.



Fonte: autora da pesquisa, 2024.

A Figura 5 mostra as obras de Mário Cravo Júnior e de Eliana Kertész, artistas baianos cujas obras fazem parte do acervo permanente do MRA.

A unidade organizacional responsável pelo planejamento e gestão da política cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o CUCA, além de abrigar o do Museu Regional de Arte, conta ainda com a Galeria de Arte Carlo Barbosa, o Seminário de Música, os Teatros Universitário e de Arena, uma biblioteca setorial, e oferece oficinas de criação artística, teatro, dança e atividades corporais à comunidade em geral. Promove a cultura local organizando a Caminhada do Folclore, o Bando Anunciador, o Festival de Sanfoneiros e o Aberto, neste sendo expostos os trabalhos desenvolvidos pelos alunos da entidade a cada semestre.

Figura 6 - Fotografia do Centro Universitário de Cultura e Arte da UEFS (CUCA) e do Museu Regional de Arte



Fonte: Nunes, 2025.

Figura 7 - Fotografia do prédio da antiga Escola Normal, atual Museu Regional de Arte, na Rua Conselheiro Franco, Centro



Fonte: Nunes, 2025.

A Figura 6 mostra todo o conjunto que compõe o CUCA, o que inclui uma área coberta por vegetação aos fundos do MRA, que se põe à frente, na entrada do complexo. Já na Figura 7 é possível ver toda a fachada do museu, onde ainda consta o antigo nome da Escola Normal que ali funcionava.

O museu possui um Regimento Interno elaborado pelo Conselho Universitário em 2013 (Bahia, 2013b), que prevê:

Artigo - 2º Enquanto setor do CUCA o MRA caracteriza-se como espaço de natureza museológica e de educação informal, sem fins lucrativos, voltado para o desenvolvimento de ações e atividades de extensão e pesquisa, que busca preservar a memória e o patrimônio sociocultural representados pelo seu acervo, assim como pela relação estabelecida com o seu público e sua história, exibindo com base nos princípios da universalidade do acesso, do respeito à diversidade cultural para promoção da cidadania (*ibidem*).

O documento estabelece sua tipologia como “museu de artes visuais modernas e contemporâneas” (*ibidem*), prevendo como uma de suas finalidades o oferecimento de serviços à comunidade, os quais não estão especificados. O regimento prevê ainda a elaboração do Plano Museológico, além de aspectos relativos à divisão dos setores e suas atribuições.

Encontrou-se no documento referências acerca do dever de promover “adequada conservação do acervo” e “atividades educativas vinculadas à arte-educação e apoiar a realização de palestras, estudos, pesquisas, sobre temáticas vinculadas ao acervo e ao Museu”, além da possibilidade de acesso de pessoas portadoras de deficiência acompanhadas por cão-guia.

O documento não faz referência direta à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, os pontos trazidos acima são os que coincidem com algumas características das dimensões da sustentabilidade trabalhadas nesta pesquisa.

3.1.1.2 Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (Mac)

O Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana foi inaugurado em julho de 1996. A legislação que o criou, resumida em dois artigos, não detalhou aspectos de seu funcionamento ou gestão. O Decreto nº 5.958, de 25 julho de 1996 previu:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Divisão de Artes Plásticas do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, o Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana, situado na Rua Geminiano Costa, nº 255, nesta Cidade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Feira de Santana, 1996b).

Figura 8 -Matéria do Jornal Folha do Norte, sobre a inauguração do MAC

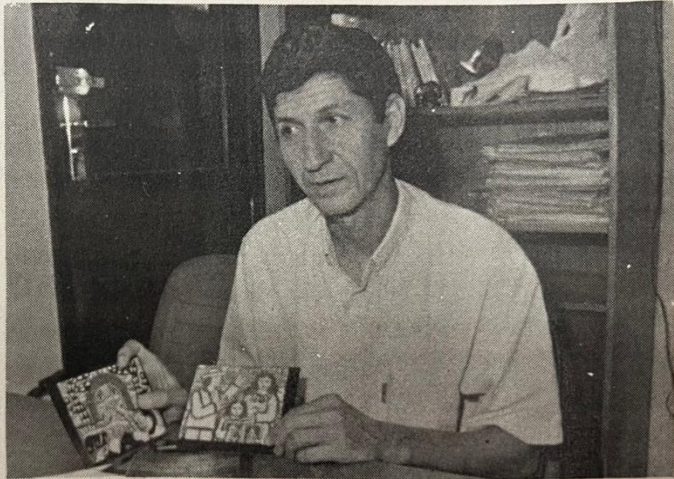
Feira ganha Museu de Arte Contemporânea

Totalmente restaurado, com um investimento da ordem de R\$ 24.481,25 o prédio do antigo Museu Regional será reinaugurado hoje, como Museu de Arte Contemporânea para a valorização da cultura e da arte regionais, conforme o Diretor do Departamento de Cultura do Município, Juracy Dórea. A recuperação do prédio que, dentre outras coisas, ganhou um telhado novo, já que este era o maior problema, foi realizada pela empresa STP Serviços Técnicos e Projetos Ltda, com recursos do município.

O diretor da empresa Aldo Vasco Marinho revela que o Museu de Arte Contemporânea terá modernas instalações capacitadas a atender com qualidade, artistas e visitantes. "A preocupação do prefeito José Raimundo Azevedo em preservar as raízes da cultural de nossa terra e a arte do nosso povo, pode ser constatada através da atenção dispensada a este setor", observa.

O Museu de Arte Moderna vai ter uma sala de computadores, um moderno sistema de iluminação, grade de proteção, passeio em linhas modernas e sistema geral de ar condicionado. Os serviços realizados

Juracy Dórea satisfeito com a inauguração do MAC hoje à noite. incluíram, também, pintura geral, substituição de vidraças, reforma total do telhado e das instalações hidráulicas e sanitárias e aumento da altura do muro para maior proteção. Para a reinauguração do Museu está sendo programada uma exposição com artistas regionais.



Fonte: Feira Ganha Museu de Arte Contemporânea, 1996.

A Figura 8 destaca o noticiário sobre a inauguração do Mac, revelando que sua direção ficou a cargo do artista feirense Juracy Dórea. Por determinação legal, em 1997, passou a se chamar Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, (Feira de Santana, [s.d]), mantendo a sigla Mac. A legislação repetiu a lacuna sobre sua organização, da qual não esclareceu qualquer regra. Insta mencionar que Raimundo Falcão de Oliveira foi pintor, gravador, xilógrafo e desenhista feirense (1930-1966), cuja obra retratou majoritariamente temas bíblicos.

O museu está situado no centro da cidade, na Rua Geminiano Costa, nº 255, no prédio que foi sede da administração do antigo Campo do Gado, local onde se realizava a feira de compra e venda desses animais na cidade¹⁶. Posteriormente, o prédio foi transformado em ginásio municipal e, após alguns anos, passou a abrigar o Museu Regional de Arte.

¹⁶ A área ocupada hoje pelo MAC, pelo Fórum Desembargador Filinto Bastos, pelo Ginásio de Esportes Municipal e pela Biblioteca Municipal é conhecida como terceiro Campo do Gado (Gama, 2009, p. 125).

Figura 9 - Fachada do prédio do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, ainda na década de 1960, quando foi instalado o Ginásio Municipal. Anteriormente, o prédio era ocupado pela administração do Campo do Gado (o terceiro)



Fonte: Simas, 2016.

Figura 10 - Fachada do prédio do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, após reforma em 1967



Fonte: IBGE [s.d].

Figura 11 - Fachada atual do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira



Fonte: Nunes, 2025.

As Figuras 9 e 10 retratam a evolução histórica da fachada do MAC. A figura 11 mostra sua fachada atual, sendo possível ver à esquerda a Biblioteca Municipal e, ao fundo, o Fórum desembargador Filinto Bastos. Atualmente, o prédio faz parte do patrimônio da Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Cultura Egberto Tavares Costa – FUNTITEC (Feira de Santana, 2013a, Art. 4º, inciso IV). Esta, por sua vez, é vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, sendo responsável, dentre outras atribuições, por planejar e executar as atividades que integrem a política cultural do Município (*ibidem*).

A entidade não possui regimento interno que estabeleça sua tipologia ou caracterização, ou qualquer outra norma de funcionamento, de acordo com sua diretoria atual. A prefeitura informa que

O MAC conta com um acervo referência de 58 obras dos mais representativos artistas plásticos baianos, a exemplo de: Calasans Neto, César Romero, Ruben Valentim, Juraci Dórea, Juarez Paraiso, Chico Liberato, Herivelton Figueredo, Gil Mário e Maristela Ribeiro. A proposta de trabalho do MAC não se limita a expor um acervo fixo, optando por uma linha museológica mais dinâmica, realizando exposições mensais das várias linguagens plásticas: pintura, escultura, gravura, desenho, fotografia e também promovendo palestras culturais, oficinas de arte, edições de livros, mostra de vídeos, evidenciando um MUSEU VIVO, um museu que identifica e expressa os complexos meandros do fazer artístico contemporâneo (Feira de Santana [s.d]).

Figura 12 - Montagem com fotografias do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (2025)



Fonte: Gomes, 2025.

A Figura 12 permite observar que a própria estrutura do museu está marcada por intervenções artísticas grafitadas às paredes, em murais que trazem elementos da cultura, da identidade e da história locais.

Por estar localizado no centro da cidade, o entorno possui grande fluxo de pessoas e veículos, estabelecimentos comerciais, escolas, e muitos órgãos públicos, sendo um deles a Biblioteca Municipal Arnold Silva¹⁷. O acesso é gratuito, com funcionamento de terças às sextas-feiras, das 8h às 17h e, aos sábados, das 13h às 17h. Conforme dados da Prefeitura Municipal, a entidade recebeu cerca de sete mil visitantes em 2023, média que se manteve em 2024 (Feira de Santana, 2024a, 2024b).

3.1.1.3 Museu Casa do Sertão (MSC)

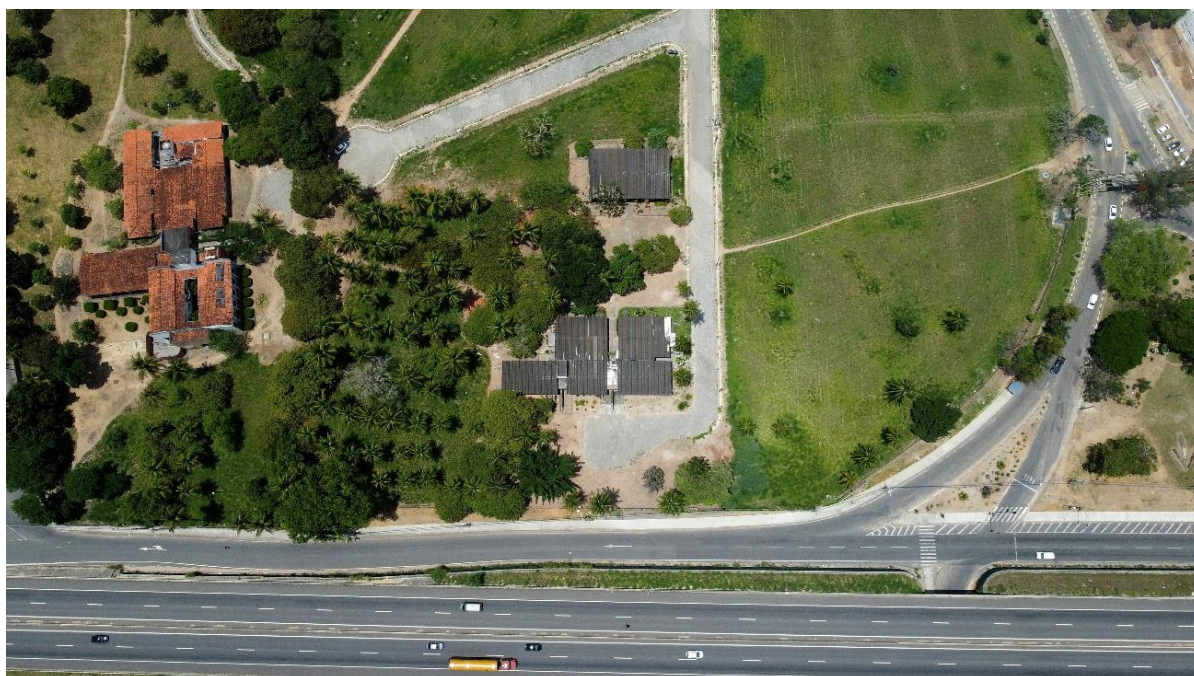
Com um prédio projetado pelos arquitetos Juraci Dórea e Everaldo Cerqueira, o Museu Casa do Sertão, primeira instituição dessa natureza da UEFS, foi construído dentro do campus

¹⁷ Fundada em 1890, a biblioteca municipal foi deslocada em 1962 para Rua Geminiano Costa, quando passou a se chamar Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva. Encontra-se fechada desde 2019.

em 1978, pelo Lions Clube da cidade, que o doou à universidade. Nasceu do entendimento da necessidade de preservação e salvaguarda da cultura popular, sendo construído para representar o sertão nordestino e “evocar as lembranças de tempos passados, de vivências e culturas locais supostamente suplantadas, ou em processo de silenciamento nos modos de viver no cotidiano” (Caldas, 2016, p. 77).

Localizado às margens da Rodovia Santos Dumont (BR-116), ocupa um espaço construído de mais de setecentos metros quadrados (Bahia, 2023a), cuja área externa, usada para exposições e eventos, apresenta considerável vegetação, o que pode ser visto na Figura 13. Ao seu lado esquerdo, na imagem, é possível ver a Residência Universitária.

Figura 13 - Visualização aérea do Museu Casa do Sertão e trecho da Rodovia Santos Dumont (BR-116



Fonte: Nunes, 2025.

Figura 14 - Visualização aérea do Museu Casa do Sertão



Fonte: Nunes, 2025.

Figura 15 - Fachada da Casa do Sertão



Fonte: Gomes, 2025.

A Figura 14 mostra toda a estrutura do MCS e, aos fundos, do Anexo Lucas da Feira. A Figura 15 permite observar a parte frontal do museu, cujo projeto mistura elementos de concreto e paredes de pau a pique.

Faz parte também do MCS/UEFS, como é conhecido o museu, o Centro de Estudos Feirenses (CENEF), que define as diretrizes relativas à pesquisa e exposições concernentes à história local e coordena as atividades dentro da área de conhecimento da História, realizada em seu âmbito, que atua no apoio a “pesquisadores durante consulta à documentação e análise do acervo” (Bahia, 2015a, p. 5).

O acervo do museu está relacionado à cultura sertaneja e conta com mais de mil peças, como artefatos em couro, cerâmica, matrizes de xilogravuras, literatura de cordel, dentre outros. Como mencionado anteriormente, a coleção que compunha o Museu Regional de Feira de Santana, ligada à civilização do couro, foi cedida ao MCS/UEFS, por ocasião da doação do acervo de artes visuais ao Museu Regional de Arte, também sob administração da universidade. A Casa do Sertão pode ser visitada gratuitamente às segundas-feiras no turno da tarde e, de terça à sexta-feira, das 8h às 11:30h e das 14h às 17:30h, fechando no período de férias coletivas da universidade, tendo recebido em 2023, 4.732 visitantes (Bahia, 2023).

Figura 16 - Montagem com fotografias do Museu Casa do Sertão



Fonte: Gomes, 2025.

A Figura 16 apresenta no alto, a coleção de periódicos do CENEF e, em seguida, o Centro de Memórias dos Povos Indígenas do Nordeste, lotado no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS e sediado nas dependências do MCS. Abaixo, vê-se parte do acervo composto por grandes peças ligadas à cultura sertaneja.

A entidade atualmente constitui um órgão suplementar da universidade, com sua organização disciplinada em Regimento Interno (Bahia, 2015a), estando subordinada diretamente ao Gabinete da Reitoria. Conforme o Estatuto universitário, destina-se a “auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, executando programas aprovados pela Reitoria ou pelos Departamentos (...)” (Bahia, 2013a, arts. 48 e 49). Tal função liga-se à sua missão, que é “preservar, conservar, interpretar e comunicar, para fins de ensino, pesquisa e extensão, conjuntos e coleções sobre a memória histórica e cultural de Feira de Santana e região sertaneja, permitindo a valorização do papel social desempenhado pelo seu povo” (Bahia, 2015a, p. 2).

O documento não menciona a sustentabilidade, mas possui pontos convergentes com as dimensões aqui trabalhadas ao prever, por exemplo, a promoção do “processo de aprendizagem, através de ações socioculturais, tendo os bens musealizados como centro de suas atividades, com vistas a integrar educação e cultura” e a garantia da “acessibilidade universal”, além do “contato com os grupos sociais representantes da cultura popular” e “capacitação da equipe” (Bahia, 2015a, p. 2-3).

3.1.1.4 Museu Antares de Ciência e Tecnologia (Mact)

O Observatório Astronômico Antares foi inaugurado por Augusto César Pereira Orrico, em 1971, na Rua da Barra, nº 925 do bairro Jardim Cruzeiro, onde ainda permanece. Trata-se de uma área predominantemente residencial, próxima da margem da Rodovia Santos Dumond (BR-116). Atuou como instituição independente durante 20 anos, sendo incorporado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 1992 (Bahia, 1992). Em 2009, foi criado o Museu Antares de Ciência e Tecnologia (Mact), “destinado a recolher, abrigar, conservar, estudar, comunicar e expor o patrimônio científico, além de auxiliar, estimular e popularizar o ensino de ciências em espaços formais e não formais” (Bahia, 2011, p. 1).

Figura 17 - Visualização aérea do Museu Antares e trecho da Rodovia BR-116



Fonte: Nunes, 2025.

O Observatório ocupa um quarteirão inteiro, conforme a Figura 17, não havendo vizinhos imediatos. Possui como setores o Mact, o Centro de Estudo do Universo, do qual faz parte o Planetário, composto por uma cúpula hemisférica na qual são projetadas imagens do céu, e o Liceu, que oferece cursos e oficinas ligados às áreas de Astronomia, Física, Química e Biologia. Possui também a Biblioteca Setorial Observatório Astronômico Antares, inaugurada em 1997, voltada para títulos de Astronomia, Astrofísica e Física.

Figura 18 - Montagem com fotografias do Mact



Fonte: Bahia, 2024.

O museu possui uma área externa, coberta parcialmente por vegetação, onde expõe réplicas de mamíferos gigantes e réplicas dos dinossauros e pterossauros do Brasil, como se vê na Figura 18. Possui também uma parte interna, com exposição permanente sobre a distribuição dos biomas brasileiros e baiano, e uma exposição permanente sobre a expansão do universo, composta por murais explicativos e uma réplica do meteorito de Bendengó (Figura 18).

Dentre os museus da UEFS, o Mact é o que possui o regimento mais enxuto, constituído apenas por sete artigos. Dentre eles, não se faz menção à sustentabilidade e, para além de suas funções acima reproduzidas, trata apenas de questões administrativas. O documento o caracteriza como “setor técnico diretamente subordinado ao Observatório” (Bahia, 2013c), descrevendo suas funções:

- a. organizar, preservar e ampliar o acervo do Museu, que se constitui de peças de interesse para as ciências;
- b. utilizar o espaço do Museu como ambiente educacional não formal;
- c. incentivar e estimular as pesquisas e estudos utilizando o acervo do Museu;
- d. tornar este acervo através da realização de exposições permanentes e itinerantes e eventos de divulgação;
- e. propor estados e contratos com entidades congêneres e outras de caráter público ou particular, nacionais ou estrangeiras, para a realização de programas de intercâmbio e cooperação;

f. oferecer serviços à comunidade, no âmbito de sua especialidade e possibilidades (*ibidem*, p. 1).

O museu funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h, com acesso gratuito, tendo recebido em 2023, 4.732 visitantes (Bahia, 2023). Atualmente, encontra-se em reforma, estando suspensas as visitas.

3.1.1.5 Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (MZFS)

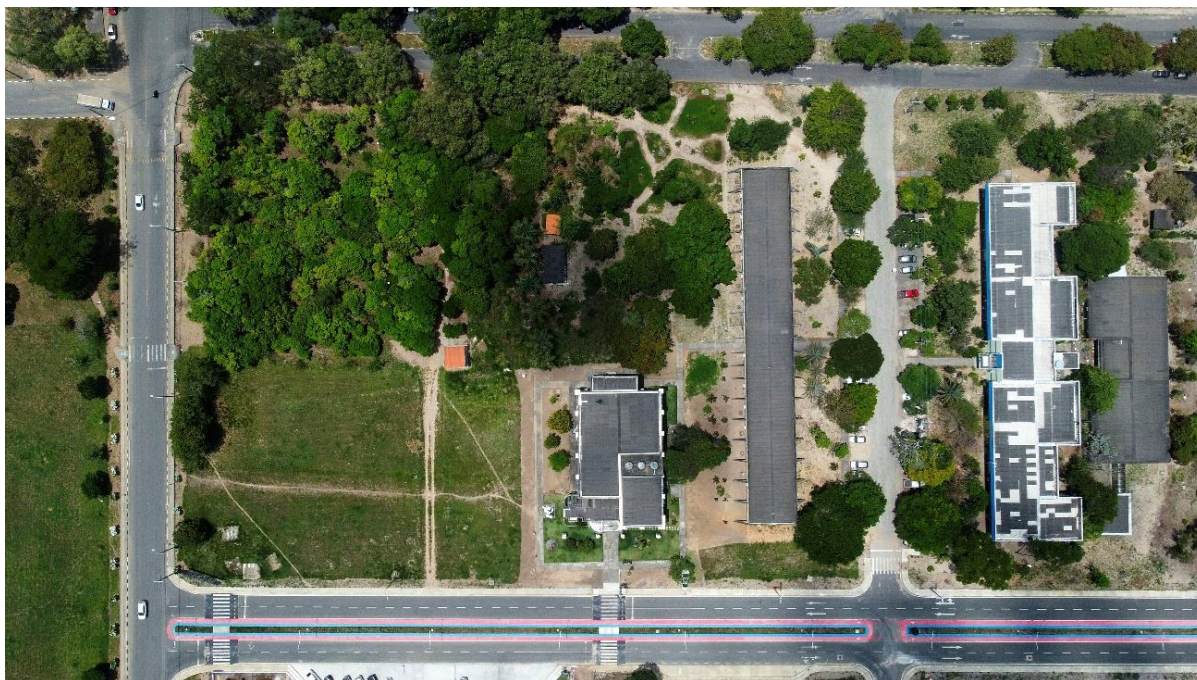
O Museu de Zoologia da UEFS foi oficialmente criado em 2015, através da Resolução Consu 002/2015 (Bahia, 2015b), que aprovou seu regimento interno. Em funcionamento dentro do campus, sua coleção é composta por objetos representativos da fauna de diferentes biomas, em especial da Caatinga e da Mata Atlântica. Possui também uma coleção “estruturada em oito Divisões Científicas: Anfíbios e Répteis; Aves; Educação, acervo didático e divulgação; Entomologia; Etnozoologia; Invertebrados Aquáticos; Mamíferos; e Peixes” (Bahia, [s.d]b).

Figura 19 - Visualização aérea do Museu de Zoologia da UEFS. Ao fundo, Bosque Pau-Brasil



Fonte: Nunes, 2025.

Figura 20 - Visualização aérea do Museu de Zoologia e Prédio dos Laboratórios de Biologia



Fonte: Nunes, 2025.

Na Figuras 19 é possível observar sua fachada e o Bosque Pau-Brasil, localizado aos fundos. Na figura 20, observa-se a vista aérea do museu e dos laboratórios de biologia, além do bosque mencionado.

A entidade está vinculada ao Departamento de Ciências Biológicas da universidade, conforme seu regimento, que prevê ainda como finalidades institucionais a criação de coleções didáticas e científicas de natureza zoológica. Embora o documento não faça menção à sustentabilidade, considerando as dimensões adotadas nesta pesquisa, alguns dos aspectos de seu regimento tocam as temáticas aqui trabalhadas.

Tal aspecto pode ser visto, por exemplo, ao prever como finalidade da instituição a colaboração para o ensino, a pesquisa e a extensão, esta com caráter “social, educativo e/ou cultural junto às instituições de ensino de diferentes segmentos sociais, promovendo a popularização do conhecimento científico” (Bahia, 2015b, p. 2). Além disso, prevê a divulgação da temática do museu para as “comunidades interna e externa, por meio de visitas orientadas às exposições e serviços educativos, da realização de exposições itinerantes e da oferta de cursos, seminários, palestras e afins” (*ibidem*). Outro ponto de destaque de seu regimento está na previsão de acordos e parcerias com outras entidades, além de tornar as “coleções acessíveis para consulta por parte da comunidade científica” (*ibidem*).

As demais regras do regimento do museu limitam-se a estabelecer os parâmetros de seu funcionamento, determinando que sua estrutura é composta pela Coordenação e Vice

coordenação Geral, pelas Coordenações de Divisão e Museológica, e pelo Conselho Deliberativo (Bahia, 2015b).

Figura 21 - Sala principal do MZFS



Fonte: Gomes, 2025.

Figura 22 - Montagem com fotografias do MZFS



Fonte: Gomes, 2025.

As Figuras 21 e 22 ilustram parte de acervo do museu, com réplicas de animais e animais empalhados, além de placas explicativas. A entidade, diferente das demais no âmbito universitário, não possui biblioteca setorial. Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h, e das 14h às 17h, com acesso gratuito. Não foram encontrados dados sobre o número de visitantes.

3.1.1.6 Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo (MPS)

O Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo, foi criado através do Decreto nº 7.630/08 (Feira de Santana, 2008). O documento não detalha aspectos de seu funcionamento ou gestão, limitando-se a descrever quem foi Dival da Silva Pitombo (1915-1989), e sua importância para a cultura local. Professor, diretor do Museu Regional de Feira de Santana e membro fundador da Academia Feirense de Letras, Pitombo publicou trabalhos nas áreas de literatura, arte, educação e história, sendo por isso homenageado pela administração local.

A entidade está incorporada à Fundação Municipal de Tecnologia da Informação Telecomunicações e Cultura Egberto Tavares Costa – FUNTITEC (Feira de Santana, 2013a), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que “é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município” (Feira de Santana, 2013b).

O museu possui um Planetário Digital Óptico e uma biblioteca voltada para astronomia e ciências. Em seu regimento interno, prevê como objetivos “planejar, programar e executar programas de difusão científica e pedagógica, agendas culturais, simpósios, palestras e seminários, (...) tendo a astronomia como o centro das temáticas expositivas e expografias” (Feira de Santana, 2026a, p. 2).

O documento não faz menção à sustentabilidade, mas alguns poucos aspectos de seu regimento coincidem com os tópicos aqui trabalhados, ao prever, por exemplo, a cessão do seu espaço a “instituições públicas e privadas em nível de empréstimo ou aluguel”, a realização de “cursos, oficinas, conferências, palestras” e o incentivo “a produção artística e sua difusão contribuindo para a formação e informação da sociedade, no campo da cultura” (*ibidem*, p. 2-3).

O museu está situado na Rua Tupinambás, nº 275, no bairro São João, numa área utilizada para fins diversos pela administração local

Figura 23 - Vista aérea do Museu Parque do Saber



Fonte: Nunes, 2025.

Figura 24 - Vista aérea do Museu Parque do Saber e seu entorno



Fonte: Nunes, 2025.

Com a Figura 23 é possível perceber uma grande área ao fundo do museu, com pouca cobertura vegetal, onde há diversos veículos estacionados, aparentemente, em estado de abandono. Já na Figura 24, além do espaço do museu, é possível visualizar à sua esquerda o Centro de Convenções da cidade.

Figura 25 - Montagem com fotografias do interior do Museu Parque do Saber



Fonte: autora da pesquisa, 2026.

As visitas ao museu são gratuitas, podendo ser feita de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 14h30min às 17h, e aos sábados, das 14h às 17h. Segundo dados da prefeitura, o museu recebeu 6.174 visitantes em 2025 (Feira de Santana, 2026b).

3.2 Dimensões da sustentabilidade em museus

A preocupação com o desenvolvimento sustentável constitui um movimento global de formulação relativamente recente, sendo tal perspectiva também incorporada de modo progressivo na esfera da cultura. Na década de 1970, o campo museológico expõe sua preocupação com “as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento” (Icom, 1972, p. 1), colocando o museu como uma

instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas

mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (*ibidem*).

O trecho acima, extraído da declaração final da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, demonstra que, ao tratar da importância e do desenvolvimento dos museus, o evento decidiu que estes deveriam considerar “a possibilidade de incorporar outras disciplinas, além daquelas nas quais se especializaram, com vistas a promover uma maior conscientização do desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico dos países latino-americanos” (Nascimento Júnior; Trampe; Santos, 2012, p. 118).

A intersecção entre cultura e desenvolvimento foi ganhando espaço nas discussões, resultando na década de 1980 em um conceito oficial que os entrelaça:

Dimensão Cultural do Desenvolvimento

A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento tem sido concebido frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constantes de cada um e de todos.

(...)

Só se pode atingir um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais nas estratégias para alcançá-lo; em consequência, tais estratégias deverão levar sempre em conta a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade (Unesco, 1982, p. 42).

Nos anos seguintes, o I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia que resultou na Declaração de Quebec¹⁸ (Ibermuseus, 1984) e o Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, ressaltam o desenvolvimento das comunidades como função social dos museus ali inseridos. Buscava-se a valorização de processos museais locais, museus de vizinhança, ecomuseus¹⁹ e sua articulação com o meio ambiente.

Desde então, acompanhou-se a evolução das instituições museais, evidenciando-se a necessidade desses de “se interpelarem sobre o desenvolvimento sustentável e mesmo sobre a sua sustentabilidade no mundo atual, sempre que possível envolvendo os públicos na abordagem dos problemas sobre o ambiente, a economia, as questões sociais e a cultural” (Filipe, 2011, p. 2). A cultura enquanto dimensão da sustentabilidade, para atender ao seu caráter multidimensional, passa a ser abordada como um de seus pilares (Soini; Dessein, 2016;

¹⁸ A Declaração de Quebec foi resultado do I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia, realizado no Canadá, que reuniu museólogos de diversos países e estabeleceu princípios básicos da Nova Museologia.

¹⁹ Conforme ensina Novaes (1992), ecomuseus não são museus ecológicos. O seu objeto é “o Homem, vivo, pulsante, na sua ciranda comunitária. Tem a ver com a história e o patrimônio físico e natural e cultural. (...) o ecomuseu se realiza na memória coletiva, sua relação com o território, seu domínio sobre o cotidiano” (Novaes, 1992, p. 3).

Ernst; Esche; Erbslöh, 2016; Filipe, 2011; Hawkes, 2001; Unesco, 2018, 2022, 2025, Souza; Laurentiz, 2019).

Para Varine-Bohan (2008), experiências museológicas como os ecomuseus e museus de comunidade estão fortemente ligados ao patrimônio local e aos territórios onde estão situados, devendo estar articulados com as demais instituições que compõem o tecido social. Os museus locais têm demonstrado, ainda segundo o autor, seu papel para o desenvolvimento ao explorar os três recursos principais do território: o capital cultural, o capital social e o patrimônio econômico (Varine-Bohan, 2008, p. 15-16). O capital cultural conecta o passado e o presente, não se limitando à conservação de um acervo. Já o capital social diz respeito às relações sociais, pois do patrimônio cultural partilhado “se retira os elementos de identidade, de responsabilidade, de cooperação, de trocas, de confiança” (*ibidem*, p. 16). No que tange ao patrimônio econômico, as atividades ligadas aos museus geram reflexos na economia local.

A exploração desses recursos se dá através da colaboração entre os museus e os diferentes agentes sociais, com a comunicação do patrimônio feita a partir do reconhecimento da diversidade “das populações e das culturas, das linguagens, das gerações, das origens, das crenças, das experiências profissionais enriquecerão a museologia e a museografia estabelecidas” (*ibidem*, p. 19). Nesse sentido, o autor já traz o entendimento do museu para o desenvolvimento sustentável, pois ele “pode ser a ponte oferecida à nossa geração para passar do passado ao futuro na continuidade e no respeito da ecologia humana e ambiental” (*ibidem*).

Atualmente, corrobora com essa visão do museu para o desenvolvimento local, iniciativas de regeneração urbana que buscam transformá-los “num centro de vida da cidade” capazes de “fomentar o desenvolvimento de redes e comunidades e contribuir para um ambiente mais habitável” (Icom; OCDE, 2019, p. 37). Entidades de administração local investem na criação de bairros criativos, de centros comunitários de cultura e na valorização do patrimônio histórico (*ibidem*), com políticas públicas criadas nesse sentido.

No Brasil, é somente em 2003 que o desenvolvimento sustentável terá a cultura como um de seus vetores de forma específica em uma política pública voltada para o setor, através do Plano Nacional de Cultura (Brasil, 2010a, item 3.3). A primeira Política Nacional de Museus foi desenvolvida naquele ano (Brasil, 2003). Dentre os seus princípios norteadores estava o incentivo a programas e ações que viabilizassem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado (Brasil, 2003, p. 9), mas sem aprofundamento desta temática. O documento passou por atualização em 2007, mesmo ano em que foi realizado o I Encontro Ibero-americano de Museus (Ibermuseus, 2007). Embora ambos ressaltem o papel dos museus para o desenvolvimento, apenas este último faz referência ao

desenvolvimento sustentável, ao “compreender a cultura como bem de valor simbólico, direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável (...)” (*ibidem*, p. 13).

No campo legal, o Estatuto dos Museus menciona a sustentabilidade apenas do ponto de vista econômico (Brasil, 2009a, art. 4º). Coube ao Ibram a partir de 2009, elaborar a política para o setor, que passou então a se chamar Plano Nacional Setorial de Museus (Brasil, 2010b). Com validade prevista até 2024²⁰, trouxe como um dos eixos estruturantes, a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável. Em que pese as sustentabilidades cultural, ambiental e econômica serem mencionadas em diversos pontos do documento, e o desenvolvimento sustentável ser reconhecido como sua base, o texto não descreve o sentido de cada uma dessas dimensões. Composto por 131 diretrizes, desdobradas em 169 estratégias e 560 ações a abranger nove áreas (Brasil, 2010b), sua complexidade se tornou obstáculo para o monitoramento do alcance das propostas, de forma que o governo não possui esses dados (Brasil, 2025a, p. 16).

O reconhecimento de “que todos os museus têm um papel a desempenhar na formação e criação de um futuro sustentável” (Icom, 2019, p.1) consolidou-se de forma global. A sustentabilidade passou a ser estampada na definição de museu estabelecida pelo Icom, a partir de 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a **sustentabilidade**. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (Icom, 2022, grifo pela autora).

Sob essa ótica também está a posição do IberoMuseus, ao “compreender os museus como ferramentas estratégicas para propor políticas de desenvolvimento sustentável e equitativo entre os países e como representações da diversidade e pluralidade em cada país ibero-americano” (IberoMuseus, 2007, p. 13). Além disso, estabelece que o desenvolvimento sustentável no âmbito dos museus deve abarcar as dimensões “ambiental, cultural, econômica e social, que surgem a partir da apreciação de acadêmicos e de especialistas, em sua maioria da região ibero-americana, mas não exclusivamente” (IberoMuseus, 2019, p. 84).

Dado esse conjunto de referências nacionais e internacionais, o atual Plano Nacional Setorial de Museus, lançado em janeiro de 2025 (Brasil, 2025a), com validade para os próximos dez anos, foi construído de forma participativa por instituições de ensino, associações e

²⁰ Previsto para o decênio de 2010-2020, foi prorrogado legalmente até 2024.

profissionais da área e, antes de ser publicado, sua proposta preliminar foi debatida no 8º Fórum Nacional de Museus, realizado em novembro de 2024.

Uma de suas diretrizes aponta que se pretende “Implantar ações, projetos e programas voltados para a sustentabilidade – em suas dimensões ambiental, econômica, social e cultural – dos museus, pontos de memória e processos museológicos” (Brasil, 2025a, p. 47). Tal detalhamento esclarece que a busca pela sustentabilidade diz com o debate planetário sobre o tema, que se refere a “garantir as necessidades presentes sem comprometer as capacidades das gerações seguintes para atender as suas próprias necessidades futuras” (*ibidem*), numa clara referência à definição de sustentabilidade do Relatório Brundtland. O documento também deixa claro que foi elaborado “em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)” (*ibidem*, p. 41), esclarecendo que este:

Diz respeito a se manter ao longo do tempo sem esgotar os recursos naturais ou prejudicar o meio ambiente; à busca de recursos para o alcance da missão contribuindo para o desenvolvimento da economia local; ao respeito à diversidade de valores e à relação com comunidades e povos; e ao compromisso com a melhoria da qualidade de vida, a educação e formação dos profissionais e das populações e com a equidade de modo participativo (*ibidem*).

Além desse aprofundamento sobre o que embasa a sustentabilidade proclamada no Plano, ele também define o museu sustentável, no mesmo sentido dado pelo Ibermuseus ao tratar da temática:

É toda instituição que realiza atividades de pesquisa, preservação, comunicação e revitalização do patrimônio por meio de uma moderna gestão museológica, **adequada às exigências do seu entorno**; e que, com o fim de gerar um **desenvolvimento local sustentável** e benefícios para o museu, realiza junto com os membros da comunidade projetos e atividades de preservação ativa exercendo um usufruto responsável dos recursos patrimoniais. (DECARLI, 2013, p. 13 *apud* Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade, Ibermuseus – p. 81.) Um museu sustentável promove o desenvolvimento de suas funções primárias, considerando as quatro dimensões da sustentabilidade: (i) social; (ii) cultural; (iii) econômica; e (iv) ambiental (Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus//Ibram) (Brasil, 2025a, p. 58, grifos pela autora).

A adoção da definição clássica de desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da sua consonância com os ODS pelo Plano Nacional Setorial de Museus de 2025 (Brasil, 2025a), consolida o entendimento de que a função social dessas entidades se divide entre o “papel multiplicador dos museus como espaços de reflexão sobre a mudança de padrões em prol do meio ambiente” e, entre o “desafio de transformar o próprio museu em um exemplo, promovendo e projetando seus compromissos com o meio ambiente e com as comunidades” (Ibermuseus, 2019, p. 84).

3.2.1 Dimensão Econômica

Com foco maior na sustentabilidade financeira e uso racional e eficiente dos recursos para sua manutenção institucional de longo prazo, está a dimensão econômica da sustentabilidade dos museus, conforme o Ibermuseus (2019), que entende que as entidades devem prezar pelo

desenvolvimento de meios e processos de funcionamento e modelos de gestão sustentáveis; busca de recursos financeiros (fluxos de investimentos públicos ou privados) necessários ao cumprimento de sua missão; contribuição para o desenvolvimento da economia local e equilíbrio econômico-financeiro (Ibermuseus, 2019, p. 64).

O Plano Nacional Setorial de Museus, que traz como um de seus quatro eixos o “Fomento, Sustentabilidade e Economia de Museus”, adota a mesma definição (Brasil, 2025a, p. 66). Sob essa perspectiva, aprofundando a questão, o Ibram elaborou a Política de Economia de Museus e Pontos de Memória (Brasil, 2025b), que tem por fim fortalecer a função dos museus na transformação social e como “vetores de desenvolvimento econômico em seus entornos”, reforçando o “planejamento nacional e regional de desenvolvimento, contribuindo para o bem-estar social e econômico das comunidades locais, nacionais e globais” (*ibidem*, p. 19).

O documento ressalta que a economia de museus “é uma área do conhecimento rica e diversificada que abrange o estudo da dinâmica econômica dos museus, incluindo as fontes de financiamento, a sustentabilidade financeira, o impacto econômico local e o valor que proporcionam à sociedade” (Brasil, 2025c, p. 11). Acrescenta ainda que este campo econômico também engloba a gestão, a geração de emprego e renda e externalidades como a incidência sobre o trabalho de terceiros (*ibidem*, p. 16).

Os documentos convergem no sentido de que a dinâmica econômica dos museus gera um fluxo financeiro para o território onde estão instalados, causando reflexos na economia. Ainda que os museus, por determinação legal, não possam ter fins lucrativos (Brasil, 2009a, art. 1º), o funcionamento das entidades, através de pagamento de salários, despesas com manutenção, realização de eventos, estímulo à indústria criativa, além geração indireta de emprego e do turismo, são aspectos que contribuem para a economia local, o que irá variar de acordo com o seu tamanho e os recursos que as entidades têm à disposição.

Tais recursos, em geral, são financiados pelo poder público, pela iniciativa privada, ou ainda através de parcerias público-privadas, sendo parte significativa desses captados via leis de incentivo fiscal (Brasil, 2014, p. 59), não sendo a autossustentabilidade uma realidade comum a instituições culturais. As entidades podem ainda buscar outras formas de

financiamento, como parcerias com a sociedade civil, sendo as associações de amigos uma das possibilidades, ou ainda a instituição de fundos patrimoniais como forma de captação de recursos. Além disso, receitas adicionais podem vir de cobrança de ingressos, lojas, restaurantes, doações e patrocínios, o que também contribui para economia local.

Para avaliar os impactos das atividades museais no território, o Ibram e o Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura (Neccult/FCE/UFRGS), desenvolveram o *Manual para Avaliação de Impactos Socioeconômicos dos Museus Brasileiros* (Brasil, 2022c). A obra apresenta uma metodologia para a avaliação de impactos socioeconômicos dos museus em suas localidades. Para testar o modelo, posteriormente foi lançada a obra *Impacto Socioeconômico de Museus no Brasil: um estudo exploratório* (Brasil, 2022a), que avaliou a repercussão das atividades de cinco museus brasileiros em seus territórios. Embora o trabalho tenha sido feito com uma amostra reduzida, buscou demonstrar o caráter multidimensional das contribuições socioeconômicas deste setor para o turismo, memória e identidade, educação e geração de conhecimento, engajamento local, diversidade, inclusão e bem-estar, e também na infraestrutura local (Brasil, 2022c). Com base nos resultados, concluiu que

Em geral, todas as organizações museais demonstraram ter impacto agregado positivo sobre o mercado de trabalho dos setores culturais e criativos de suas respectivas cidades. Tal resultado reforça o papel dos museus como centro do processo de desenvolvimento das atividades culturais em determinado espaço geográfico. Isso vale tanto pela escala que suas atividades demandam, quanto pelas relações que podem estabelecer com outros setores culturais e criativos (*ibidem*, p. 64-65).

Assim, os museus geram renda e fortalecem toda uma cadeia produtiva do setor cultural (Brasil, 2022c; Ibram, 2019; Throsby, 2010). Nesse sentido, as artes e a cultura são reconhecidas como fatores de crescimento econômico e desenvolvimento das cidades (Throsby, 2010). O capital cultural, composto por bens tangíveis e intangíveis, deve ser considerado como ponto importante das questões de política cultural urbana, e “podem ser importantes na criação de “cidades sustentáveis” e na atração investimento para uma região” (*ibidem*, p. 131, tradução pela autora).

3.2.2 Dimensão Social

A dimensão social da sustentabilidade dos museus está na sua “contribuição na melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o acesso à cultura, a preservação da memória e a coesão social; busca da equidade e da diminuição das diferenças sociais de maneira universal, democrática e participativa” (Ibram, 2019, p. 64). Assim, as instituições museais contribuem para o desenvolvimento quando suas ações são “promovidas a partir e

voltadas às comunidades, quando as pessoas se tornam sujeitos participativos e corresponsáveis em relação ao acesso a bens e serviços culturais” (Ibermuseus, 2019, p. 89).

O Plano Nacional Setorial de Museus também adota tal compreensão da dimensão social da sustentabilidade (Brasil, 2025a, p. 66). Dedicar ainda um de seus eixos a “Democratização, participação social e institucionalização do campo museal” (*ibidem*), no qual reforça a promoção de boas práticas, a gestão colaborativa e a participação social, além de considerar as particularidades de grupos historicamente marginalizados.

A dimensão social possui um grande escopo, que inclui ainda saúde e bem-estar pois, “vendo uma pintura individualmente (George *et al.*, 2018; Trupp *et al.*, 2022, 2023) ou participando de um programa de museu de várias semanas que inclui passeios educativos e discussões em grupo (Murphy *et al.*, 2021; Newman *et al.*, 2012) concluiu-se ser eficaz” nesse sentido (Trupp *et al.*, 2025, p. 2, tradução pela autora).

Além disso, museus incentivam a cidadania ativa através da conscientização sobre os problemas sociais existentes ao organizar ações e exposições abordando temas como mudanças climáticas, consumo, etarismo, gênero, decolonização, movimento LGBTQIAPN+, xenofobia, dentre outros. Enquanto dinâmicos espaços sociais podem contribuir para as comunidades onde estão inseridos identificando e valorizando o patrimônio ali existente, e também sendo lugares cuja responsabilidade social inclui o compromisso com a democracia, com a diversidade e com o diálogo intercultural e intergeracional.

A perspectiva baseada na ideia de um museu que procure estar mais conectado com a sociedade, visto como agente de mudança social, está na base teórica da Sociomuseologia. Os ecomuseus, os museus comunitários, os museus de território, os pontos de memória, e outras possibilidades de processos museais, vêm atender à noção de museu “integral”, já tratada anteriormente (p. 46).

Saladino e Xavier (2025) sustentam que eles “desempenham papel importante na relação entre as pessoas e os territórios (sejam urbanos ou rurais), contribuindo para o fortalecimento de sentimentos de pertencimento e responsabilidade social” (Saladino; Xavier, 2025, p.6). No contexto local, para facilitar esse diálogo com o território, os museus podem oferecer seus espaços para entidades locais realizarem eventos ligados à cultura ou de interesse da comunidade, organizar ações e atividades que fortaleçam o vínculo social, principalmente com bairros e áreas mais desfavorecidas, além de desenvolver propostas para as zonas rurais “estabelecendo cooperações ou redes com museus ou outras instituições, culturais e não culturais, ali localizadas” (Icom; OCDE, 2019, p. 86).

3.2.3 Dimensão Cultural

De acordo com o Ibermuseus (2019) e com o Plano Nacional Setorial de Museus (Brasil, 2025a), a sustentabilidade cultural engloba o “respeito à diversidade de valores e às particularidades das comunidades e dos povos, e o acompanhamento de seus processos de mudança” (Ibermuseus, 2019, p. 64), e acrescenta:

a dimensão cultural da sustentabilidade alerta sobre a maneira dos museus contribuírem nos processos de desenvolvimento sustentável por meio da promoção da diversidade cultural; da abertura de espaços para acolher a interculturalidade; da promoção nessa articulação entre o passado e o presente, da memória e da inovação; além da revisão das mudanças necessárias, apoiada no seu patrimônio, para a sobrevivência e melhor forma de vida do planeta e suas espécies, tanto no presente quanto no futuro (*ibidem*, p. 87).

Os museus são instituições abertas ao público, responsáveis por pesquisar, conservar, expor e comunicar, de forma ética e profissional, o patrimônio material e o imaterial (Icom, 2022). Quanto ao aspecto material da preservação cultural, para garantir a sua missão de pesquisa, educação e conservação, para gerações presentes e futuras, museus precisam adotar, conforme recomenda o Icom (2019) medidas para reduzir os riscos para as coleções armazenadas – considerando também o seu volume –, com métodos apropriados de preservação das características dos materiais e da documentação de suas coleções, para “produzir conhecimento e dar acesso à cultura material, contribuindo assim para a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz” (Icom, 2019, p. 7).

O papel cultural das entidades museais envolve ainda a educação e a investigação científica (Icom, 2022). Trata-se de um dever legal, que deve se fundamentar pelo respeito à diversidade cultural e da participação comunitária, com vista a ampliar o acesso às manifestações culturais e ao patrimônio (Brasil, 2009a, art. 29). Ao oferecer atividades educativas, os museus contribuem “para a formação de cidadãos dotados de imaginação criativa e consciência crítica” (Chagas, 2014, p. 24). Constituem “lugar seguro e inspirador para o diálogo cultural”, podendo contribuir para a compreensão da diversidade e da alteridade (Icom; OCDE, 2019, p. 56). Para alcançar tal fim, o museu pode:

- Criar oportunidades para se conectar e criar conjuntamente com as comunidades através de exposições e apresentações e, ao mesmo tempo, incluir todos os tipos de visitantes, nomeadamente pessoas com deficiência.
- Alcançar as comunidades que tradicionalmente não frequentam os museus, não apenas como futuros visitantes, mas também como potenciais colaboradores e voluntários (*ibidem*, p. 57).

Outro aspecto da participação social está no dever dos museus de prezar “pela acessibilidade universal dos diferentes públicos” (Brasil, 2009a, art. 35). Para o Icom e OCDE (2019), a acessibilidade extrapola as instituições museais, pois “a preservação, conservação e

investigação das coleções são atividades centrais dos museus, e a acessibilidade física e intelectual de uma coleção influenciará a potencial contribuição de qualquer museu para o desenvolvimento local” (Icom; OCDE, 2019, p. 56). Há reflexos para a dimensão econômica, pois aspectos como “transportes, sinalização urbana e estacionamento” (*ibidem*, p. 25) podem reforçar impactos econômicos, e para a dimensão social, ao incluir pessoas de “grupos com baixos rendimentos” financeiros (*ibidem*, p. 28).

Ainda de acordo com o Icom e OCDE (2019), os museus “devem reconhecer os impactos, a longo prazo, resultantes das contribuições dos museus para a divulgação de novas tecnologias, a criação de novos produtos e o apoio à criatividade na economia local” (Icom; OCDE, 2019, p. 25), pois são parte da estrutura de inovação.

3.2.4 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental envolve a “incorporação da sustentabilidade em todas as atividades, hábitos, processos e espaços museais, contribuindo para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade” (Ibermuseus, 2019, p. 64). Isso significa que a conservação das coleções e dos edifícios, bem como a montagem das exposições e demais atividades devem prezar pela redução de impactos ambientais, buscando eficiência no uso de água e energia elétrica, combustíveis fósseis e na geração de resíduos (*ibidem*, p. 98), servindo como exemplo de práticas sustentáveis.

A Diretriz 4.6 do Plano Nacional Setorial de Museus, prevê que a atividade destes deve “desenvolver e incentivar estratégias e ações integradas de gestão e mitigação de riscos, adaptação, restauração e resiliência frente às mudanças climáticas (...), de forma preventiva e/ou para os afetados por desastres e por eventos climáticos e ambientais” (Brasil, 2025a, p. 46). Além disso, destaca a necessidade de “implementação de ações educativas e expositivas voltadas para o aumento do conhecimento sobre os impactos climáticos e a valorização de práticas de adaptação baseadas em saberes tradicionais e científicos” (*ibidem*, p. 46), bem como os possíveis benefícios que parcerias podem trazer nesse sentido.

Embora o Ibermuseus e o PNSM contemplem aspectos um tanto distintos, ambos convergem no sentido de indicar como papel das instituições a divulgação do conhecimento sobre práticas sustentáveis. Assim, os museus têm ainda a responsabilidade de fomentar debates sobre a educação ambiental pública, independentemente de sua especialidade, sendo agente de difusão do conhecimento, contribuindo para a compreensão da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, adotando uma visão sistêmica da sustentabilidade nos aspectos

sociais, culturais, econômicos e ambientais, inclusive com a valorização dos saberes das comunidades tradicionais (Rangel, 2014, p. 205).

Com relação a adoção de práticas sustentáveis, estas podem ser analisada partindo das edificações onde funcionam os museus, pois a sustentabilidade da estrutura física do edifício é tão importante quanto a sustentabilidade das exposições, o que sugere que as entidades devem adotar, dentre outras estratégias, as de eficiência energética e hídrica, conforto acústico e térmico, e implantação de áreas permeáveis para drenagem urbana adequada (Rieradeval; Solá; Farreny, 2012, p. 29).

Tendo em conta que as atividades dos museus geram impactos ambientais isolados e também de forma integrada no seu entorno, aspectos como a existência de áreas verdes ou a incorporação de praças e jardins do seu entorno nos espaços institucionais, são relevantes na análise da sustentabilidade ambiental. Ao “considerar e gerir, na medida do possível, as paisagens culturais e naturais circundantes (praças, jardins, parques) como uma extensão do museu para o tecido urbano local (Icom; OCDE, 2019, p. 42), os museus podem contribuir no cuidado com o meio ambiente.

3.3 Gestão museológica

O Estatuto de Museus estabelecido pela Lei nº 11.906/2009 (Brasil, 2009a) e o Decreto nº 8.124/13 (Brasil, 2013b) que o regulamenta, preveem mecanismos de gestão na atividade museológica. Para a criação de museus públicos, foco desta pesquisa, há a obrigatoriedade de constituição de regimento interno, o dever de elaboração de um plano anual de atividades, com as ações a serem desenvolvidas, bem como as fontes de seu financiamento (Brasil, 2013b, Título V, Capítulo I) e, por fim, a elaboração do plano museológico, dever que se estende as entidades privadas (Brasil, 2013b, Título III, Capítulo II), sobre o qual prevê o Estatuto:

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (Brasil, 2009a).

Herdeiros da tradição do colecionismo, muitos museus nasceram, segundo Cândido (2019) com o fim de “preservação da memória, mas sem maiores discussões sobre sua missão, planejamento, sustentabilidade em longo prazo, entre outros fatores” (Cândido, 2019, p. 69). Para a autora, a sociedade não mais aceita instituições museológicas que baseiam “sua existência apenas com o vago propósito de preservação da memória, e faz a crítica contundente

aos museus que se excluíram dos processos de participação e de mudança” (*ibidem*, p. 119), de forma que o plano museológico “é um documento fundamental para fortalecer o museu em vários aspectos, tanto em sua imagem externa como as metas e estratégias a serem conhecidas e compartilhadas por todos da equipe” (*ibidem*, p. 110).

Dessa forma, o plano deve ser pensado para uma gestão estruturada, que irá englobar todas as atividades do museu, integrando responsabilidades técnicas e administrativas, mas também a sua relação com o território e com a população. O Ibram (Brasil, 2016) recomenda que as instituições façam, a princípio, um planejamento conceitual e um diagnóstico da sua situação e, em seguida, elabore os programas específicos para cada área, conforme a legislação determina. Nesse mesmo sentido, a norma jurídica recomenda o diagnóstico participativo da instituição, que pode contar com colaboradores externos, bem como a definição dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, além da identificação dos possíveis públicos dos museus (Brasil, 2013b).

O Plano Museológico é de elaboração obrigatória, conforme o decreto de regulamentação do Estatuto dos Museus (Brasil, 2013b) e deve abordar a acessibilidade em todos os projetos e ações. Como conteúdo mínimo, os planos devem conter os seguintes programas:

Quadro 5 - Programas a serem desenvolvidos pelos museus, por determinação legal

Programa	Conteúdo
Institucional	abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes;
de gestão de pessoas	abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;
de acervos	abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;
de exposições	abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;
educativo e cultural	abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;
de pesquisa	abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;
arquitetônico-urbanístico	abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;
de segurança	abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

(continua)

(continuação)

de financiamento e fomento	abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;
de comunicação	abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e
sócio-ambiental	abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do art. 23, inciso IV, do Decreto nº 8.124/13 (Brasil, 2013b).

O Quadro 5 deixa claro que, apesar da norma não citar o termo sustentabilidade, sob a ótica das suas dimensões aqui trabalhadas, é possível verificar que ela está presente na descrição de alguns conteúdos. É o caso do programa para gestão de pessoas, que trata da valorização e bem-estar das pessoas que trabalham ou colaboram com a entidade. O mesmo acontece com a repercussão ambiental dos museus no seu entorno, com os programas arquitetônico-urbanístico e sócio-ambiental.

O Ibram reconhece que essas legislações específicas estão desatualizadas, devendo passar por modernizações que permitam a incorporação de “conceitos e práticas relacionados a desafios contemporâneos, como acessibilidade e inclusão, sustentabilidade, diversidade, comunidade e participação social”, além de se alinharem a mais recente definição de museus aprovada pelo Icom em 2022 (Brasil, 2025a, p. 21).

Enquanto tal atualização não ocorre, o Plano Nacional Setorial de Museus, renovado a cada dez anos conforme previsto pelo Decreto nº 8.124/13 (Brasil, 2013b), orienta as políticas públicas para o campo e as atualiza, sendo “instrumento de planejamento estratégico de longo prazo do setor museológico a ser elaborado, implementado, monitorado e coordenado pelo Ibram” (*ibidem*, art. 6º). O plano atualmente válido foi elaborado em 2025, pois primeiro plano elaborado ainda em 2010, teve sua validade prorrogada até 2024. Com tal previsão, a legislação dispõe de ferramenta que permite a renovação e adequação das entidades às demandas atuais da sociedade.

Os instrumentos de planejamento são desenvolvidos pela Administração para executar políticas públicas. Estas são medidas formuladas e cumpridas pelo Estado para enfrentar os problemas da sociedade, proporcionando qualidade de vida aos cidadãos e o desenvolvimento das comunidades. Como parte de um modelo de gestão que busca apresentar esforços e buscar resultados consistentes nas políticas públicas para museus, o Plano Nacional Setorial conta com 39 diretrizes, organizadas em quatro eixos estruturantes:

- Eixo 1: Democratização, participação social e institucionalização do campo museal;
- Eixo 2: Identidade, patrimônio cultural musealizado, memória e educação;
- Eixo 3: Diversidade cultural e transversalidades de gênero, sexualidade, raça, etnia,

deficiências e neurodivergências para a acessibilidade universal na política museal;
Eixo 4: Fomento, sustentabilidade e economia de museus (Brasil, 2025a).

O primeiro eixo é composto por onze diretrizes ligadas à estruturação e fortalecimento do setor museal, buscando a descentralização das políticas para este campo e preconizando a valorização e empregabilidade dos profissionais da área e a participação social. Destaca ainda a necessidade de revisão dos marcos legais do setor. Quanto à participação, propõe criar instâncias de acompanhamento, monitoramento e gestão dos patrimônios culturais musealizados de forma compartilhada (*ibidem*, p. 22).

O segundo eixo traz a necessidade do reconhecimento institucional de seu papel na promoção dos saberes e da memória dos povos tradicionais, das comunidades e grupos historicamente excluídos, sob uma perspectiva decolonial e contracolonial, com a possibilidade de autogestão de tais referências. Neste último aspecto, preconiza ainda a conservação e qualificação de pontos de memória e outras iniciativas de museologia social²¹, “aprimorando a sua atuação e condições de sustentabilidade” (*ibidem*, p. 29). Ademais, ressalta o papel educacional das entidades, aspecto que possui uma política própria²², com destaque para qualificação das instituições ligadas a escolas e universidades. Por fim, traz ainda a importância da segurança na salvaguarda dos acervos e a necessidade de implantação de ações que voltadas a temáticas traumáticas ligadas à defesa da democracia e dos Direitos Humanos²³.

Quanto ao terceiro eixo, seu foco está no olhar para “a diversidade, interculturalidade, interseccionalidade e acessibilidade plena” (*ibidem*, p. 35), buscando que o setor esteja alinhado “com ações afirmativas, defesa dos direitos humanos e valorização da dignidade das pessoas e dos grupos sociais historicamente excluídos” (*ibidem*), inclusive no sentido de reparação de injustiças históricas como a espoliação, a violência e genocídio contra os povos indígenas e de comunidades tradicionais (*ibidem*).

Nesse sentido, a política enfatiza a necessidade de o direito de acesso aos museus, pontos de memória e aos demais processos museais dar protagonismo na gestão de tais iniciativas às pessoas pertencentes aos grupos historicamente excluídos, reconhecendo a diversidade étnico-

²¹ O PNSM define os pontos de memória como “iniciativas de museologia social e comunitária, baseadas no trabalho de comunidades e fundamentais para valorização e reconhecimento de suas histórias, memórias, culturas e territórios”, conforme a Portaria Ibram nº 579/2021 (Brasil, 2025a, p. 28).

²² A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) foi instituída pela Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021.

²³ O PNSM destaca para o Eixo 2 a importância das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nas redes de ensino, bem como dos Decretos nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016, que abordam a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2025a, p. 28).

racial, artística e cultural, etária, sexual e de gênero, além das diferenças geográficas e territoriais (*ibidem*, p. 35-37). Assim, o documento fomenta a acessibilidade ampla e universal, incluindo os profissionais da área, indo além das iniciativas de acessibilidade para pessoas com deficiência e neurodivergentes, também presentes neste eixo. Neste aspecto, uma das diretrizes busca cobrir todas as possíveis medidas inclusivas, observando princípios anticapacitistas:

Promover, garantir e fomentar a eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, dos transportes, comunicacionais, sensoriais, informacionais, atitudinais, programática, metodológica, de representatividade e tecnológicas, afim de garantir a todas as pessoas o direito à participação e colocação profissional a quaisquer atividades, bens, serviços, espaços profissionais criativos e de gestão dos museus, inclusive dos bens tombados, pontos de memória e processos museológicos valorizando o direito linguístico (Brasil, 2025a, p. 38).

O Eixo 4 está articulado em torno da sustentabilidade e da economia de museus, com sete de suas dez diretrizes fazendo referência a alguma forma de financiamento para as entidades (diretrizes 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.8, 4.9). Também neste eixo, o PNSM deixa claro que a sustentabilidade deve ser pensada em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU (*ibidem*, p. 41), nas suas dimensões cultural, ambiental, social e econômica, destacando ainda o papel das entidades também frente às mudanças climáticas.

A forma como se dará a avaliação da produção dos resultados esperados e alcance dos objetivos do PNSM, ainda não está clara, pois ele prevê a necessidade de “implantar um sistema de monitoramento participativo do PNSM com gestão compartilhada com os entes da federação e com a sociedade civil” (Brasil, 2025a, p. 22). Acerca desse acompanhamento, ainda a ser desenvolvido, o documento esclarece:

A construção da proposta de monitoramento terá início pela constituição de grupo de trabalho no Ibram, em interação com o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM) e Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (CGSBM). O Programa (re)Conexões, o Sistema Brasileiro de Museus e os sistemas estaduais e municipais terão papel central na construção, busca de soluções e na operacionalização do monitoramento. Em sintonia com a prática do Ibram, deve-se procurar a mais ampla participação como método de monitoramento, incorporando a sociedade civil, consultas e audiências públicas, eventos e mecanismos presenciais e virtuais de discussão (*ibidem*, p. 17).

Quanto ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM), mencionado pelo plano, o Estatuto dos Museus (Brasil, 2009a) prevê a sua criação com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do setor museológico, além de zelar pela “a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação” (*ibidem*). O sistema também “colaborará com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura (...) e do Plano Nacional Setorial de Museus” (Brasil, 2013b). Entretanto, o SBM ainda se encontra em fase de normatização e consolidação (São Paulo, 2025), de forma

que não há uma metodologia de acompanhamento do alcance dos objetivos do plano setorial, o que prejudica a sua efetividade e a avaliação dos seus resultados.

Assim, apesar de ser possível reconhecer os avanços do setor no campo legislativo e de políticas públicas, a Administração ainda não possui ferramentas que permitam acompanhar o cumprimento do Estatuto dos Museus e de seu decreto de regulamentação, bem como do Plano Setorial. O Ibram não dispõe de informações atualizadas sobre o número de museus do país que possuem plano museológico, sendo os dados mais recentes de 2010, quando a entidade mapeou 3.025 museus, dos quais mais de setenta por cento, cerca de 2.190, não possuíam o documento (Brasil, 2011, p. 47;66).

A entidade, no entanto, possui um Cadastro Nacional de Museus, de adesão voluntária, cujos dados informados pelos museus passam por verificação do órgão, estando disponíveis na plataforma Museusbr (Brasil, 2024c). Atualmente, esta conta com 4.060 museus cadastrados e, embora estes informem se possuem ou não o documento, tal dado não está discriminado isoladamente, de forma a permitir sua extração específica. Ressalte-se que os museus participantes desta pesquisa estão cadastrados na plataforma.

4 MUNÍCÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – SUSTENTABILIDADE URBANA ORIENTADA PARA ATIVIDADE DE MUSEUS

4.1 Município de Feira de Santana no contexto da sustentabilidade urbana

Feira de Santana está localizada a cerca de cem quilômetros de Salvador, capital do estado da Bahia, possuindo uma área de 1.304,425km² (IBGE, 2025). Atualmente, a área urbanizada, entendida como aquela atendida por sistema de ruas e infraestrutura mínima como rede de água, esgoto e eletricidade, corresponde a 143,15km², sendo de 97,56% a taxa de urbanização, ou seja, o percentual da população urbana sobre o total de habitantes. Contam com esgotamento sanitário adequado 63,8% de domicílios, e 42,73% destes estão em vias públicas com arborização, mas apenas 17,1% de “domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)” (IBGE, 2025). Possui PIB per capita de R\$ 27.691,08, sendo os setores econômicos de comércio varejista e por atacado os que mais reuniram trabalhadores em 2024 (*ibidem*).

A partir da década de 1960, a cidade se transformou na mais populosa do interior baiano.

Tabela 1 - Evolução da população de Feira de Santana

Ano	População total	Taxa de urbanização (%)
1950	107.205	31,04
1960	139.747	34,63
1970	187.290	70,33
1980	291.506	80,15
1991	406.447	86,00
2000	480.949	89,77
2010	556.642	91,73
2022	616.272	97,56

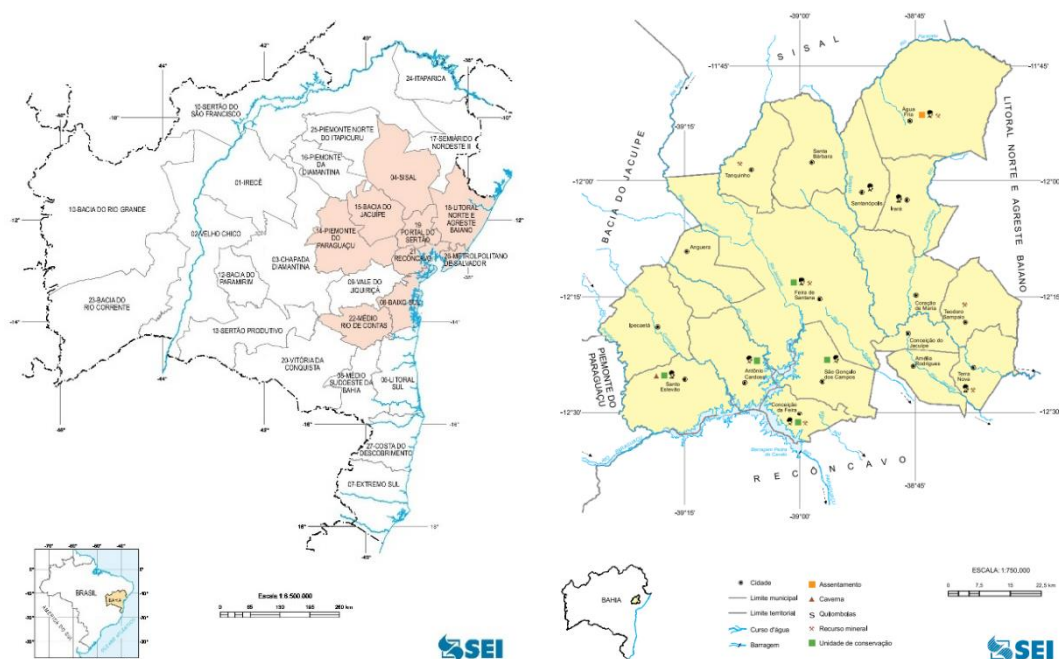
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do IBGE (2025).

A Tabela 1 demonstra que o crescimento populacional foi acompanhado pelo crescimento também da urbanização. Dentre os 17 municípios que compõem o Portal do Sertão, Feira de Santana possui a maior população, contando com 616.272 habitantes (IBGE, 2025).

O estado da Bahia está dividido em 27 Territórios de Identidade (TIs), sendo Feira de Santana e outros dezesseis municípios enquadrados no Território Portal do Sertão. Essa

segmentação foi legitimada em 2007 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para agrupar municípios semelhantes em termos ambientais, sociais, culturais e econômicos (SEI/BA, 2016). O Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 (Bahia, 2010), normatizou tal divisão, com “a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social”(…), em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal (*ibidem*). Além disso, a norma também agrupou os territórios considerando o caráter “identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial” (*ibidem*). No mapa a seguir, é possível visualizar tal organização territorial:

Mapa 1 - Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SEI/BA, 2016, p. 9;

Para cumprir as finalidades do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 (Bahia, 2010), o estado da Bahia, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elabora Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDS) para cada território. Estes documentos trazem diagnósticos e diretrizes para promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da gestão local, buscando reduzir as desigualdades regionais.

O plano em vigor para o Portal do Sertão para o período entre os anos de 2017 e 2026, traz análises das dimensões socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional (Bahia, 2025b), e estabelece as estratégias para o alcance dos objetivos e metas, aplicáveis a todo o território. Não foram encontradas publicações que informem sobre a efetividade desses objetivos e metas, estando o plano em vias de atualização para que se adeque aos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza, educação de qualidade, crescimento econômico sustentável, inovação e sustentabilidade ambiental” (Bahia, 2025a).

No campo cultural, são apontadas “limitações” e “potencialidades” (*ibidem*, local 46) desta seara. Dentre as limitações, destacam-se a “inexistência e/ou ineficácia de políticas públicas de cultura transversais nas esferas municipais”, além de “insuficiência de incentivo dos poderes públicos municipais para valorização salvaguarda incremento e ampliação das manifestações e mestre da cultura locais” (*ibidem*), dentre outros aspectos. O termo museu é citado apenas uma vez, dentro do objetivo de “Contribuir no fortalecimento da cultura e da memória do Portal do Sertão”, para o qual o plano prevê “Prospectar a criação do museu de música onde se tenha a memória dos artistas na defesa do seu estilo musical, sua obra, sua história (II Conferência Territorial de Cultura)” (*ibidem*, local 68).

O documento não aponta indicadores objetivos de eficácia, apenas sinaliza que o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário será responsável por acompanhar, monitorar e avaliar o plano (*ibidem*, local 73). Dada a amplitude da análise, que abarca dezessete municípios ao todo, com os dados apresentados não é possível avaliar o cenário específico para Feira de Santana.

A nível local, foi organizado, em 2018, o Diagnóstico para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Feira de Santana (PDES-2035) (Ernst & Young, 2018). Financiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi firmado um contrato entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. (EY), para realização de uma análise, com base em informações providas pela Prefeitura Municipal e sites governamentais, apresentando um “diagnóstico social, econômico e ambiental” (*ibidem*, p. 15) com os principais desafios para o desenvolvimento da cidade.

No que tange à sustentabilidade urbana²⁴, o relatório concluiu que a o município possui elevados índices de desigualdade social, com destaque para a segregação socioespacial do

²⁴ O documento separa sustentabilidade urbana e sustentabilidade ambiental e climática em tópicos distintos (Ernst & Young, 2018, p. 3).

município (*ibidem*, p. 79), apresentou dados sobre o uso do transporte público e idade de sua frota, além de dados sobre a saúde, tal como taxa de mortalidade infantil e número de médicos por habitantes. O documento não traz dados sobre o setor cultural e não faz qualquer referência ao patrimônio histórico ou aos museus locais. Cabe acrescentar que tal relatório foi rejeitado²⁵.

Dessa forma, seguindo com o propósito de fomentar o desenvolvimento sustentável até 2035, foi elaborado um novo documento, a Carteira de Projetos Estruturadores de Feira de Santana (2022-2035) (Brasil, 2022b), fruto de uma parceria entre a Sudene, a Prefeitura de Feira de Santana e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desta vez sob a condução do consórcio Concremat-Tese. Caracteriza-se “como instrumento de planejamento pragmático de curto, médio e longo prazo que tem por objetivo avaliar, selecionar e priorizar a implementação dos projetos estratégicos” (Brasil, 2022b, p. 3).

Repete-se a máxima de que o documento deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, sendo a Agenda 2030 uma de suas bases, e que ele deve ajudar na “construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035, incluindo a elaboração de ficha de projetos para 10 Projetos Estruturadores”, (Brasil, 2022b, p. 3). Dentre eles, a cultura é mencionada na apresentação do projeto de Exploração do potencial turístico (ecoturístico) do Morro de São José e do Lago Pedra do Cavalo, ao estabelecer que este pode “fortalecer as áreas turísticas, garantindo a infraestrutura urbana e a requalificação dos espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo comercial de Feira de Santana” (*ibidem*, p. 18). A cultura é mencionada novamente ao se tratar de “Demais Projetos Estruturadores e Satélites” a serem desenvolvidos, ligada ao setor social e vinculada ao ODS 11, como parte do “Projeto de revitalização urbanística da área central com ações sociais e culturais”, sem descrição detalhada. Não há referências ao patrimônio histórico ou cultural, nem aos museus da cidade no restante do documento.

Tanto para o Diagnóstico para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Feira de Santana (PDES-2035) (Brasil, 2020) quanto para o Carteira de Projetos Estruturadores de Feira de Santana (2022-2035) (Brasil, 2022b), não foram encontradas publicações ou quaisquer documentos que estabeleçam parâmetros de efetividade, ou que demonstrem implantação das propostas por eles apresentadas.

²⁵ Através da Resolução nº 557/2020 (Brasil, 2020), a Sudene rejeitou o relatório, considerando-o inadequado para composição do plano de desenvolvimento sustentável.

Para avaliar e compor relatórios de acompanhamento da implementação dos ODS nos países membros da ONU²⁶, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), aplicando uma metodologia desenvolvida pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), elaborou o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR).

Com o objetivo de “estabelecer os ODS como ferramenta útil e efetiva para a gestão pública e a ação política nos municípios brasileiros” (IDSC, 2025), o índice é composto por cem indicadores que utilizam, em sua maioria, dados oficiais para avaliar o quanto as cidades brasileiras têm atingido as metas dos ODS.

Para avaliar o ODS 11 especificamente, quanto às cidades sustentáveis, são coletados dados sobre: População residente em favelas e comunidades urbanas; Percentual da população em favelas e comunidades urbanas; Domicílios em favelas e comunidades urbanas; Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora; Mortes no trânsito; e Equipamentos esportivos municipais (IDSC, 2025).

A análise do instituto aponta que o município de Feira de Santana possui um nível baixo de desenvolvimento sustentável (IDSC, 2025). A Figura 25 a seguir, expõe a pontuação geral atribuída a Feira de Santana, de 47,48 de 100²⁷, o que a coloca na posição 3.794 de um total de 5.570 análises.

²⁶ Iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e co-financiado pela Caixa, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela União Europeia. Conforme descrito na metodologia usada pelo instituto, após passar pela revisão dos pares, os dados são também auditados pelo corpo científico da Comissão Europeia, o Centro Comum de Pesquisa (IDSC, 2025).

²⁷ Os Nível de Desenvolvimento Sustentável da plataforma se dividem em: Muito alto - 80 a 100; Alto - 60 a 79,99; Médio - 50 a 59,99; Baixo - 40 a 49,99; e Muito baixo - 0 a 39,99.

Figura 26 - Índice de Desenvolvimento Sustentável de Feira de Santana



A Figura 25 mostra ainda que a cidade possui nível muito alto de desenvolvimento sustentável apenas no ODS 7, voltado para energias renováveis e acessíveis. Apresenta nível alto para os ODS voltados para erradicação da pobreza, para saúde de qualidade, água e saneamento e ação climática. Quanto aos ODS 2, 4, 11, 12 e 14, relativos à erradicação da fome, educação de qualidade, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis e vida na água, respectivamente, o desempenho é considerado baixo (quadros em laranja). A cidade possui nível muito baixo de desenvolvimento sustentável nos ODS 5, 8, 9, 10, 15, 16 e 17, que tratam de igualdade de gênero, trabalho decente, indústria e infraestrutura, redução das desigualdades, vida terrestre e parcerias e meios de implantação, respectivamente (quadros em vermelho).

O resultado para o município sob a perspectiva da cultura é avaliado dentro dos indicadores do ODS 4, pois a referência à dimensão cultural está ligada à Educação e Equidade. Neste item, o Instituto avalia questões ligadas às escolas, como acesso à internet, dependências adequadas a pessoas com deficiência, Índice de Desenvolvimento da Educação, analfabetismo, dentre outros. Especificamente quanto ao setor cultural, o único indicador medido é o “Número de centros culturais, espaços e casas de cultura, públicos e privados, por 100 mil habitantes” (IDSC, 2025). Para este item, a análise aponta que Feira de Santana possui, segundo dados do

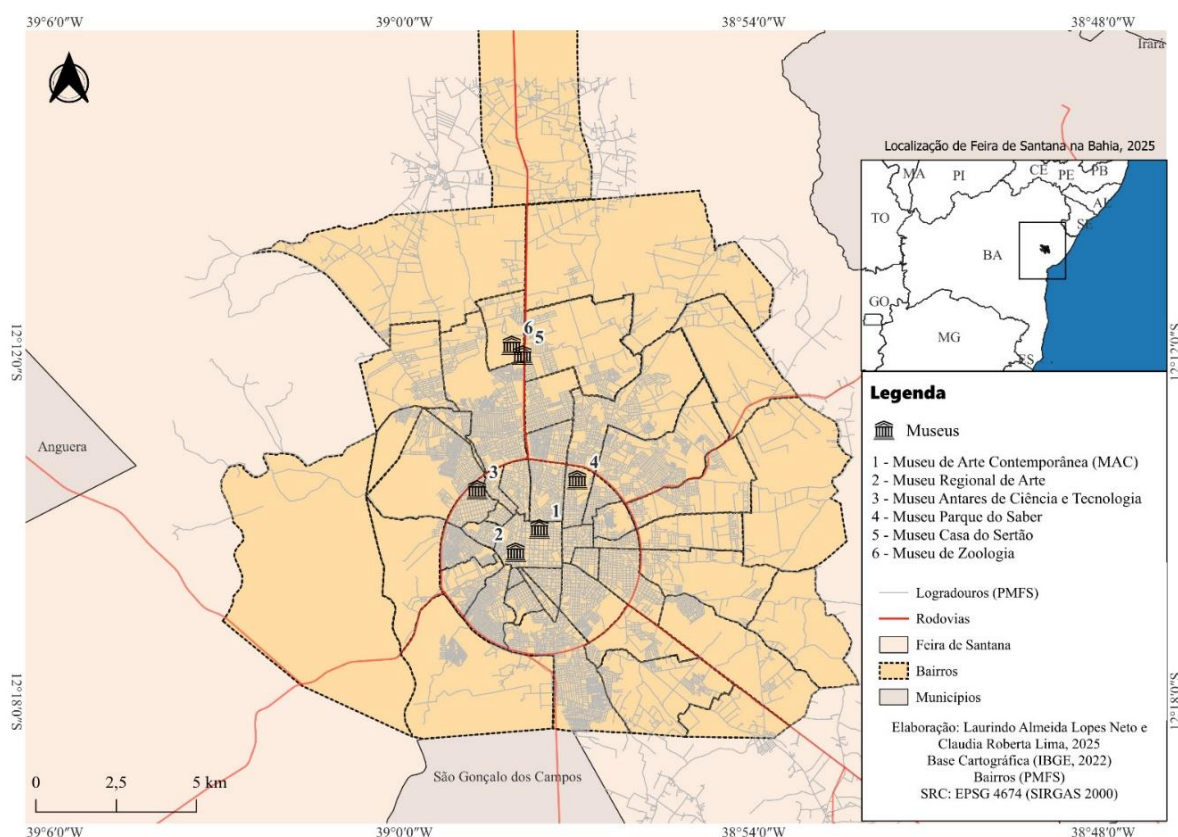
IBGE, nível de desempenho muito baixo, pois “o valor para considerar que o objetivo foi atingido é 35.28” (*ibidem*), sendo atribuído ao município o valor 2.11, muito aquém do necessário.

Com base nos dispositivos acima, é possível perceber que o quadro atual de análise do nível de desenvolvimento sustentável de Feira de Santana não indica um desempenho satisfatório, inclusive no âmbito cultural. Neste sentido, ainda que o município disponha de regramentos no PDDU (Feira de Santana, 2018), no Plano Municipal de Cultura (Feira de Santana, 2016) e um Sistema Municipal de Cultura (Feira de Santana, 2013b) voltados ao setor, estes não se mostram eficazes para alcançar um melhor nível de desenvolvimento sustentável.

4.2 Sustentabilidade nos museus em Feira de Santana

Os museus de Feira de Santana estão localizados, em sua maioria, dentro do anel urbano (linha circular vermelha no Mapa 2). O MAC (1) e o MRA (2) estão situados no bairro Centro. O Museu Antares de Ciência e Tecnologia (3) está localizado no bairro Sobradinho, e o Museu Parque do Saber (4) no bairro São João, ambos muito próximos das rodovias BR-116 (Norte e Sul) e da BR-324. Já no campus da UEFS, situado no bairro Novo Horizonte, próximo à zona rural do município, estão o Museu Casa do Sertão (5) e o Museu de Zoologia (6).

Mapa 2 - Distribuição dos museus em Feira de Santana



Fonte: Lopes Neto; Lima, 2025.

Conforme se vê no Mapa 2, a localização dos museus está concentrada no eixo centro-norte da cidade, deixando as demais regiões sem equipamentos culturais desse tipo.

A organização do município, até a década de 1960, período em que foi inaugurado o primeiro museu da cidade, não dispunha de planejamento. Em 1968 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), revisto apenas em 1990, gerando o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município através da Lei Ordinária nº 1.614/1992. Nesta lei não há menção aos museus, mas, para a seara cultural, há a previsão da criação de Áreas de Proteção Cultural e Paisagística. Embora sem delimitação de quais áreas fariam parte desse grupo, elas seriam formadas por locais “vinculadas a imagem da cidade e outros sítios, seja por caracterizar monumentos históricos e culturais significativos da vida do Município, seja por se constituírem em meios de expressão simbólica de lugares importantes no sistema especial natural ou construído” (Feira de Santana, 1992).

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDU), instituído através da Lei Complementar nº 117/2018 (Feira de Santana, 2018), no decorrer de seus 352 artigos e no anexo – que traz as definições dos principais termos usados na norma –, ao estabelecer as diretrizes da política urbana territorial, faz diversas menções à cultura e sua ligação com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade.

Com vistas a garantir a qualidade de vida dos cidadãos, conforme exposto anteriormente, a norma prevê como princípio que rege a política de desenvolvimento urbano, “o direito à cidade sustentável” (Feira de Santana, 2018, p. 4). Esta é entendida como a “que propicia e promove a melhoria das condições paisagísticas e de conforto ambiental no ambiente urbano, mediante o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável” (*ibidem*, p. 5). O documento também prevê como requisito para uma cidade sustentável, “a valorização de áreas de preservação ambiental e o desenvolvimento de ações para o **manejo sustentável dos recursos naturais e culturais**, do patrimônio histórico, artístico, físico e imaterial” (*ibidem*, p. 5, grifos pela autora).

O direito à cultura é reconhecido no PDDU (Feira de Santana, 2018) dentre o rol dos preceitos necessários para o atendimento da função social da cidade “para as presentes e futuras gerações” (*ibidem*, p. 5), e a valorização e proteção do “patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico feirense em toda a sua diversidade e complexidade” são objetivos gerais da política urbana, como já mencionado (*ibidem*, p. 8).

No Título VI, o documento trata dos “Princípios, Objetivos e Diretrizes Gerais da Política Cultural” (*ibidem*, p. 43). Ali, esclarece que o Plano Municipal de Cultura (Feira de Santana, 2016) e o Sistema Municipal de Cultura (Feira de Santana, 2013) são regimentos de

articulação e gestão das políticas públicas do setor, que estão conectadas com a sustentabilidade:

Art. 114. A Política Cultural do Município de Feira de Santana, através do Sistema Municipal de Cultura, visa consolidar uma **sociedade sustentável** e tem por base a concepção da política pública como o espaço de participação dos indivíduos e da coletividade, grupos, classes e comunidades, no qual o poder político é interveniente, e tem por objetivo instituir e universalizar direitos e deveres culturais produzidos mediante o diálogo e o pacto democrático, devendo abranger as áreas urbanas e as áreas rurais, e observarão os seguintes pressupostos.

(...)

Art. 117. As diretrizes gerais para a cultura são:

- adoção de uma concepção de desenvolvimento cultural que abranja o enfoque socioeconômico para a geração de oportunidades de emprego e renda e oriente as políticas públicas do setor, compatibilizando a preservação do patrimônio e a inovação da produção cultural, **sob a perspectiva da sustentabilidade** e diversidade (*ibidem*, p. 43-44, grifos pela autora).

Os museus, em específico, são pouco mencionados no PDDU. A título de regramento geral, o termo aparece dentre as diretrizes para a conservação do patrimônio cultural, que prevê a articulação dos órgãos de planejamento do turismo, para que “estimulem a requalificação dos imóveis tombados, utilizando-os para hospedagem e hospitalidade, museus ou outros equipamentos que potencializem o uso do patrimônio histórico-cultural” (*ibidem*, p. 47). No restante do documento, o termo museu é citado nos arts. 91, 99 e 255. No art. 91, ao estabelecer diretrizes para a valorização da borda do Lago da Pedra do Cavalo, prevê a possibilidade de implantação de museus na área (Feira de Santana, 2018, p. 47). Já no art. 99, estabelece que o prédio onde funciona o Museu Municipal, referindo-se ao Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira, e o prédio da Antiga Faculdade de Educação, referindo-se à sede do Museu Regional de Arte, estão dentro da área de Proteção Cultural e Paisagística da cidade (Feira de Santana, 2018, p. 38). Por fim, ao tratar da exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança, no art. 255, submete os centros culturais e museus com área construída igual ou superior a dez mil metros quadrados a tal regra (Feira de Santana, 2018, p.106).

O Plano Municipal de Cultura reconhece que “é necessário investir em programas que deem suportes a projetos culturais de forma sustentável” (Feira de Santana, 2016, p. 36), além de citar o termo em outros trechos do documento. Entretanto, a sustentabilidade ali mencionada não está conectada com as dimensões aqui trabalhadas, sendo empregada ora no sentido de suporte financeiro, ora no sentido de apoio institucional. Os museus são mencionados no documento, com destaque para o Item 9, que prevê metas e ações para o campo cultural, dentre elas o aumento da captação de recursos para ações a eles destinadas (*ibidem*, p. 52), além da “criação de um circuito cultural entre os museus e galerias locais para a circulação de peças e exposições que rememorem o cotidiano do sertão” (*ibidem*, p. 54).

Ao dispor sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura, a Lei nº 3.383/2013 (Feira de Santana, 2013b), não menciona a sustentabilidade ou os museus. Apesar disso, prevê dentre os seus princípios no artigo 2º, que a cultura é um direito, que possui valor simbólico, econômico e de cidadania (*ibidem*). Reconhece a diversidade cultural do município e o caráter de transversalidade das políticas públicas para o setor, a necessidade de cooperação entre os agentes culturais, sejam públicos ou privados, bem como a territorialização, a descentralização e a participação como estratégias de gestão (*ibidem*).

Embora os regramentos municipais deem tratamentos distintos aos museus, enquanto instituições culturais, seu papel significativo para a valorização do patrimônio histórico e da identidade locais é inegável. Sendo o PDDU (Feira de Santana, 2018) o documento onde a sustentabilidade se faz mais presente, nos termos das quatro dimensões que embasam o questionário aplicado às entidades participantes da pesquisa, é possível estabelecer um paralelo entre tais dimensões e as diretrizes para a cultura no plano diretor.

Quanto a dimensão econômica, os museus geram renda e fortalecem a cadeia produtiva do setor cultural, inclusive com reflexos no mercado de trabalho e no turismo, contribuindo para a economia local. Dentre os princípios da política cultural municipal, conforme art. 115 do PDDU, a cultura é considerada “como parte integrante da economia de Feira de Santana, que deverá ter na salvaguarda do patrimônio cultural e na economia criativa um vetor do seu desenvolvimento” (*ibidem*, p. 44). Ademais, “consolidar Feira de Santana como cidade criativa, centro produtor, distribuidor e consumidor de cultura, inserida nos fluxos culturais e econômicos mundiais” e “promover o aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da área da cultura” (*ibidem*, p. 44), estão dentre os objetivos da política.

A dimensão social da sustentabilidade dos museus abrange desde questões ligadas ao bem-estar até o fortalecimento da democracia. As entidades, ao tempo em que se constituem como espaços de lazer, também incentivam a cidadania participativa ao abordar temas e desenvolver ações comprometidos com a diversidade, sendo também capazes de reforçar os sentimentos de pertencimento ao valorizar a cultura local. Nesse sentido também está o PDDU, ao ter como princípios:

- a compreensão da cultura como elemento fundador da sociedade, essencial na confirmação das identidades e valores culturais, responsável pela inclusão do cidadão na vida do Município, por meio do trabalho, educação, lazer, reflexão e criação artística;
- a cidadania cultural como um direito à vida, em suas mais diversas manifestações, e base para o exercício da cidadania plena (Feira de Santana, 2018, p. 43).

Na dimensão cultural, os museus enquanto espaços de educação, pesquisa e conservação, contribuem para a valorização da memória e da identidade locais, para preservação do patrimônio histórico, além de incentivar a produção artística e a diversidade, bem como a inclusão e acessibilidade. Nessa direção, caminha o PDDU ao consagrar como princípio da política cultural “o respeito e o fomento à expressão da diversidade como fundamento de verdadeira democracia cultural” e fixar como objetivos:

- criar e manter espaços públicos municipais devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas manifestações culturais e artísticas;
- promover a integração das diversidades culturais e sociais, incentivando a pesquisa, produção, circulação e difusão artísticas;
- criar e viabilizar mecanismos que estimulem e possibilitem o acesso da população aos bens culturais;
- incentivar programa de formação de plateia, voltado ao público infanto-juvenil;
- fomentar os movimentos artísticos que divulguem e promovam as produções locais;
- fomentar a pesquisa histórica, preservação dos registros das artes e manifestações culturais, priorizando comunidades e etnias que representem o Município;
- coordenar, integrar e executar as políticas de pesquisa, sistematização e conservação do patrimônio cultural;
- (...)
- garantir uma sociedade baseada no respeito aos valores humanos e culturais locais, capaz de promover a diversidade cultural, o pluralismo e a solidariedade;
- contribuir para a transformação da realidade social e a reversão do processo de exclusão social e cultural (*ibidem*, p. 44).

No que diz respeito com a dimensão ambiental, os museus geram impactos com suas atividades, devendo considerar aspectos que vão desde o manejo das coleções até a estrutura física onde estão localizados. Estão sujeitos aos desafios para incorporar medidas de sustentabilidade em todas as atividades, seja através da adoção de iniciativas para economia de água e energia, seja através da redução da geração de resíduos, ou ainda como ferramenta de difusão da sustentabilidade. São cada vez mais afetados por eventos climáticos e ambientais e, inseridos no tecido urbano local, os museus podem também contribuir no cuidado com o meio ambiente da cidade. O PDDU, ao tratar das Áreas de Valor Cultural, prevê:

Art. 121. A conservação das áreas de valor cultural no Município será assegurada por meio da instituição, estruturação, enquadramentos, delimitações, diretrizes específicas e regulamentação do Sistema de Áreas Verdes.

Parágrafo único. O Município elaborará e implementará planos, programas e projetos específicos para áreas de valor cultural, integrantes do Sistema de Áreas Verdes e utilizará os instrumentos de Política Urbana habilitados por esta Lei para a proteção dos sítios e imóveis significativos, no prazo máximo de um ano, a contar da publicação desta Lei (*ibidem*, p. 47)

Os exemplos trazidos não esgotam o tratamento das temáticas no plano diretor, que é composto por mais de trezentos artigos. Entretanto, para o campo museal em específico, o PDDU, cujo prazo de revisão se aproxima, não inclui medidas que abordem estas instituições como parte efetiva do planejamento da cidade. Tal postura indica que, ainda que sua elaboração

esteja fundamentada nos princípios da sustentabilidade, estes não inserem os museus nas estratégias de desenvolvimento urbano sustentável.

4.2.1 Discussão dos resultados

Esta sessão traz a análise da etapa aplicada do estudo, que verificou como a gestão dos museus atuam no âmbito da sustentabilidade, nas dimensões econômica, cultural, social e ambiental. Como descrito na metodologia, foi adotado aplicação de questionário no formato de Escala *Likert* (Apêndice 2), cujas respostas foram analisadas e tratadas, apresentadas nas Tabelas 2 a 7.

Para apresentação dos resultados, as respostas dos museus serão identificadas através das siglas que estes adotam: Museu Casa do Sertão (MCS), Museu Antares de Ciência e Tecnologia (Mact), Museu de Zoologia (MZFS), Museu Regional de Arte (MRA), Museu Municipal Parque do Saber Dival da Silva Pitombo (MPS) e Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira (Mac). As tabelas estão quantificadas em percentual, onde 100% (cem por cento) corresponde aos seis museus participantes, de forma que cada unidade equivale a 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento). Assim, a distribuição percentual nas tabelas permite visualizar o grau de concordância das entidades para cada item do questionário, configurados por dimensões da sustentabilidade investigadas.

No que diz com a gestão dos museus participantes, a Tabela 2 traz o conjunto de respostas acerca de aspectos regulatórios e administrativos das entidades.

Tabela 2 - Bloco sobre Gestão dos museus.

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O museu é regido por ato normativo específico (Lei nº 11.904/09, art. 15)?	-	-	-	50%	50%
O museu possui personalidade jurídica própria (registro em órgão competente, autonomia patrimonial)?	83,3%	-	-	16,7%	-
O museu possui Plano Museológico nos termos do Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/09) ou algum outro documento de regimento interno?	16,7%	-	-	50%	33,3%
O Plano Museológico ou regimento interno foi elaborado de forma participativa envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, especialistas, parceiros sociais etc?	33,3%	-	-	16,7%	50%

(continua)

(continuação)

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O Plano Museológico ou regimento interno contempla os itens previstos no art. 23 do Decreto nº 8.124/13 (diagnóstico participativo, identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, identificação dos públicos e programas)?	33,3%	-	16,7%	16,7%	33,3%
O museu faz diagnósticos da instituição ou aplica algum processo de monitoramento/avaliação que analisa sua estrutura e/ou o funcionamento?	16,7%	-	-	16,7%	66,6%
O museu possui um sistema de informação e gestão de suas coleções, incluindo o seu registro, identificação, estado de conservação, transferência, descarte e intercâmbio?	-	-	16,7%	50%	33,3%
O museu possui alguma política de sustentabilidade (econômica, ambiental, social ou cultural) formalmente adotada, estabelecendo metas e objetivos?	16,7%	16,7%	16,7%	33,2%	16,7%
O museu realiza atividades de pesquisa, preservação e revitalização de patrimônio?	16,7%	-	-	50%	33,3%
O museu participa do Conselho Municipal de Cultura ou de outras estruturas governamentais locais voltadas ao setor (conselhos, comitês, fóruns etc)?	33,3%	-	-	16,7%	50%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2026).

A princípio, ao serem questionados sobre a existência de ato normativo específico, o MPS, o Mact e o MRA informam adequação parcial ao estabelecido pela Lei nº 11.904/09, ao passo que as demais entidades informaram conformidade total. Foi possível observar que dentre as instituições, somente o MCS declarou possuir, parcialmente, personalidade jurídica própria. Registrou-se a inexistência do plano museológico ou regimento interno apenas para o Mac, predominando entre as demais entidades a forma participativa de elaboração, com o MCS, o MRA e o Mact atendendo integralmente os requisitos específicos exigidos pelo Estatuto dos Museus. Ficou demonstrado que os museus buscam atuar conforme os ditames legais quanto à proteção, guarda e gestão de seus acervos, os quais atendem também à fins de pesquisa. Quanto à participação das entidades em estruturas governamentais locais voltadas ao campo cultural, o MPS, o MCS, o Mac e o MRA afirmaram adotar medidas nesse sentido. Por fim, quanto a formalização de uma política específica voltada para a sustentabilidade, apenas o MRA informou adotar totalmente tal medida, enquanto os demais se dividem entre adotar parcialmente (MPS e MZFS), não adotar (Mact), desconhecer ou ser indiferente (Mac), ou ainda não ter evidência suficiente para responder (MCS).

No campo da gestão, percebe-se que as entidades estão comprometidas em cumprir os requisitos legais de formalização institucional e de conservação dos acervos. No que diz com a sustentabilidade, ponto central desta pesquisa, os resultados apontam que a adoção de uma política formal nesse sentido não é uma prática comum entre os museus.

Destaque-se ainda que, quanto a participação das entidades em instâncias governamentais locais, a participação dos museus nessas instâncias pode reforçar a integração da cultura nas políticas urbanas, fortalecendo o papel das entidades para o desenvolvimento local, no sentido preconizado pelo Icom e pela OCDE (Icom; OCDE, 2019).

Já na dimensão econômica da sustentabilidade dos museus, o foco está na sustentabilidade financeira e uso eficiente dos recursos para a manutenção institucional de longo prazo.

Tabela 3 - Bloco sobre dimensão econômica dos museus.

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O funcionamento desta entidade conta com recursos oriundos do poder público, exclusivamente?	-	-	-	16,7%	83,3%
Esta entidade realiza parcerias ou busca financiamento diversos do orçamento destinado pela fonte mantenedora (editais de fomento, leis de incentivo fiscal)?	-	-	33,4%	33,3%	33,3%
O acesso ao museu está condicionado ao pagamento de ingresso?	100%	-	-	-	-
O museu possui outras fontes de renda (doações, aluguel de espaço, realização de eventos etc)?	83,3%	-	16,7%	-	-
Os recursos orçamentários disponíveis para atividades de conservação, manutenção, gestão/gerenciamento de riscos e segurança do imóvel onde o museu, suas coleções e instalações estão localizados são suficientes para as suas necessidades?	50%	-	50%	-	-
O museu consideraria alterar seu horário de funcionamento para atender a interesses turísticos?	-	-	33,3%	50%	16,7%
O museu realiza eventos voltados para a economia popular, incentiva o consumo consciente e realiza compras do comércio local?	16,7%	-	16,7%	33,3%	33,3%
O museu procura identificar formas de gerar renda a partir de parcerias com setores locais (como turismo, educação, comércio ou outros), utilizando seus espaços, acervo ou atividades?	16,7%	16,7%	16,7%	33,2%	16,7%

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O museu possui política ou plano de recursos humanos com critérios de recrutamento, salários e benefícios?	83,3%	-	16,7%	-	-
O museu possui algum tipo de controle ou registro que permita saber quantos visitantes recebe por ano? São coletados dados como nome, origem, idade ou outros?	-	-	-	33,3%	66,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2026).

Em relação à questão econômica, a Tabela 3 aponta para o funcionamento dependente exclusivamente de recursos públicos para todas as entidades, parcial ou totalmente, com ausência de renda de outras fontes, destacando que elas possuem acesso gratuito do público, o qual é monitorado. O MPS, o Mac e o Mact declaram que os recursos recebidos não são suficientes para cobrir todas as atividades, não havendo evidência para as demais instituições sobre esta informação. Quanto a realização de formas de gerar renda através de parcerias e financiamento por editais ou renúncia fiscal, as entidades informam adotar medidas neste sentido, total ou parcialmente, com exceção do Mac e do Mact, que afirmam não ter evidência da adoção de tal medida. No que diz com a política de recursos humanos, o MCS diz não ser possível responder ao questionamento, enquanto as demais entidades informam não dispor de planos de cargos e salários. Por fim, o MPS, o Mac, o MRA e o MCS afirmaram que contribuem para o desenvolvimento local através do incentivo a economia popular e realização de compras no comércio, mas esse último e o MZFS não se mostram dispostos a mudar seu horário para atender a fins turísticos. Já quanto a formas de gerar renda a partir de parcerias com setores locais, o MCS, o Mac e o MRA museus responderam que adotam total ou parcialmente medidas nesse sentido, enquanto os demais se dividem entre não adotar, desconhecer ou ser indiferente, ou ainda não ter evidência suficiente para responder

Embora os museus contribuam para a economia local, nesta dimensão nota-se que tal papel não é plenamente reconhecido e incorporado pela gestão de todas as entidades. Destacam-se iniciativas voltadas para a economia popular, para o consumo consciente e para a valorização do comércio local, realizada por parte das entidades, além do acesso gratuito a todas elas. Como ponto de atenção comum em todas as respostas, está o fato de os museus dependerem de verba pública, não havendo outras fontes, com exceção da participação em editais de fomento, o que demonstra que a sustentabilidade econômica das entidades está sujeita a flutuações orçamentárias, comuns na administração pública, o que pode comprometer ações de planejamento no longo prazo.

A ausência de política de recursos humanos informada pelas entidades, a possibilidade de alteração dos horários de funcionamento para fins turísticos, bem como a realização de parcerias com outras entidades locais, são aspectos a serem aprofundados para avaliação do quanto podem influenciar economicamente a ampliação do número de visitantes, a geração de receitas e a dinamização da economia local. A visitação pública às entidades está diretamente relacionada à criação de empregos e receitas, contribuindo para o desenvolvimento econômico local (Icom; OCDE, 2019, p. 23). Neste ponto, o funcionamento integral aos fins de semana, além de ampliar o acesso às entidades, teria o potencial de beneficiar essa dimensão econômica.

Na dimensão social, a ênfase está em analisar além da qualidade de vida, a participação cidadã e a inclusão.

Tabela 4 - Bloco sobre dimensão social dos museus.

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O museu desenvolve ações voltadas a públicos em situação de vulnerabilidade social, como pessoas afetadas pela pobreza, desigualdade no acesso à educação, discriminação por questões étnico-raciais, etárias, de gênero, ou com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais?	-	-	16,7%	33,3%	50%
O museu disponibiliza gratuitamente seu espaço para uso pela comunidade, permitindo a organização e realização de eventos e reuniões em suas dependências?	-	-	-	50%	50%
Ao planejar exposições e eventos, este museu conta com a participação dos grupos socialmente vulneráveis nos processos de curadoria e programação?	33,3%	16,7%	-	50%	-
O museu incorpora políticas de diversidade em seus processos de contratação da equipe?	33,3%	16,7%	-	16,7%	33,3%
O museu desenvolve programas de salvaguarda das manifestações culturais locais?	16,7%	-	16,7%	33,3%	33,3%
O museu desenvolve ações e programas nas zonas rurais ou voltados para esse público e valorização do seu patrimônio?	33,3%	-	-	50%	16,7%
O museu realiza atividades em conjunto com outras instituições locais como escolas, ONGs, associações etc?	16,7%	-	-	50%	33,3%
O museu desenvolve projetos expositivos inclusivos, com linguagem e tecnologias adequadas para públicos específicos?	-	16,7%	-	66,6%	16,7%
O museu oferece programas educacionais participativos e interativos a comunidades, incluindo oficinas e visitas guiadas?	-	-	-	-	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2026).

Na Tabela 4, o destaque está no oferecimento pelas instituições de programas educacionais participativos e visitas guiadas, além da disponibilização dos espaços para uso da comunidade, oferecidos por todas as entidades. Também se destaca o oferecimento de atividades e ações voltadas aos públicos em situação de vulnerabilidade social, reconhecido pelas entidades, com exceção do MPS, contribuindo para o acesso à cultura dessas populações, embora apenas o MSC, o Mac e o MRA adotem medidas para que este grupo figure nos processos de curadoria. Ao disponibilizar gratuitamente seu espaço para uso pela comunidade, todos os museus assumem lugar de destaque enquanto equipamentos públicos urbanos de uso coletivo. Essa inserção territorial também se destaca no desenvolvimento projetos expositivos inclusivos, realizados pelas entidades, com exceção do MPS, que também informou que não desenvolver atividades em conjunto com outras instituições locais e não possuir programas de salvaguarda das manifestações culturais locais, neste quesito seguido pelo MZFS. No que diz com o desenvolvimento de ações e programas nas zonas rurais, o Mact e o MRA não adotam tal prática.

Quanto a incorporação de políticas de diversidade em seus processos de contratação da equipe, o MCS, o Mac e o MRA adotam iniciativas de inclusão, ainda não estão consolidadas em metade das instituições, ao contrário do que é preconizado pela legislação.

Relativamente a atuação social, os museus adotam boas práticas, oferecendo programas educativos de diversas naturezas, com a valorização de grupos historicamente marginalizados, buscando reduzir as desigualdades e democratizando a cultura, inclusive com ações junto a escolas e outras entidades. O desenvolvimento de programas voltados para as manifestações culturais locais e a realização ações em zonas rurais ou voltadas a esses públicos, além da disponibilização de projetos expositivos inclusivos, indicam a preocupação com acessibilidade comunicacional e mediação cultural dos museus, demonstrando seu compromisso com a diversidade e com seu papel na relação entre as pessoas e os territórios.

Quanto a dimensão cultural, os museus atuam na valorização da memória e da identidade locais ao desenvolverem atividades de conservação, pesquisa e educação relacionadas ao seu acervo, devendo a promoção da diversidade, da inclusão e da cidadania.

Tabela 5 - Bloco sobre dimensão cultural dos museus.

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O estado de preservação da coleção/acervo do museu pode ser considerado satisfatório?	-	-	-	83,3%	16,7%
Os objetos patrimoniais sob a guarda do museu estão armazenados e preservados adequadamente, protegidos de riscos (forças físicas, roubo/furto/vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta)?	16,7%	-	-	33,3%	50%
A instituição estabelece medidas de mitigação para o controle e/ou combate dos agentes identificados, bem como define sistemas de monitoramento e medição, incluindo a instalação de dispositivos específicos?	16,7%	-	16,7%	33,3%	33,3%
O museu possui acessibilidade física, sensorial e intelectual?	-	-	16,7%	83,3%	-
O museu possui acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital?	16,7%	16,7%	33,3%	33,3%	-
O museu considera que seu acervo/coleção é representativo da cultura material e imaterial local, incluindo a cultura popular?	-	-	-	50%	50%
O museu desenvolve alguma ação/programa em consonância com os princípios de valorização da diversidade cultural e transversalidades de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências e neuro divergências?	-	16,7%	16,7%	16,6%	50%
O museu desenvolve ações que promovam as tradições e o legado cultural local (cursos, atividades, feiras, palestras, exposições temporárias etc)?	-	-	33,3%	16,7%	50%
O museu possui programas de residência para artistas locais/regionais?	66,6%	-	16,7%	16,7%	-
O museu cria/disponibiliza recursos pedagógicos para trabalho em conjunto com comunidades educativas, escolas ou grupos de professores/as?	-	-	50%	-	50%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2026).

A Tabela 5 expõe que os museus participantes da pesquisa avaliam o estado de preservação de suas coleções como satisfatório, sendo o Mac a única entidade a informar que não há a devida proteção de sua coleção contra riscos multifatoriais, ou o seu monitoramento,

sendo neste último quesito acompanhada pelo Mact. Todas as entidades consideram seu acervo representante da cultura material e imaterial local e, com exceção do MPS e do Mact, apontam que atuam para a promoção de ações para o seu fortalecimento, contribuindo para a valorização da identidade local e do sentimento de pertencimento. Entretanto, quanto a existência de programas de residência para artistas locais/regionais, apenas o MCS afirmou adotar parcialmente medidas nesse sentido.

Quanto à acessibilidade física, sensorial e intelectual, apenas o Mact afirmou não haver evidência de adoção de medidas nesse sentido. Quanto à acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital, o MCS e o MZFS adotam parcialmente iniciativas nessa direção. Os resultados indicam que, mesmo os museus sendo instituições públicas, as quais possuem o dever legal de dispor de acessibilidade ampla, nenhuma das entidades a proporciona integralmente.

No que diz com a valorização da diversidade cultural e às transversalidades de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências e neurodivergências, há a adoção de ações e programas nesse sentido, exceto pelo Mact e pelo MPS. Por fim, o MZFS, o Mact e o MRA declaram não criar ou disponibilizar recursos pedagógicos para trabalho em conjunto com comunidades educativas, escolas ou grupos, demonstrando que não atuam nessa seara para além de seus muros.

Quanto aos resultados para a dimensão cultural, de forma geral, indicaram boas práticas quanto às condições de preservação do acervo, sua proteção e medidas de mitigação e monitoramento. Os museus possuem acervo relacionado com a cultura material e imaterial local, incluindo a cultura popular, promovendo ações nesse sentido, o que os conecta com a comunidade e fortalece os laços de pertencimento, com a ressalva de que, ao dispor de pouca participação de artistas locais, fragiliza tal conexão. Quanto a atuação na promoção da diversidade e transversalidades, recomenda-se o fortalecimento dessas ações, pois enquanto locais de diálogo cultural, contribuem para a própria compreensão dessa diversidade, promovendo bem-estar e melhorando a coesão social (Icom; OCDE, 2019, p. 59). No que diz com a acessibilidade física, sensorial, intelectual, atendidas de forma parcial por cinco das seis unidades, e no que diz com a acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital, atendida parcialmente por apenas duas unidades, há uma indicação, mais uma vez, de que não existe política institucional específica neste contexto, o que impacta diretamente no potencial de contribuição das entidades para essa dimensão da sustentabilidade (*ibidem*, p. 74).

Com relação a adoção de práticas ambientais sustentáveis pelos museus, estas envolvem tanto a estrutura física do espaço e de seu entorno – incluindo a presença de jardins –, quanto

estratégias de eficiência energética e hídrica, além do desenvolvimento de ações de conscientização sobre a temática ao público em geral e a seus funcionários.

Tabela 6 - Bloco sobre dimensão ambiental dos museus.

QUESTIONÁRIO	ESCALA LIKERT				
	1	2	3	4	5
O museu possui algum programa/diretriz socioambiental de atuação?	16,7%	-	33,3%	50%	-
O museu participa de fóruns, conselhos e/ou redes municipais de meio ambiente ou planejamento urbano?	16,6%	-	50%	16,7%	16,7%
O museu faz uso ou atua de alguma forma em áreas verdes de suas proximidades (parques, jardins, praças etc)?	16,6%	-	50%	16,7%	16,7%
O museu possui jardins e/ou áreas verdes, hortas ou áreas de lazer comunitárias?	-	-	-	66,7%	33,3%
O imóvel onde se localiza o museu possui bom estado de conservação (estrutura física, instalações elétricas, encanamento etc)?	-	-	33,4%	33,3%	33,3%
Ao realizar obras, a entidade faz adaptações estruturais considerando os impactos dos projetos no meio ambiente natural e urbano?	-	16,7%	33,3%	33,3%	16,7%
O museu adota iniciativas como reuso de materiais, classificação de resíduos ou reciclagem?	16,7%	-	66,6%	-	16,7%
O museu adota medidas para aumentar a eficiência do consumo de eletricidade?	16,7%	16,7%	33,3%	33,3%	-
O museu implementa medidas para melhorar a eficiência do consumo de água?	33,3%	-	33,3%	16,7%	16,7%
A entidade realiza oficinas de sensibilização para o público externo e trabalhadores sobre a importância da preservação do meio ambiente?	-	-	-	66,7%	33,3%
O museu adota medidas para minimizar o uso de recursos nas montagens expositivas e na conservação dos acervos?	-	16,7%	16,7%	33,3%	33,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2026).

A Tabela 6 mostra que os resultados da pesquisa para a dimensão ambiental apontam que, apesar da determinação legal de adoção de um plano socioambiental pelo Estatuto dos Museus, apenas o MCS, o MPS e o MZFS informam adotar parcialmente tal medida. Em

contrapartida, todas as entidades reconheçam que atuam na divulgação ao público externo e aos seus funcionários sobre a importância de medidas para preservação do meio ambiente.

As entidades reconhecem que o imóvel onde se localiza o museu possui bom estado de conservação, e que buscam adaptações estruturais, considerando os impactos dos projetos no meio ambiente natural e urbano, ao realizar obras, com exceção do Mact e do MZFS e, neste último quesito, também se exclui o MPS.

Quanto a iniciativas como reuso de materiais, apenas o MPS afirmou adotar medidas como classificação de resíduos ou reciclagem, com os demais sendo indiferentes ou declarando não haver evidência. Ao mesmo tempo, o MPS informa que é indiferente à adoção de medidas para minimizar o uso de recursos nas montagens expositivas e na conservação dos acervos, ao que o MZFS disse que não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva, com os demais indo em sentido contrário. Sobre medidas para aumentar a eficiência do consumo de eletricidade, apenas o MRA adota parcialmente iniciativas com tal fim. O MPS e o MCS afirmam que adotam medidas visando a economia de água. Este cenário reforça a necessidade dos museus possuírem um plano institucional voltado à sustentabilidade.

Participam das entidades em fóruns, conselhos e/ou redes municipais de meio ambiente ou planejamento, o MPS e o MZFS, integralmente e parcialmente, respectivamente, demonstrando que há pouco envolvimento dos museus com as políticas públicas urbanas deste campo, ainda que todos informem possuir jardins ou áreas verdes.

A dimensão ambiental envolve todas as atividades dos museus (Ibermuseus, 2019, p. 64) que devem considerar o impacto dos projetos que desenvolve (Icom; OCDE, 2019, p. 59). Para além do cuidado com as implicações ambientais inerentes ao seu funcionamento, é positivo que realizem oficinas de sensibilização para o público externo e trabalhadores sobre a importância da preservação do meio ambiente, numa promoção da sustentabilidade capaz de beneficiar o contexto local.

4.2.2 Proposição de Projeto de Lei de Iniciativa Popular

Estando os museus distribuídos sob dois regimes administrativos, a discrepância das respostas ao questionário aponta que as práticas institucionais são assimétricas entre as entidades. Neste quesito, importa salientar, em relação aos museus vinculados à UEFS, que a instituição possui uma Comissão de Áreas Verdes e Sustentabilidade (Bahia, 2025d), recém implantada, a qual ainda não possui trabalhos publicados, de forma que não foi possível avaliar a quais dimensões serão direcionadas suas ações, ou se os museus farão parte de suas iniciativas.

Considerando que a universidade constitui Zona de Uso Especial do município, conforme estabelece o PDDU (*ibidem*, p. 93), essencial a iniciativas que buscam melhorar a qualidade de vida e cujas diretrizes impõem a compatibilidade com a conservação do meio ambiente (*ibidem*), os trabalhos da Comissão precisarão estar atentos a integração das políticas que vierem a ser desenvolvidas ao ambiente urbano, e de que forma os museus farão parte dessa conjuntura.

Quanto aos museus da esfera municipal, os planos de desenvolvimento sustentável (Bahia, 2025b, Brasil, 2020, Brasil, 2022b) não contemplam medidas para as entidades, tampouco, de forma direta, o faz o PDDU (Feira de Santana, 2018), embora este traga a sustentabilidade enquanto princípio que abarca o setor cultural. Esse quadro aponta que para assegurar a inserção dos museus nas políticas públicas de sustentabilidade urbana, faz-se necessária a adoção de diretrizes uniformes, capazes de considerar os museus como parte de um processo de planejamento da cidade.

Baseado no que foi exposto no estudo em tela, essa seção apresenta uma proposição de projeto de iniciativa popular para alterar a legislação que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Feira de Santana (Feira de Santana, 2018). A norma jurídica municipal prevê que propostas para modificações parciais do plano podem ser feitas por iniciativa de, no mínimo, cinco por cento dos eleitores (*ibidem*, p. 138), em consonância com o previsto no art. 29, inciso XIII da Constituição Federal (Brasil, 1988).

A Lei Complementar Municipal nº 117, de 20 de dezembro de 2018, que institui o PDDU, em seu art. 99, prevê um rol de áreas consideradas como de proteção cultural e paisagística, que devem ser protegidas porque estão associadas ao meio ambiente cultural, por “vincularem-se à imagem da cidade, distritos e povoados e caracterizar monumentos históricos significativos da vida e construção urbanas” (Feira de Santana, 2018). Dentre estas, como já exposto, estão o prédio da Antiga Faculdade de Educação, onde funciona o Museu Regional de Arte, e o prédio onde funciona o Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira. Este trabalho propõe a inclusão das áreas do Observatório Astronômico Antares, onde está localizado o Museu Antares de Ciência e Tecnologia, e do Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo, também como áreas de proteção cultural e paisagística, nos termos da justificativa da proposta.

Quanto aos museus Casa do Sertão e de Zoologia, localizados no campus da UEFS, como a universidade já constitui Zona de Uso Especial, conforme art. 226, parágrafo primeiro do PDDU (Feira de Santana, 2018, p. 93), estas entidades não foram incluídas no projeto.

PROJETO DE LEI DE Nº

AUTOR: INICIATIVA POPULAR

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 117, de 20 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Feira de Santana, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Feira de Santana, através do Projeto de Lei nº _____, de iniciativa popular, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Preâmbulo

Os cidadãos do Município de Feira de Santana-Bahia, nos termos do art. 29, inciso XIII da Constituição Federal de 1988, e do art. 331 da Lei Complementar Municipal nº 117, de 20 de dezembro de 2018, fazendo uso de sua iniciativa popular, propõem o seguinte:

Art. 1º O art. 99 da Lei Complementar Municipal nº 117, de 20 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 99. Sem prejuízo do enquadramento e delimitação de outras áreas por lei específica, são enquadradas como APCP, conforme a Lei Complementar nº 1.612/1992 e Lei Complementar nº 41/2009, com base no §3º do artigo 11 da Lei nº 1.615/92, as seguintes áreas:

Mercado de Arte Popular;

O Prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia, na Praça Carlos Bahia;

O Prédio da Antiga Faculdade de Educação;

A Igreja Nossa Senhora dos Remédios;

Igreja da Matriz de Nossa Senhora Santana;

Coreto da Praça Fróes da Motta;

Casa da Praça Eduardo Fróes da Motta, nº 160;

Painel de Lênio Braga, situado na Estação Rodoviária;

Relógio do Rotary Clube localizado na Avenida Getúlio Vargas;

Parque da Cidade Frei José João Monteiro Sobrinho;

Parque da Lagoa do Geladinho;

Parque Lagoa do Subaé.

Igreja São José das Itapororocas.

Casa de Domingos Barbosa de Araújo, no Bairro Olhos d'Água.

Coreto da Praça da Nossa Senhora Santana;

Coreto da Igreja Nossa Senhora dos Remédios;

Prédio da Sociedade Montepio dos Artistas Feirense;

Prédio da Filarmônica Euterpe Feirense;

Prédio da Sociedade Filarmônica 25 de Março;

Prédio da Sociedade Filarmônica Vitoria;

Marco da Pedra Ferrada;

Prédio do Paço Municipal, situado na Avenida Senhor dos Passos;

Prédio da Escola Maria Quitéria, situado na Praça Froes da Mota;

Prédio onde funciona o Museu Municipal, situado na Rua Geminiano Costa;

Cemitério Piedade;

Prédio da Câmara Municipal;

Prédio do Terminal da Estação Rodoviária, situado na Avenida Presidente Dutra;

Prédio do Instituto de Educação Gastão Guimarães;

Prédio da Igreja Senhor dos Passos;

Prédio da Escola Pequeno Príncipe;

Prédio do Convento Nossa Senhora de Lourdes;

Prédio da Casa de Saúde Santana;

Prédio do Feira Palace Hotel;

Monumento ao Padre Ovídio;

Igreja Matriz de Humildes;

Igreja e Convento dos Capuchinhos;

Arquivo Público, antiga Escola João Florêncio Gomes, na Avenida Senhor dos Passos.

Observatório Astronômico Antares

Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Feira de Santana, BA _____ de _____ de _____

Justificativa

A proposta de projeto de Lei ora apresentada é fruto de trabalho acadêmico desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial.

O presente Projeto de Lei tem como finalidade incluir dentre as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (ACPC) já previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Feira de Santana, o Observatório Astronômico Antares, onde está localizado o Museu Antares de Ciência e Tecnologia, e o Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo.

Tal inclusão se justifica, pois, essas instituições estão vinculadas à imagem da cidade, por constituírem meios de expressão simbólica importantes no sistema espacial urbano, conforme determinado pela legislação em pauta. Tratam-se de centros culturais associados à história da cidade, tanto pelo valor representativo quanto pelo seu valor socioeducativo.

O Observatório Astronômico Antares, inaugurado em 1971, na Rua da Barra, nº 925 do bairro Jardim Cruzeiro, faz parte da estrutura da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde 1992. A partir de 2011, passou a contar com o Museu Antares de Ciência e Tecnologia (Mact). As entidades possuem acervo cultural diverso, principalmente voltado para astronomia e física, e são responsáveis por atividades ligadas às ciências, tendo como público principalmente estudantes.

O Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo, também realiza atividades e exposições ligadas à astronomia e às ciências da terra, dedicando-se a programas de difusão científica e atividades culturais diversas, tendo como público principalmente estudantes.

Assim, essas instituições possuem uma função social cujas atividades estão em diálogo direto com o território, associadas à ciência e a à memória local, contribuindo para o ensino e a pesquisa, de forma que se justifica o seu reconhecimento como áreas constituídas por elementos culturais, representativas da sociedade feirense e que possuem valores a serem protegidos.

Feira de Santana, ____ de outubro de 2026.

Autora do projeto:

LISTA DE ASSINATURAS

Nome:

CPF:

Assinatura:

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreender que sustentabilidade ainda não tem um conceito preciso, mas estudiosos do tema convergem no sentido de que a preservação dos recursos naturais e da vida na Terra está em risco diante dos avanços nos níveis de degradação dos ecossistemas. Sob uma postura cética, a literatura aponta que seja improvável se alcançar um desenvolvimento duradouro ao longo do tempo, ou seja, um desenvolvimento sustentável, capaz de atender demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Ainda assim, cresce o debate sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável enquanto valores legítimos que devem basear as ações do poder público. A nível global, vê-se a inclusão dessas temáticas em compromissos internacionais, bem como sua integração a legislações e políticas de planejamento, o que demonstra um esforço na adoção de medidas para tentar balancear o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

No contexto das cidades brasileiras, há uma confluência entre o que é preconizado pelos compromissos globais e o arcabouço normativo que as rege, em âmbito nacional e local, buscando a implementação das políticas de sustentabilidade. Entretanto, esse amplo conjunto regulatório ainda carece de materialização, pois a sustentabilidade na esfera jurídico-discursiva, sem efeitos práticos, demonstra sua fragilidade estrutural enquanto mera aspiração normativa desprovida de executoriedade.

Seguindo os, marcos regulatórios do setor, os museus brasileiros devem pautar suas ações na responsabilidade socioambiental. Enquanto instâncias ligadas aos territórios onde estão situados, ao desempenharem sua função social como espaços que preservam e comunicam acervos representativos do patrimônio cultural e da identidade locais, também estão sujeitas aos princípios legais da sustentabilidade.

Nesse sentido, buscou-se com esta pesquisa verificar se a gestão dos museus localizados no município de Feira de Santana-BA adota práticas capazes de contribuir para a sustentabilidade urbana local, relacionadas às dimensões econômica, cultural, ambiental e social. Para realizar tal desiderato, as entidades foram questionadas sobre suas práticas dentro dos critérios construídos no arcabouço teórico, demonstrando-se que sua gestão adota práticas pontuais distribuídas de maneira heterogenia nas dimensões da sustentabilidade, o que permitiu concluir que sua contribuição para a sustentabilidade urbana local é limitada e não institucionalizada.

Foi possível inferir a partir das respostas dos museus que eles atuam de forma independente entre si, ainda que estejam subordinados à mesma instância administrativa, sem

alinhamento das agendas institucionais. Por conseguinte, as entidades podem buscar ações de integração recíproca, dentro de suas esferas, e de integração com a administração municipal, para permitir que os museus realizem o seu potencial em relação à sustentabilidade urbana local.

Logo, a proposta de projeto de lei apresentada como produto, concebe a inclusão do Observatório Astronômico Antares e do Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo dentre as áreas de proteção cultural, que já incluem os prédios do Museu Regional de Arte e do Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira. A proposta não inclui os museus que estão localizados no campus da UEFS, já que esta, como mencionado, constitui zona de uso especial. A delimitação precisa das áreas onde estão os museus permitirá a elaboração de diretrizes e instrumentos específicos para valorização destes, dentro do contexto da proteção do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Permitirá ainda que a administração municipal reconheça formalmente que a localização das entidades está concentrada no eixo centro-norte da cidade, o que deixa as demais regiões desprovidas de equipamentos culturais desse tipo. Portanto, o plano diretor pode estabelecer regras que incentivem a criação de espaços de cultura em outras áreas da cidade.

Este trabalho buscou contribuir para preencher a lacuna no campo da investigação sobre o papel dos museus na sustentabilidade urbana de Feira de Santana. Embora se reconheça as limitações deste estudo para análise aprofundada, dado o uso do questionário simplificado, os resultados obtidos foram suficientes para basear o levantamento de caráter exploratório.

Para estudos futuros, será válido acompanhar em que medida as instituições avançam para uma conformação normativa plena, bem como no avanço da gestão na adoção de ações que possam contribuir de forma mais engajada para a sustentabilidade local. Podem apontar também como a administração local pode facilitar a coordenação entre as atividades dos museus, divulgar suas atividades e coordenar ações de acessibilidade ou ainda criar uma oferta de transportes públicos que atendam melhor o público visitante, dentre outras iniciativas, trabalhando em conjunto com as entidades para aumentar sua integração ao tecido urbano.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 1(1), p. 79-90, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>. Acesso em: 15 de mai 2023.

ALA-UDDIN, Mohammad. ‘Sustainable’ discourse: a critical analysis of the 2030 agenda for sustainable development. **Asia Pacific Media Educator**, v. 29, n. 2, p. 214-224, 2019.

AMADO, Frederico A.T. **Direito Ambiental Esquematizado**. São Paulo: Editora Jus Podvum, 2018.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AYBEK, Eren Can; TORAMAN, Cetin. How many response categories are sufficient for Likert type scales? An empirical study based on the Item Response Theory. **International Journal of Assessment Tools in Education**, v. 9, n. 2, p. 534-547, 2022.

AZEVEDO, Tânia. C. **Tributação municipal como incentivo ao desenvolvimento sustentável nas cidades**: o caso do “IPTU VERDE” de Salvador. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, 2017.

BAHIA. Decreto nº 31.609, de 15 de abril de 1985. **Altera a redação do artigo 31 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 28.168, de 25.08.81**. Disponível em: https://www.uefs.br/modules/documentos/index.php?curent_dir=1909. Acesso em: 20 nov. 2025.

BAHIA. Lei nº 1.255, de 23 de julho de 1918. **Cria o Museu do Estado, anexo ao Achivo Público**. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pasta=ano%20191&pesq=museu%20do%20estado%20da%20bahia&pagfis=1727>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BAHIA. **Museu de Arte Moderna da Bahia** [s.d]a. Disponível em: <http://www.mam.ba.gov.br/sobre-o-mam/>. Acesso em 23 mai. 2024.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho de Administração. Resolução nº 02 de 27 de março de 1992. **Aprova a alteração da Autarquia para incluir, na estrutura da UEFS, entre seus órgãos suplementares, o Observatório Astronômico Antares**. Feira de Santana: Consad, 1992. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14R9hf-X5dMwSruMAEwwWjRB3gFks3iyN>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BAHIA. Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010. **Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/html/7876#/p:1/e:7876>. Acesso 23 nov. 2025.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 30/2011, de 19 de outubro de 2011. **Cria o Museu Antares de Ciência e Tecnologia.** Feira de Santana: Consu, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16no1saDY0bQdEgdT03u6xtXejFUYtBKe>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 147 de 20 de novembro de 2013. **Dispõe sobre aprovação das alterações no Estatuto da Universidade Estadual de Feira de Santana.** Feira de Santana: Consepe, 2013a. Disponível em: <https://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=85>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 27, de 22 de abril de 2013. **Aprova o Regimento Geral do Museu Regional de Arte.** Feira de Santana: Consu, 2013b. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1GTXHiH07ZDXuaefydu2ONp0U7GyZx8Nm>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 32/2013, de 11 de outubro de 2013. **Cria o Museu Antares de Ciência e Tecnologia.** Feira de Santana: Consu, 2013c. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16no1saDY0bQdEgdT03u6xtXejFUYtBKe>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 04/2015, de 17 de março de 2015. **Aprova o Regimento Interno do Museu Casa do Sertão.** Feira de Santana: Consu, 2015a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1cRBnbp7axSrpV8kWIdNTHQQFFHve6vY/view?usp=drive_link. Acesso em: 02 mar. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 02/2015, de 19 de março de 2015. **Aprova o Regimento Interno do Museu de Zoologia.** Feira de Santana: Consu, 2015b. Disponível em: <https://mzfs.uefs.br/wp-content/uploads/2024/08/res-mzfs.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Conselho Universitário. Resolução nº 001 de 29 de março de 2019. **Dispõe sobre aprovação da Rede de Museus da Universidade Estadual de Feira de Santana.** Feira de Santana: Consu, 2019a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GcK9We6AuiKcZLiRu1isRv5bXk3escwL/view?usp=drive_link. Acesso em: 02 ago. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Relatório de Gestão 2015-2019**. UEFS, 2019b. Disponível em: http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/Relatorio_Gestao_2015_2019.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Cursos**. UEFS, 2023a. Disponível em: <https://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Dia Internacional do Museu**. Feira de Santana, 3 de abril de 2024. Instagram: UEFS. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DKAIuvWx9pX/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Museu de Zoologia. **Sobre o Museu** [s.d]b. Disponível em: <https://mzfs.uefs.br/sobre-o-museu/>. Acesso em: 03 ago. 2025.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Relatório de Gestão 2015-2019**. UEFS, 2023. Disponível em: http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/Relatorio_Gestao_2015_2019.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

BAHIA. Secretaria do Planejamento (Seplan). **Bahia inicia atualização dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário** (2025a). Disponível em: <https://www.ba.gov.br/seplan/noticias/2025-11/16291/bahia-inicia-atualizacao-dos-planos-territoriais-de-desenvolvimento>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BAHIA. Secretaria do Planejamento (Seplan). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário** – PTDRSS do Portal do Sertão (2025b). Disponível em: https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/PTDS_do_Portal_do_Sertao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Relatórios de Gestão 2019-2023**, (2025c). Disponível em: http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/RELATORIO_DE_GESTAO/Relatorio_gestao_2019_2023.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

BAHIA. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Portaria nº 201/2025**, (2025d). Disponível em: [file:///C:/Users/00827914571/Downloads/Comiss%C3%A3o%20Rede%20UNISUSTENT%C3%81VEL%20da%20UEFS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/00827914571/Downloads/Comiss%C3%A3o%20Rede%20UNISUSTENT%C3%81VEL%20da%20UEFS%20(1).pdf). Acesso em: 3 ago. 2025.

BAGHLI, Sid A.; BOYLAN Patrick; HERREMAN Yani. **History of ICOM (1946-1996)**. Paris: Conseil International des Musées, 1998. Disponível em: <https://icom.museum/en/ressource/history-of-icom-1946-1996/>. Acesso em 23 mai. 2025.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Editora Vozes, 2020. E-book.

BARDI, Lina Bo. **Cinco anos entre os “brancos”**. O Museu de Arte Moderna da Bahia. São Paulo: Mirante das Artes, n. 6, nov./dez. 1967.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Geraldo Gerson de Souza (trad.). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BENNETT, Tony. **The Birth of the Museum**. Nova York: Roudledge, 1995.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2002.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem** – Memórias de Feira de Santana. BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). Editora UEFS, 2006.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOSSELMANN, Klaus. **O Princípio da Sustentabilidade: transformando direito e governança**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. **Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L7287.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.
BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm. Acesso em: 23 de set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Museus, 2003**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania>. Acesso em: 23 de out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009a. **Cria o Estatuto dos Museus e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009b. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (...)**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Presidência da República Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, (2010a). **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências**. Brasília, DF, DOU: 03 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 23 de out. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020**, (2010b). Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/plano-nacional-setorial-de-museus>. Acesso em: 23 de out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Museus em Números**, Vol. 1 e 2, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/livros/museus-em-numeros-volume-1.pdf/view>. Acesso em: 13 de mai 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI**. Governo Federal, Brasília. Ibram, 2013a.

BRASIL. Decreto ° 8.124 de 17 de outubro de 2013. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009** (2013b). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Museus: Dimensão Econômica**. Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade. Governo Federal, Brasília, Ibram, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/economia-dos-museus>. Acesso em: 13 de dez 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/subsidios-para-a-elaboracao-de-planos-museologicos/view>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução nº 557, de 2020**. Ajuste das metas 4, 5 e 7 do anexo da Portaria Sudene nº 165, de 4 de dezembro de 2019 [...]. Recife, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/sei_sudene-0174492-resolucao-557-2020-da-diretoria-colegiada.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura – ECCULT/FCE/UFRGS. **Avaliação do Impacto Socioeconômico de Museus no**

Brasil: um estudo exploratório. Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade. Governo Federal, Brasília, Ibram, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/economia-dos-museus>. Acesso em: 13 de dez 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Carteira de Projetos Estruturadores de Feira de Santana**, 2022b. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Carteira-de-Projetos-Estruturados-para-Feira-de-Santana-de-2022-a-2035.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura – ECCULT/FCE/UFRGS. **Manual para Avaliação de Impactos Socioeconômicos dos Museus Brasileiros**. Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade. Governo Federal, Brasília, Ibram, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/manual-para-avaliacao-do-impacto-socioeconomico-de-museus-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 de dez 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2023. **Institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS** (2023a). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11704.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS. Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023. **Institui a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico Racial na Agenda 2030** (2023b). Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao20DS18IgualdadeEtnicoRacial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Relatório Nacional Voluntário**. Brasília: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura - MINC. **Salvador da Bahia Declaration of the G20 Ministers of Culture 8th November 2024**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/cultura/cwg-salvador-da-bahia-declaration-ministers-08-11-2024.pdf/@@download/file>. Acesso em: 16 de out. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Plataforma Museusbr**, 2024c. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/?perpage=12&view_mode=masonry&paged=1&order=DESC&orderby=meta_value&metakey=222&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=. Acesso em: 13 de out 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. **Plano Nacional Setorial de Museus 2025/2035**, 2025a. Brasília, DF: MinC/Ibram. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Portaria nº 3588, de 08 de julho de 2025. **Institui a Política de Economia de Museus e Pontos de Memória**, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-3588-de-08-de-julho-de-2025>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Boletim da Política de Economia de Museus e Pontos de Memória**, 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-de-economia-de-museus-e-pontos-de-memoria-boletim-2025-01>. Acesso em: 10 de jul. 2025.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Our Common Future: Report: of the World Commission on Environment and Development. **Elsevier Science Publishers B.V.** Oxford: Oxford University, 1987.

BRUNO, Maria Cristina. **Proposta para uma Política Nacional de Museus (1985)**. ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca Estado de São Paulo, 2010.

BURSZTYN, Marcel. Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios do novo século. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade**. Brasília: Cortez Editora, p. 115-142, 2002.

CALDAS, Jacson Lopes. **“Badoque, muzuá, arataca”**: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana-BA, 1977-1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, educação e sociedade. São Paulo: Comissão Permanente de Ensino FAAC/UNESP, 2020. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: out. 2024.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo: Diagnóstico Museológico e Planejamento**. 3.^a ed. Porto Alegre: Editora Padula, 2019.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 479 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, da Universidade Federal de Minas Gerais.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHAGAS, Mário. **A Imaginação Museal em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. IN: A Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário. Museus e sustentabilidade ambiental. IN: CHAGAS, Mário; STUDART, Denise; STORINO, Claudia (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CHAGAS, Mário. **Museus e Patrimônios**: por uma poética e uma política decolonial. Revista IPHAN, v. 35, p. 121-138, 2017.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In **Revista Cadernos do CEOM**, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, dez. 2014, p. 9-22. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523>. Acesso em: 04 dez. 2022.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; STORINO, Claudia; ASSUNÇÃO, Paula. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 55, n. 11, p. 73-102, 2018.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Mesa-redonda de Santiago do Chile**: o papel dos museus na América Latina. Documento final, 1972. Santiago do Chile: Icom/Unesco, 1972. Disponível em: <https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Um caminho com múltiplos olhares**, As estratégias e as reflexões sobre a participação do Icom Brasil na nova definição de museu. Hirsch, Daniel (coord.). São Paulo: Icom Brasil, 2024. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em 11 dez. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM); ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Cultura e Desenvolvimento Local**: Maximizar o Impacto – Um guia para administração local, comunidades e museus, 2019. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2019/08/ICOM-OECD-GUIDE_EN_FINAL.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Nova Definição de Museu**, 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Resolutions Adopted by Icom's 34th General Assembly**, 2019. Resolution N° 1: On sustainability and the implementation of

Agenda 2030. Quioto, Japão. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2019/09/Resolutions_2019_EN.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

DUNCAN, Carol. **Civilizing rituals**: inside public art museums. London & New York: Routledge, 1997.

ERNST, Dorothea; ESCHE, Charles; ERBSLÖH, Ulrike The art museum as lab to recalibrate values towards sustainable development, **Journal of Cleaner Production**, v. 135, 2016, Pages 1446-1460. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652616308836>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EY. **PDES – Feira de Santana Diagnóstico de Competitividade de Feira de Santana**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/diagnosticofeiradesantana.PDF>. Acesso em: 22 set. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. **Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira**, [s.d]. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?id=29&s=a&link=funtitec/museu_arte.asp. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. Lei nº 1.614, de 1992. **Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento do município de Feira de Santana, e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1992/161/1614/lei-ordinaria-n-1614-1992-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-do-municipio-de-feira-de-santana-e-da-outras-proviencias>. Acesso em: 22 out. 2025.

FEIRA GANHA MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA. **Folha do Norte**, Feira de Santana-Ba, ano 1996, p. 3, 25 jul. 1996 (1996a).

FEIRA DE SANTANA-BA. Decreto nº 5.958, de 26 de julho de 1996. **Folha do Norte**, Feira de Santana-Ba, ano 1996, p. 17, 27 jul. 1996 (1996b).

FEIRA DE SANTANA-BA. Decreto nº 7.630, de 14 de novembro de 2008. **Denomina equipamento público neste município** (2008). Documento impresso em 20 de set. 2024.

FEIRA DE SANTANA-BA. Lei nº 3.427, de 5 de dezembro de 2013 (2013a). **Altera a Lei nº 2.592, de 07 de julho de 2005, que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa**. Disponível em: <https://leis.org/municipais/ba/feira-de-santana/lei/lei-ordinaria/2013/3427/lei-ordinaria-n-3427-2013-altera-a-lei-n%C2%BA-2592-de-07-de-julho-de-2005-que-dispoe-sobre-a-criacao-da-fundacao-cultural-municipal-egberto-tavares-costa>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Lei nº 3.383, de 6 de junho de 2013 (2013b). **Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis/Leis20133383.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Lei nº 3643, de 24 de novembro de 2016. **Institui o Plano Municipal de Cultura.** Disponível em: <https://snc.cultura.gov.br/media/2910800/docs/plano/ba-pmc-feira-de-santana.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Lei Complementar nº 117 de 20 dez. 2018. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU 2018 e dá outras providências.** Feira de Santana, BA, ano IV, 20 de dez. 2018.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. **Museu de Arte Contemporânea recebeu mais de 7 mil visitas em 2023**, (2024a). Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?s=a&titulo=Museu%20de%20Arte%20Contempor%20E2nea%20recebeu%20mais%20de%207%20mil%20visitas%20em%202023&id=29&link=secom/noticias.asp&idn=35529>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. **Museu de Arte Contemporânea recebeu mais de 7.500 visitantes em 2024**, (2024b). Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?s=a&titulo=Museu%20de%20Arte%20Contempor%20E2nea%20recebeu%20mais%20de%207.500%20visitantes%20em%202024&id=29&link=secom/noticias.asp&idn=38602>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. **Regimento Interno Museu Parque do Saber** (2026a). Edição revisada. Documento impresso em 5 de jan. 2026.

FEIRA DE SANTANA-BA. Prefeitura Municipal. Museu Parque do Saber registra crescimento expressivo de público em 2025 (2026b). Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servico.asp?s=a&titulo=Museu%20Parque%20do%20Saber%20registra%20crescimento%20expressivo%20de%20p%20Ablico%20em%202025&id=29&link=secom/noticias.asp&idn=42174>. Acesso em: 12 fev. 2026

FIALHO, Francisco A. P.; FILHO, Gilberto M.; MACEDO, Marcelo; MITIDIERI, Tibério da C.. **Gestão da sustentabilidade na era do Conhecimento:** O desenvolvimento sustentável e a nova realidade da sociedade pós-industrial. Florianópolis: Visual books, 2008.

FILIFE, Graça. **O Poder dos Museus:** refletindo sobre as missões e a sustentabilidade dos museus, em teoria e na prática. ICOM Portugal. Encontro Museus e Sustentabilidade financeira. Museu Nacional Soares dos Reis, 7 de novembro de 2011. 9 p. Disponível em: https://icom-portugal.org/multimedia/Ficheiros/Filife_%20G_%20O%20poder%20dos%20museus.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: o direito ao futuro**. Belo Horizonte, Fórum, 2019.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: novo prisma hermenêutico. Revista Novos Estudos Jurídicos, vol. 23. n. 3. Setembro/dezembro de 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/13749>. Acesso em: 18 out. 2024.

GAMA, Raimundo. **Feira de Santana em postais**. Feira de Santana: s. edição. UEFS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnica de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Fernando. **Fotografias** (acervo pessoal). Feira de Santana, 2025.

GUILHERME, Márcia Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume, 2007.

HAWKES, Jon. **The fourth pillar of sustainability**: culture's essential role in public planning. Austrália: Humanitiens.com, 2001.

HOEFFEL, João Luiz; REIS, Jussara Christina. Sustentabilidade e seus diferentes enfoques: algumas considerações. **Revista Terceiro Incluído**, v. 1, n. 2, p. 124-151, 2011.

IBERMUSEUS. **Declaração de Quebec – 1984**. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-quebec-1984/>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

IBERMUSEUS. **Declaração de Salvador da Bahia**. Salvador, 2007. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2018/10/declaracion-de-salvador-pt-esp.pdf>. Acesso em: 16 de mai. 2024.

IBERMUSEUS. **Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade**. Programa Ibermuseus: Lisboa, Portugal, 2019. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/mccs-web-08-06-20.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

IBERMUSEUS. **Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade de Museus**, 2023a. Disponível em: <https://diagnosticos.iber museos.org/pt-br/accounts/login/>. Acesso em: 19 set. 2024.

IBERMUSEUS. **Apresentamos o Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade de Museus**: uma ferramenta exclusiva e inovadora para promover práticas sustentáveis, 2023b. Disponível em: <https://www.iber museos.org/pt/recursos/noticias/apresentamos-o-guia-de-autoavaliacao-de-sustentabilidade-de-museus-uma-ferramenta-exclusiva-e-inovadora-para-promover-praticas-sustentaveis/>. Acesso em: 19 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 11 de mar 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca, Catálogo [s.d]**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429069>. Acesso em: 11 de mai 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA**, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>. Acesso em: 11 de mai 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (*IDSC – BR*): **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 26 out. 2025.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**, v. 1, n. 2, p. 19-32, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. México: Siglo XXI Editores S.A., 2000.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. Sociedade, política e natureza. Conhecimento para qual sustentabilidade? **Novos Cadernos NAEA**. Pará: Periódicos UFPA. v. 19, n. 2, p. 9-20, maio-agosto, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/3742/3912>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di C.M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMA, Marisa Alves; Ribamar. Museu Regional de Feira de Santana: arte para o povo. Rio de Janeiro: **Revista O Cruzeiro**. Ed. 00031, p. 28-33, 29 de abr. 1967. Publicado na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/865332. Acesso em: 07 set. 2025.

LOPES NETO, Laurindo Almeida; LIMA, Claudia Roberta L. C. e. **Mapa de distribuição dos museus em Feira de Santana**. Feira de Santana, 2025.

LUSSO, Bruno. Les musées, un outil efficace de régénération urbaine? Les exemples de Mons (Belgique), Essen (Allemagne) et Manchester (Royaume-Uni). **Cybergeog: European**

Journal of Geography, Espace, Société, Territoire, v. 436, não paginado, jan. 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cybergeogeo/21253>. Acesso em: 12 mar 2025.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: **Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2ª ed., 2003. E-book.

TRUPP, Mackenzie D.; HOWLIN, Claire; FEKETE, Anna; KUTSCHE, Julian; FINGERHUT, Joerg; PELOWSKI, Matthew. The impact of viewing art on well-being - a systematic review of the evidence base and suggested mechanisms. **The Journal of Positive Psychology**, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/17439760.2025.2481041?needAccess=true>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MAGALHÃES, Antônio R. Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semiárido. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentáveis**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998, p. 417-429.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William. **The limits to growth & a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de Sociomuseologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 28, n. 28, p. 39-44, julho/2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/45>. Acesso em: 10 out. 2024.

MUSEU REGIONAL DE ARTE. **Destaques**. Feira de Santana, 10 nov. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/mra_cuca/. Acesso em: 02 de mai. 2025.

NASCIMENTO JÚNIOR, José; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assumpção. **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**. Brasília: Ibram/ MinC; Programa Iberoamericanos, 2012.

NOVAES, Carlos Eduardo. Apresentação. In: **I Encontro Internacional de Ecomuseus**, 1992, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Disponível em:

<http://www.ecomuseusantacruz.com.br/uploads/Publicacoes/2ece5a6517156e122e93f10a8898cf4d.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2025.

NUNES, Josuel. **Fotografias** (acervo pessoal). Feira de Santana, 2025.

OLIVEIRA, Selma de. **O museu regional: mediações das artes, difusão do conhecimento e interlocuções culturais com Feira de Santana de 1967 a 1995**. 328f. Tese (Doutorado) – Doutorado Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Feira de Santana, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/CONF.48/14/Rev.1>. Acesso em: 30 de mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our World: the 2030 agenda for sustainable development**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/70/1>. Acesso em: 30 de mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024**. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_annual_report_2024_en.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – Mondiacult**, 1982. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Culture for the 2030 Agenda**. França: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264687>. Acesso em: 04 de jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Mondiacult 2022: World Conference on Cultural Policies and Sustainable Development**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/mondiaicult>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Mondiacult 2025**. 29 September - 1 October Barcelona, Spain, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/mondiaicult?hub=171169>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática*. Campinas-SP: Papirus, 2019.

PINTO, Raymundo Antônio C. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sicla, 1971.

PISANI, Jacobus. A. **Sustainable development** – historical roots of the concept. *África do Sul: Environmental Sciences*, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15693430600688831>. Acesso em: 23 jul. 2024.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. TEIXEIRA, Guilherme J. de F. (trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

QUILLBOT. QuillBot – plataforma de ferramentas de escrita com inteligência artificial. Disponível em: <https://quillbot.com/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

RANGEL, Marcio. Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental: breve relato sobre um tema estratégico para o mundo contemporâneo. IN: CHAGAS, Mário; STUDART, Denise; STORINO, Claudia (orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.

RIERADEVALL, Joan; SOLÀ, Jordi; FARRENY, Ramon. **Museos y medio ambiente: sostenibilidad cultural**. Espanha: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, n. 7-8, 2011-2012, p. 26-33. Disponível em: <https://www.cultura.gob.es/dam/jcr:1269dab1-336c-49f0-b507-d83ce142c624/museos-medio-ambiente.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. BURSZTYN, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Jeffrey. D. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SALADINO, Alejandra; XAVIER, Bárbara. Museus e sustentabilidade: um balanço sobre os dez anos do Programa Socioambiental nos museus do Instituto Brasileiro de Museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 33, p. 1-26, 2025.

SANTOS, Maria. Célia. T. M. Reflexões Museológicas: caminhos de vida. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: Departamento de Museologia da Universidade Lusófona. V. 18, n. 18, 2002. p. 93-139. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/359>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTOS, Maria. Célia. T. M. Museus brasileiros e política cultural. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, p. 53-72, 2004.

SANTOS, Maria. Célia. T. M. Museologia social / MINOM 30 anos. IN: CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Unirio, 2018, p. 85-98.

SANTOS, Paula Assunção dos. A Mesa de Santiago para pensar o futuro. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Orgs). **Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972**. Brasília: Ibram, 2012, p. 9-10.

SÃO PAULO. Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Sisem-SP). **Encontro Paulista de Museus - Painel 1 – Políticas setoriais para Museus**. Youtube, 12 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qp1b91uq3Xg&t=2835s>. Acesso em: 14 de mai. 2025.

SEGUNDO, Jorge; SEIXAS, Fernando; PEREIRA, Juvenal. Feira de Santana: 100 anos de progresso. Rio de Janeiro: **Revista O Cruzeiro**, ed. 25 (2), p. 69-82, 20 de jun. 1973. Publicado na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22museu%20regional%22&id=2678603220331&pagfis=224409>. Acesso em: 07 set. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI/BA. **Perfil dos Territórios de Identidade**/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). Disponível em: http://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/migracao_2024/arquivos/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_identidade_vol02.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

SEN, Amartya; ANAND, Sudhir. **Sustainable human development**. Harvard University, 1994. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2294664. Acesso em 09 jun. 2023.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. **A Sustentabilidade e suas Dimensões como Fundamento da Qualidade de Vida**. São Paulo: Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, 2012, p.22-42. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1724/sergiosilva>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, Cássia R. da; ÁLVARES, Lúcia C.; CHAGAS, Mário. **Os museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada**. Rio de Janeiro, RJ: Espirógrafo Editorial, 2021.

SILVA, Frederico Barbosa da. [et al]. **Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI**. Brasília, DF: Ibram, 2014. Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 1. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/livros/encontros-com-o-futuro-2013-prospeccoes-do-campo-museal-brasileiro-no-inicio-do-sec-xxi/view>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SIMAS, Adilson. **Museu Regional de Feira de Santana**. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/noticias.asp?idn=14040>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SOINI, Katriina; DESSEIN, Joost. Culture-sustainability relation: Towards a conceptual framework. **Sustainability Journal**, 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/8/2/167>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOUZA, Luis Felliipe Dias; LAURENTIZ, Luiz Carlos de. Sustentabilidade, cultura e patrimônio em festas populares: o exemplo da Festa de Agosto. In: **Encontro de Sustentabilidade em Projeto**, 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, Ufsc, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/46OSRcR>. Acesso em: 14 mar. 2025.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. **Brno: Education in Museology**. Museological Papers V, Supplementum 2. Brno: J. E. Purkyně University and Moravian Museum, 1974.

STYLIANOU-LAMBERT, Theopisti; BOUKAS, Nikolaos; CHRISTODOULOU-YERALI, Marina. Museums and cultural sustainability: stakeholders, forces, and cultural policies. Routledge. **International Journal of Cultural Policy**, v. 20, n. 5, p. 566-587, 2014.
THROSBY, David. **The economics of cultural policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **Los museos en el mundo**. Espanha: Salvat, 1979.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **Museus e Desenvolvimento local: um balanço crítico**. In: BRUNO, Maria Cristina; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de**

mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. Sergipe: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. 3 ed. São Paulo: Editora Senac, 2019.

VIOLA, Eduardo J.; OLIVIERI, Alejandro. Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: TRINDADE, Antônio A. C.; CASTRO, Marcus F (org.). **A sociedade democrática no final do século**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA ACADÊMICA



Carta Convite para participação em Pesquisa Acadêmica

Prezados,

Por meio desta venho convidá-los a participar da pesquisa intitulada “Sustentabilidade Urbana em Museus: Um Estudo no Município de Feira de Santana”, desenvolvida pela acadêmica Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima, do Curso de Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana.

A coleta de dados será feita através de questionário por meio da plataforma Google Forms, com o fim de apurar as contribuições dos museus locais para a sustentabilidade urbana. O link para realização da mesma foi enviado através do e-mail oficial desta instituição (<https://docs.google.com/forms/d/1BW1UnzxkvH3EQeZ4CrYroXDYhL9LJ3HG6zpD5mLtSd0/edit>). Comprometo-me a apresentar os resultados desta pesquisa, que está em consonância com a resolução Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, respeitando todos os princípios éticos.

Agradecemos vossa colaboração no processo de desenvolvimento profissional e da pesquisa científica em nossa região.

Coloco-me à vossa disposição e seguem meus contatos:

Telefone (75) 99271-8506; e-mail: roberta_lex@yahoo.com.br; claudia-roberta.lima@pgfn.gov.br . Telefone Planterr (75) 3161-8990; E-mail da orientadora: tcazevedo@uefs.br.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.

Claudia R. L. C. e Lima
Mestranda e Pesquisadora

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO AOS MUSEUS - NA MODALIDADE DE ESCALA DO TIPO LIKERT

Secção 1 de 4

Sustentabilidade urbana em museus: um estudo no município de Feira de Santana

Caro(a) senhor(a) participante,

Antes de tudo, agradecemos pelo seu interesse em colaborar com a nossa pesquisa.

Este instrumento de pesquisa tem como objetivo verificar as práticas de sustentabilidade urbana dos museus localizados no município de Feira de Santana. Este estudo é desenvolvido pela pesquisadora e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Territorial – PLANTEER, Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tânia Cristina Azevedo.

As questões a serem respondidas estão apresentadas em cinco eixos, distribuídas em perguntas fechadas, as quais o respondente indicará seu grau de concordância ou discordância em relação a cada assertiva apresentada, indicando se o museu adota ou não tal prática, da seguinte forma:

01 O museu não pratica/adota tal assertiva.

02 O museu é indiferente ou desconhece tal prática.

03 Não há evidência suficiente da adoção da prática/assertiva.

04 O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva.

05 O museu pratica/adota integralmente tal assertiva.

Os resultados dessa pesquisa serão analisados e publicados, de maneira que as instituições museais tenham um diagnóstico do cenário atual e oportunizem a implementação de práticas de sustentabilidade urbana, com foco em museu. Antes de iniciar, leia atentamente o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Obrigada pela sua participação.

Email*

Secção 2 de 4

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

I - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Sustentabilidade urbana em museus: um estudo no município de Feira de Santana

II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) senhor(a) participante,

Esta pesquisa “Sustentabilidade Urbana em Museus: Um Estudo no Município de Feira de Santana”, é de responsabilidade da pesquisadora e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Territorial – PLANTERR, Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tânia Cristina Azevedo.

A realização desta pesquisa tem como objetivo a coleta de dados em instituições museais locais, referentes a sustentabilidade em seus aspectos econômico, social, cultural e ambiental, com o fim de apurar as contribuições dessas entidades para a sustentabilidade urbana local. Os resultados dessa pesquisa serão analisados e publicados, permitindo que as instituições museais e a administração pública local possam ter um diagnóstico do cenário atual de implementação de práticas sustentáveis.

A coleta dos dados necessários será feita através de questionário digital, a ser respondido pelo responsável pela instituição museal participante, por meio da plataforma Google Forms, em etapa única. Informa-se que os dados coletados serão baixados e guardados em dispositivo local, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a conclusão pelo participante, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", e ficarão sob a salvaguarda da pesquisadora pelo prazo de cinco anos. Informa-se ainda que serão tomadas todas as precauções para que os dados coletados através do questionário não sejam objeto de vasamento ou de rackeamento, e que serão respeitadas as políticas de uso e envio de conteúdo da plataforma.

Não serão coletados dados pessoais dos participantes, apenas o nome da instituição museal que representa, garantindo seu direito a privacidade. Informamos que serão coletados apenas dados institucionais de acesso público, não protegidos por sigilo, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 13.709/2018, e que serão respeitados todos os preceitos éticos relacionados à pesquisa.

Ademais, o participante deve estar ciente que, mesmo tomadas todas as precauções, há o risco de acesso não autorizado às informações fornecidas, bem como a quebra de sigilo pelas plataformas ou por ataque cibernético. Ressalta-se que, ainda que tais fatos aconteçam, dado ao caráter das informações coletadas, não haverá prejuízo ao participante, vez que não busca acesso a qualquer dado sensível.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, no endereço Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, CEP 44036-900 (telefone (75) 998477655; email cep@uefs.br). O Comitê de Ética é um colegiado interdisciplinar e independente, criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas dentro de padrões éticos.

Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação, sem nenhum prejuízo, fazendo a retirada do consentimento de utilização dos dados da pesquisa. Nessas situações, a pesquisadora se compromete a enviar ao participante, a resposta de ciência do interesse do mesmo em retirar seu consentimento.

A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Além disso, o/a Sr. (a) possui o direito a buscar indenização e o direito à assistência integral e imediata por tempo indeterminado, em caso de dano causado pela pesquisa. Quaisquer dúvidas que o(a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora, a qualquer momento.

É importante que o participante guarde uma cópia deste documento. Para receber sua cópia deste registro, acesse o link:

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS
PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima
Email: roberta_lex@yahoo.com.br
Telefone: (75) 99271-8506

Diante das explicações, você acha que está suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador ?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Seção 3 de 4

Identificação da Instituição

Descrição (opcional)

Registre o nome da instituição.*

Secção 4 de 4

Instruções de resposta

Conforme esclarecido, as questões a serem respondidas estão apresentadas em cinco eixos, distribuídas em perguntas fechadas, as quais o respondente indicará seu grau de concordância ou discordância em relação a cada assertiva apresentada, indicando se o museu adota ou não tal prática, da seguinte forma:

01 O museu não pratica/adota tal assertiva.

02 O museu é indiferente ou desconhece tal prática.

03 Não há evidência suficiente da adoção da prática/assertiva.

04 O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva.

05 O museu pratica/adota integralmente tal assertiva.

Bloco 1 - Gestão

	O museu não pratica/adota tal assertiva	O museu é indiferente ou desconhece tal prática	Não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva
O museu é regido por ato normativo específico (Lei nº 11.904/09, art. 15)?	0	0	0	0	0
O museu possui personalidade jurídica própria (registro em órgão competente, autonomia patrimonial)?	0	0	0	0	0
O museu possui Plano Museológico nos termos do Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/09) ou algum outro documento de regimento interno?	0	0	0	0	0
O Plano Museológico ou regimento interno foi elaborado de forma participativa envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, especialistas, parceiros sociais etc?	0	0	0	0	0
O Plano Museológico ou regimento interno contempla os itens previstos no art. 23 do Decreto nº 8.124/13 (diagnóstico	0	0	0	0	0

participativo, identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, identificação dos públicos e programas)?					
O museu faz diagnósticos da instituição ou aplica algum processo de monitoramento/avaliação que analisa sua estrutura e/ou o funcionamento?	o	o	o	o	o
O museu possui um sistema de informação e gestão de suas coleções, incluindo o seu registro, identificação, estado de conservação, transferência, descarte e intercâmbio?	o	o	o	o	o
O museu possui alguma política de sustentabilidade (econômica, ambiental, social ou cultural) formalmente adotada, estabelecendo metas e objetivos?	o	o	o	o	o
O museu realiza atividades de pesquisa, preservação e revitalização de patrimônio?	o	o	o	o	o
O museu participa do Conselho Municipal de Cultura ou de outras estruturas governamentais locais voltadas ao setor (conselhos, comitês, fóruns etc)?	o	o	o	o	o

Bloco 2 - Dimensão econômica

	O museu não pratica/adota tal assertiva	O museu é indiferente ou desconhece tal prática	Não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva
O funcionamento desta entidade conta com recursos oriundos do poder público, exclusivamente?	0	0	0	0	0
Esta entidade realiza parcerias ou busca financiamento diversos do orçamento destinado pela fonte mantenedora (editais de fomento, leis de incentivo fiscal)?	0	0	0	0	0
O acesso ao museu está condicionado ao pagamento de ingresso?	0	0	0	0	0
O museu possui outras fontes de renda (doações, aluguel de espaço, realização de eventos etc)?	0	0	0	0	0
Os recursos orçamentários disponíveis para atividades de conservação, manutenção, gestão/gerenciamento de riscos e segurança do imóvel onde o museu, suas coleções e instalações estão localizados são suficientes para as suas necessidades?	0	0	0	0	0
O museu consideraria alterar seu horário de funcionamento para atender a interesses turísticos?	0	0	0	0	0
O museu realiza eventos voltados para a economia popular, incentiva o consumo	0	0	0	0	0

consciente e realiza compras do comércio local?					
O museu procura identificar formas de gerar renda a partir de parcerias com setores locais (como turismo, educação, comércio ou outros), utilizando seus espaços, acervo ou atividades?	o	o	o	o	o
O museu possui política ou plano de recursos humanos com critérios de recrutamento, salários e benefícios?	o	o	o	o	o
O museu possui algum tipo de controle ou registro que permita saber quantos visitantes recebe por ano? São coletados dados como nome, origem, idade ou outros?	o	o	o	o	o

Bloco 3 - Dimensão social

	O museu não pratica/adota tal assertiva	O museu é indiferente ou desconhece tal prática	Não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva
O museu desenvolve ações voltadas a públicos em situação de vulnerabilidade social, como pessoas afetadas pela pobreza, desigualdade no acesso à educação, discriminação por questões	o	o	o	o	o

étnico-raciais, etárias, de gênero, ou com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais?						
O museu disponibiliza gratuitamente seu espaço para uso pela comunidade, permitindo a organização e realização de eventos e reuniões em suas dependências?	o	o	o	o	o	o
Ao planejar exposições e eventos, este museu conta com a participação dos grupos socialmente vulneráveis nos processos de curadoria e programação?	o	o	o	o	o	o
O museu incorpora políticas de diversidade em seus processos de contratação da equipe?	o	o	o	o	o	o
O museu desenvolve programas de salvaguarda das manifestações culturais locais?	o	o	o	o	o	o
O museu desenvolve ações e programas nas zonas rurais ou voltados para esse público e valorização do	o	o	o	o	o	o

seu patrimônio?					
O museu realiza atividades em conjunto com outras instituições locais como escolas, ONGs, associações etc?	0	0	0	0	0
O museu desenvolve projetos expositivos inclusivos, com linguagem e tecnologias adequadas para públicos específicos?	0	0	0	0	0
O museu oferece programas educacionais participativos e interativos a comunidades, incluindo oficinas e visitas guiadas?	0	0	0	0	0

Bloco 4 - Dimensão cultural

	O museu não pratica/adota tal assertiva	O museu é indiferente ou desconhece tal prática	Não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva
O estado de preservação da coleção/acervo do museu pode ser	0	0	0	0	0

considerado satisfatório?					
Os objetos patrimoniais sob a guarda do museu estão armazenados e preservados adequadamente, protegidos de riscos (forças físicas, roubo/furto/vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta)?	o	o	o	o	o
A instituição estabelece medidas de mitigação para o controle e/ou combate dos agentes identificados, bem como define sistemas de monitoramento e medição, incluindo a instalação de dispositivos específicos?	o	o	o	o	o
O museu possui acessibilidade física, sensorial e intelectual?	o	o	o	o	o
O museu possui acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital?	o	o	o	o	o
O museu considera que seu acervo/coleção é representativo da cultura material e imaterial local, incluindo a cultura popular?	o	o	o	o	o
O museu desenvolve alguma ação/programa em consonância com os princípios de valorização da diversidade cultural e transversalidades de	o	o	o	o	o

gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências e neuro divergências?					
O museu desenvolve ações que promovam as tradições e o legado cultural local (cursos, atividades, feiras, palestras, exposições temporárias etc)?	o	o	o	o	o
O museu possui programas de residência para artistas locais/regionais?	o	o	o	o	o
O museu cria/disponibiliza recursos pedagógicos para trabalho em conjunto com comunidades educativas, escolas ou grupos de professores/as?	o	o	o	o	o

Bloco 5 - Dimensão ambiental

	O museu não pratica/adota tal assertiva	O museu é indiferente ou desconhece tal prática	Não há evidência suficiente da adoção/prática da assertiva	O museu pratica/adota parcialmente tal assertiva	O museu pratica/adota integralmente tal assertiva
O museu possui algum programa/diretriz socioambiental de atuação?	o	o	o	o	o
O museu participa de fóruns, conselhos e/ou redes municipais de meio ambiente ou planejamento urbano?	o	o	o	o	o

O museu faz uso ou atua de alguma forma em áreas verdes de suas proximidades (parques, jardins, praças etc)?	0	0	0	0	0
O museu possui jardins e/ou áreas verdes, hortas ou áreas de lazer comunitárias?	0	0	0	0	0
O imóvel onde se localiza o museu possui bom estado de conservação (estrutura física, instalações elétricas, encanamento etc)?	0	0	0	0	0
Ao realizar obras, a entidade faz adaptações estruturais considerando os impactos dos projetos no meio ambiente natural e urbano?	0	0	0	0	0
O museu adota iniciativas como reuso de materiais, classificação de resíduos ou reciclagem?	0	0	0	0	0
O museu adota medidas para aumentar a eficiência do consumo de eletricidade?	0	0	0	0	0
O museu implementa medidas para melhorar a eficiência do consumo de água?	0	0	0	0	0
A entidade realiza oficinas	0	0	0	0	0

de sensibilização para o público externo e trabalhadores sobre a importância da preservação do meio ambiente?					
O museu adota medidas para minimizar o uso de recursos nas montagens expositivas e na conservação dos acervos?	o	o	o	o	o

ANEXOS

ANEXO 1 - AUTORIZAÇÃO DA REITORIA DA UEFS PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Universidade Estadual de Feira de Santana
Reitoria - UEFS/REIT

DECLARAÇÃO APENDICE IV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu Amali de Angelis Mussi, abaixo assinado, responsável pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, ciente das responsabilidades como instituição participante, autorizo a realização do estudo **Sustentabilidade Urbana em Museus: Um Estudo no Município de Feira de Santana**.

Fui informado sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

O trabalho, de responsabilidade da discente Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Planterr, da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a orientação da Profª Drª Tânia Cristina Azevedo (tcazevedo@uefs.br), para finalidade de pesquisa científica, será iniciado após a manifestação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da referida instituição.

Feira de Santana 14 de fevereiro de 2025.

Amali de Angelis Mussi
Reitora



Documento assinado eletronicamente por **Amali de Angelis Mussi, Reitora**, em 17/02/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00108105512** e o código CRC **CE2419A2**.

ANEXO 2 - AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Feira PREFEITURA TODO DIA VAI TER TRABALHO CHEGANDO

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Eu, **CRISTIANO LÔBO DA SILVA**, abaixo assinado, responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e por conseguinte, pelo Museu de Arte Contemporânea, Raimundo de Oliveira, ciente das responsabilidades como instituição participante, autorizo a realização do estudo Sustentabilidade Urbana em Museus: Um Estudo no Município de Feira de Santana.

Fui informado sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

O trabalho, de responsabilidade da discente **Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima**, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Planterr, da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a orientação da Profª Drª **Tânia Cristina Azevedo** (tcazevedo@uefs.br), para finalidade de pesquisa científica, será iniciado após a manifestação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da referida instituição.

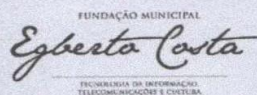
Feira de Santana, 17 de fevereiro de 2025.


Cristiano Lôbo da Silva
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
Rua Estados Unidos, 37 – Kalilândia
Feira de Santana – Bahia
75-3617-0769

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**
Av. Senhor dos Passos, 980 - Centro - Feira de Santana - Bahia
75 3617-0600

ANEXO 3 - AUTORIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL EGBERTO COSTA PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA



APENDICE IV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu Antônio Carlos Daltro Coelho baixo assinado, responsável pela Fundação Municipal de Tecnologia da Informações Telecomunicações Egberto Costa e por conseguinte, pelo Museu Parque do Saber Dival da Silva Pitombo, ciente das responsabilidades como instituição participante, autorizo a realização do estudo **Sustentabilidade Urbana em Museus: Um Estudo no Município de Feira de Santana**.

Fui informado sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

O trabalho, de responsabilidade da discente Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Planter, da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a orientação da Profª Drª Tânia Cristina Azevedo (tcazevedo@uefs.br), para finalidade de pesquisa científica, será iniciado após a manifestação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da referida instituição.

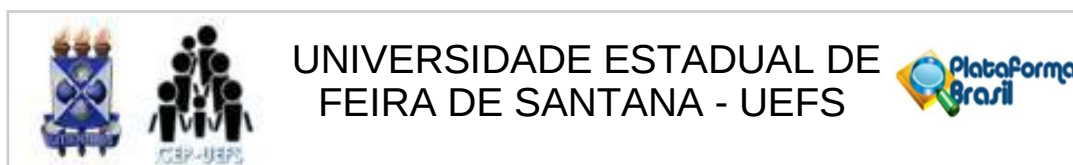
Feira de Santana 4 de fevereiro de 2025.

Antônio Carlos Daltro Coelho
Diretor-Presidente - FUNTITEC

Antônio Carlos Daltro Coelho
Antônio Carlos Daltro Coelho
Diretor-Presidente

Fundação Municipal de Tecnologia da Informações Telecomunicações Egberto Costa

ANEXO 4 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UEFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sustentabilidade urbana em museus: um estudo no município de Feira de Santana

Pesquisador: CLAUDIA ROBERTA LIMA CARVALHO

E LIMA Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87049525.0.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.756.021

Apresentação do Projeto:

análise de retorno de pendências da pesquisa Sustentabilidade urbana em museus: um estudo no município de Feira de Santana. Pesquisador Responsável: CLAUDIA ROBERTA LIMA CARVALHO E LIMA. CAAE: 87049525.0.0000.0053

Objetivo da Pesquisa: segue como parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios: adequação dos riscos à pesquisa em ambiente virtual na resposta das pendências

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: ver conclusão

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: apresenta documentos com alterações

Endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, UEFS

Bairro: CAU III, Sala: CEP/UEFS

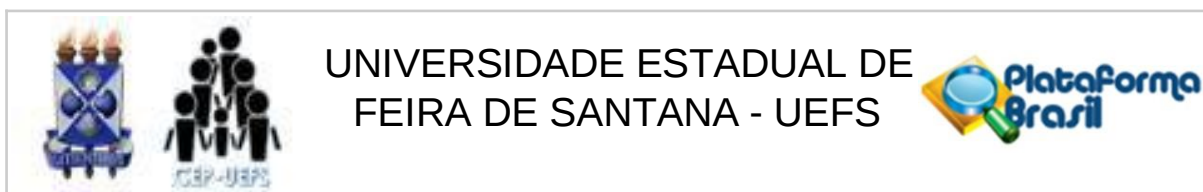
CEP: 44.031-460

UF: BA

Município: FEIRA DE SANTANA

Telefone: (75)9847-7655

E-mail: cep@uefs.br



Continuação do Parecer: 7.756.021

Recomendações:

Recomendação a respeito do critérios de exclusão: por exemplo, gestores que estejam cumprindo período de afastamento, ou férias. O critério de exclusão não pode excluir quem é o perfil de sua pesquisa, no caso, gestores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: situação do protocolo aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tenho muita satisfação em informar-lhe que seu Projeto de Pesquisa satisfaz às exigências da Res. 466/12 e 510/2016 e da norma operacional 001/2013. Assim, seu projeto foi Aprovado, podendo ser iniciada a coleta de dados com os participantes da pesquisa conforme orienta o Cap. X.3, alínea a - Res. 466/12 e Cap II da Res 510/2016. Relembro que conforme institui a Res. 466/12 e 510/2016, Vossa Senhoria deverá enviar a este CEP relatórios anuais de atividades pertinentes ao referido projeto e um relatório final tão logo a pesquisa seja concluída. Em nome dos membros CEP/UEFS, desejo-lhe pleno sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e, em tempo oportuno, um ano, este CEP aguardará o recebimento dos referidos relatórios